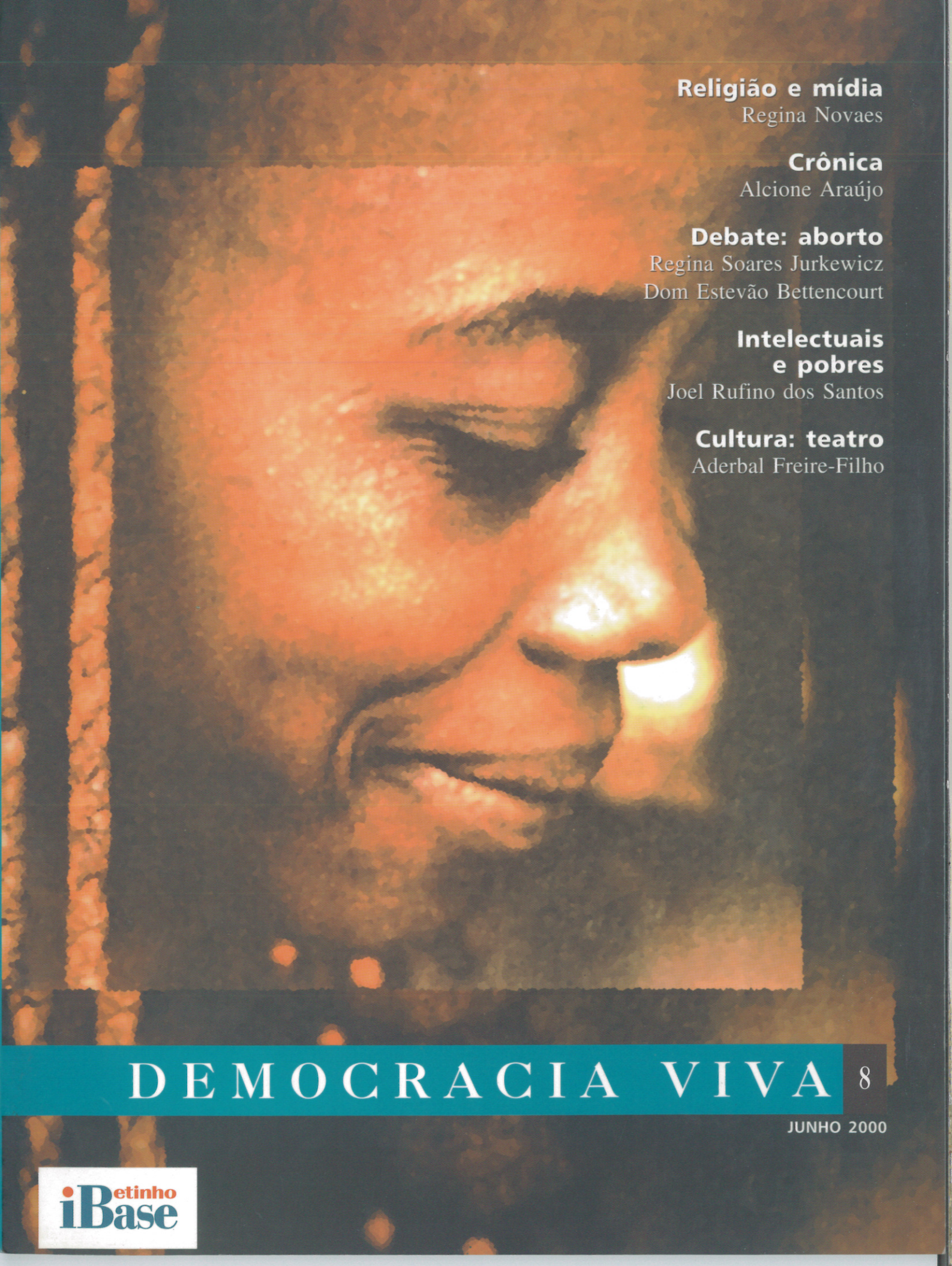


Religião e mídia
Regina Novaes

Crônica
Alcione Araújo

Debate: aborto
Regina Soares Jurkewicz
Dom Estevão Bettencourt

Intelectuais e pobres
Joel Rufino dos Santos

Cultura: teatro
Aderbal Freire-Filho

DEMOCRACIA VIVA 8

JUNHO 2000

Betinho iBase

E D I T O R I A L

Cândido Grzybowski
Sociólogo, diretor do Ibase

A revista Democracia Viva já tem uma pequena história Torna-se possível avaliar potencialidades e limites, corrigindo rumos onde for necessário. A revista significa para o Ibase uma forma de ir construindo uma referência de inspiração profundamente ética e radicalmente democrática na análise e no debate de questões que atravessam a sociedade brasileira. Esta tem sido a sua linha editorial. Mas não vem sendo fácil traduzí-la no formato da revista e na construção de seu público.

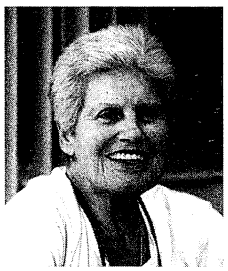
O Ibase reafirma o seu interesse em continuar publicando a revista. Ela é um instrumento estratégico de discussão e, portanto, de intervenção política no diagnóstico de questões, formulação de propostas e construção de sentidos e significados, tendo a democracia e a participação da cidadania como eixo. Mas ela só é isto quando reconhecida como tal pelo seu público, lida, criticada, utilizada, difundida. Com este número, estamos dando uma nova cara para a revista. Continuamos buscando um produto bonito, alegre e sério ao mesmo tempo. Queremos provar que é possível e que este é o caminho de sua viabilização política e financeira.

Em um primeiro momento, vamos publicar dois números ao ano e fazer uma distribuição dirigida ao público que queremos ter como leitor e cúmplice. Precisamos, para isto, de suas reações, comentários e críticas. O desenvolvimento da revista, em números e tiragem, vai depender do engajamento de seu público. A idéia é tecer juntos uma rede de diálogo e reflexão que nos potencialize. Esta é a razão para que Democracia Viva não seja uma revista de divulgação só da produção do Ibase, mas uma janela aberta a um campo social, político e cultural do qual o Ibase é apenas uma pequeníssima parte. Acreditamos que isto é necessário e oportuno. Apostamos em tal projeto, contando com aliados engajados na construção democrática.

A revista diminui de tamanho, mas não perde qualidade. Ganha maior amplitude temática, o espaço de polêmica, a crônica. Vamos radicalizar no caminho do ensaio e do estilo mais solto, sem comprometer a qualidade dos artigos. Sempre vamos trazer reflexões de pensadores do exterior que, na nossa avaliação, fazem parte desta rede cidadã de prática da liberdade de pensar, comprometendo-se com a construção de um mundo solidário e justo, além de diverso e alegre. Este é o compromisso reafirmado por trás das mudanças.

S U M Á R I O

ARTIGO
Religiosidade e mídia



ENTREVISTA
Henryane de Chaponay

3 ARTIGO
Religiosidade e mídia
Regina Reyes Novaes

10 VARIEDADES

12 ENTREVISTA
Henryane de Chaponay

22 CRÔNICA
Alcione Araújo

24 INTERNACIONAL
Democracia à prova de reivindicações
Gérald Assouline

32 PELO MUNDO

34 DEBATE
Aborto
Regina Soares Jurkewicz
Dom Estevão Tavares Bettencourt

42 NACIONAL
Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres?
Joel Rufino dos Santos

50 RESENHAS

54 OPINIÃO IBASE
Reflexões a partir da Agenda Social
Moema Miranda e Paulo Magalhães

62 CULTURA
Teatro
Aderbal Freire-Filho

68 ESPAÇO ABERTO
Juventude pobre
Jane Souto de Oliveira

72 INDICADORES
Cidadania e representação política
Cândido Grzybowski

80 ÚLTIMA PÁGINA
Marco

iBase Betinho

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Rua Visconde de Ouro Preto 5/ 7º andar – Botafogo
CEP 22250-180 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: +(21) 553-0676
Fax: +(21) 551-3443
E-mail: ibase@ibase.br
Web site: www.ibase.br

Conselho Curador
Regina Novaes – *Presidente*
João Guerra – *Vice-Presidente*
Nadia Rebouças – *Primeiro Secretário*
Moacir Palmeira – *Segundo Secretário*
Jane Souto de Oliveira – *Terceiro Secretário*

Diretor-Geral
Cândido Grzybowski

Diretor de Finanças e Administração
Jaime Patalano

Coordenadores
Erica Rodrigues – *Administração e Finanças*
Maria Nakano – *Comunicação*
Iracema Dantas – *Comunicação (interina)*
Moema Miranda – *Participação e Desenvolvimento Local Sustentável*
Atila Roque – *Políticas Públicas e Globalização*
Francisco Menezes – *Processos Sociais de Inclusão*
Núbia Gonçalves – *Relações Institucionais*
João Sucupira – *Transparência e Responsabilidade Social*

DEMOCRACIA VIVA

Diretor Responsável
Cândido Grzybowski

Conselho Editorial
Alcione Araújo
Carlos Alberto Plastino
Clara de Góes
Lourdes Grzybowski
Regina Novaes

Coordenação Editorial
Iracema Dantas

Subeditora
Anacris Bittencourt

Assistentes Editoriais
Jamile Chequer
Marcelo Carvalho
Silvana Claudio

Produção
Shirley Villela

Assistente de Produção
Geni Macedo

Projeto Gráfico
Mais Programação Visual

Foto da capa
Arquivo Ibase

Distribuição
Ibase

Fotolitos
Rainer Rio

Impressão
Gramom Serviços Gráficos

Tiragem
1.500

ARTIGO

Regina Reyes Novaes*

Encontros e desencontros entre religiosidade e mídia

Fui passar o ano novo – para mim a passagem do milênio – em Salvador, Bahia. Acredito que o lugar seja daqueles onde temos a expectativa de maior aproximação com nossas *raízes culturais*. Expectativa que cresce quando se está hospedada na casa de artistas, organizadores de um grande festival anual chamado *Herança Africana*. A casa de meus anfitriões fica na área dos tradicionais terreiros de candomblé. Para o de mãe Menininha do Gantois é possível ir a pé. Mas, nessa estadia, fomos surpreendidos com um som que não estava no *script*. A pregação de um pastor pentecostal e hinos evangélicos concorreram – e ganharam – dos atabaques que esperávamos ouvir. Quase todos os presentes ficaram irritados com a invasão de *privacidade cultural*. A conversa que se seguiu foi interessante: "Até aqui, na Bahia? Os crentes chegaram ao coração sincrético da cultura brasileira? Quem ou o que é responsável por isso?". No desenrolar, o veredicto final: são culpados as manipulações e o torpor provocados pelos meios de comunicação de massa.

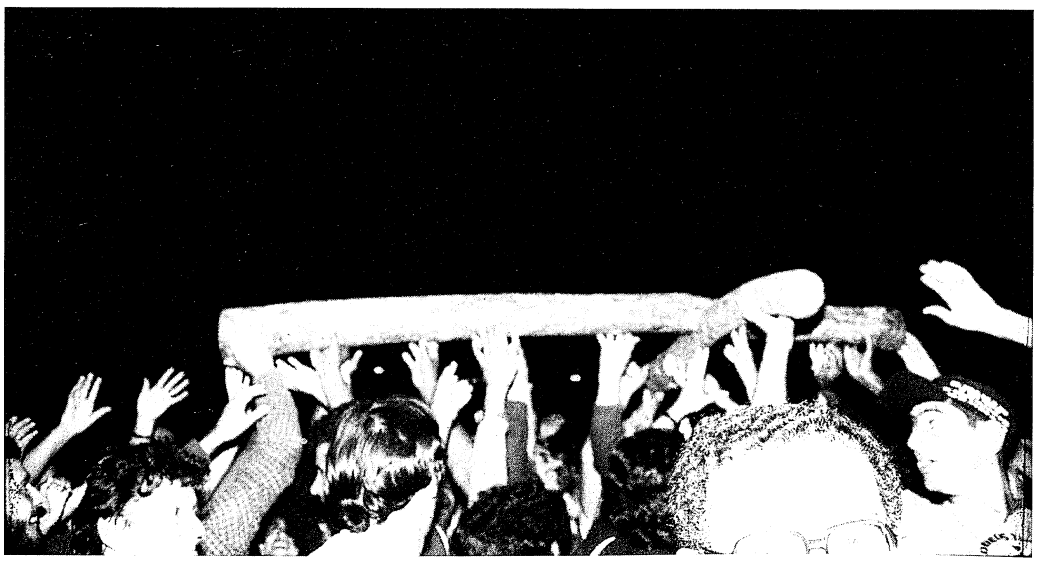
A situação ali vivenciada motivou este artigo. Como relacionar a mídia com as mudanças recentes no campo religioso brasileiro? Se tivéssemos que caracterizar tais mudanças poderíamos dizer que ocorre um evidente crescimento evangélico, sobretudo na sua vertente pentecostal; aumenta o número dos que se declaram publicamente espíritas kardecistas, umbandistas e do candomblé; e há ainda uma significativa diminuição dos que se declaram católicos por que foram batizados na Igreja Católica – o que não significa uma diminuição da participação religiosa destes últimos. O catolicismo se renovou através das Comunidades Eclesiais de Base e do Movimento Carismático, produzindo conversões no interior da massa católica. São poucos os que se declaram ateus. E, finalmente, crescem os que dizem ter fé mas rejeitam ligações com instituições religiosas. Minha hipótese é que neste conjunto há várias maneiras de se relacionar com a mídia, em suas muitas dimensões.

Comunicação de massa

Hoje com mais de 13 milhões de adeptos, o pentecostalismo no Brasil tem cerca de 90 anos e engloba centenas de *denominações* – organizações religiosas autônomas e independentes umas das outras – de pequeno, médio ou grande porte. Mas ninguém precisa saber sobre origens e estatísticas religiosas para indagar sobre os efeitos do crescimento evangélico. Basta um pouco da observação direta e cotidiana. Há sempre casos para contar: alguém próximo que arrumou emprego porque se valeu de ser *evangélico* – atributo positivo na disputa por um posto de trabalho; outro que após a conversão deixou de beber, de se drogar ou de comercializar drogas; uma mulher convertida que recobrou a auto-estima e conseguiu se impor ao marido e à comunidade; no futebol há os atletas de Cristo etc.

Mas há sempre quem se lembre do dízimo. A *exploração* através do dízimo nos leva à figura do pastor. Se aos evangélicos em geral é atribuída certa ingenuidade – o que também desqualifica sua opção religiosa – aos pastores, sobretudo aqueles que pertencem a denominações que não exigem formação escolar e teológica, reserva-se grande desconfiança. Seriam charlatões e manipuladores da boa fé popular. Há exceções? Eles que oferecem uma ordenação para a vida de pessoas estão à margem da cidadania? Das dúvidas sobre os pastores, chega-se à mídia. A presença dos evangélicos nos meios de comunicação não passa despercebida por ninguém. Em tempos de *zapear* com o controle remoto, ameaça todos os lares.

As igrejas pentecostais que aqui chegaram no início do século e também as que vieram nos anos de industrialização usaram principalmente o rádio e, às vezes, a televisão para transmitir suas mensagens. As mais recentes, fundadas nos anos 70, desde o início fizeram uso intensivo dos meios de comunicação de massa. São as concessões de rádio e TV – sobretudo as feitas durante a ditadura militar – que permitiram a invasão atual. Cultos, curas, testemunhos, pregações podem hoje ser acompanhados ao vivo. O pregador instrui que perto do aparelho pode-se também colocar algo ou alguém para ser abençoado.



ARQUIVO IBASE

Outras vezes ensina a tocar a tela para melhor receber as bênçãos. Mas até que ponto os programas de televisão motivam novas conversões? Com efeito, a imensa propaganda, livros, anúncios de rádio e televisão para diferentes faixas etárias proliferam no Brasil. Essa constatação poderia levar à conclusão de que o poder econômico, ao garantir o acesso à mídia, é o verdadeiro fator explicativo para o espantoso crescimento pentecostal. Porém antes de ultimar, é necessário compreender mais sobre esse *modus operandi*.

Católicos e pentecostais, diferentes vertentes

Os evangélicos sabem tirar vantagem do lugar destacado que a televisão ocupa no lazer dos brasileiros, sobretudo os das classes populares. A segmentação e a autonomia das denominações protestantes, históricas e/ou pentecostais favorecem sua visibilidade e o uso ágil dos meios de comunicação de massa. Para quem assiste nem sempre estão claras as diferenças entre as várias denominações independentes entre si. Através da televisão se faz um involuntário *ecumenismo interdenominacional*. Mesmo sem intenção de cooperação ou diálogo entre denominações, do ponto de vista dos receptores e no cômputo geral, umas favorecem às outras.

É verdade também que umas denominações podem denegrir a imagens das outras. Um exemplo são os escândalos que envolvem os negócios do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, dono de um canal de televisão e acusado de corrupção e enriquecimento ilícito. No entanto, justamente porque – diferentemente do que ocorre com a unidade sacramental e a hierarquia católica – as denominações pentecostais são muitas, com igrejas locais autônomas e diversas, não há escândalos que possam atingir ao mesmo tempo e da mesma forma todo o conjunto. Sempre é possível dizer: "Aqui é diferente", "Isto é perseguição dos poderosos contra os crentes", "É uma perseguição do Papa".

E como ficam os católicos? Em determinado nível, podemos dizer que enquanto a Igreja Católica ocupa-se constantemente em produzir sua unidade universal através de negociações entre diferentes correntes internas, os evangélicos, segmentados, potencializam suas ações. Pode-se dizer também que a Igreja Católica tem demonstrado dificuldades de lidar com o ritmo e com a lógica dos meios de comunicação de massa. Haveria uma estética a preservar. Os rituais, as festas, os signos de uma secular hierarquia devem estar presentes na transmissão da missa. Enquanto os pentecostais valorizam – antes de tudo – a palavra e a transmissão da emoção decorrentes da *presença do Espírito Santo*. E assim simplificam a *produção*. As imagens mostram pastores e fiéis com a cara do Brasil, falando sobre a vida real. Essas ressalvas são importantes para marcar diferenças entre o *ethos* católico e o evangélico pentecostal. Mas é correto afirmar que a Igreja Católica também vem fazendo uso dos meios de comunicação.

Enquanto a Igreja Católica ocupa-se constantemente em produzir sua unidade universal através de negociações entre diferentes correntes internas, os evangélicos potencializam suas ações

O Papa é pop

Em janeiro de 1998, durante a viagem do Papa a Cuba, uma pergunta esteve no ar: "Quem vai ganhar com esta visita: a Igreja Católica, o governo de Fidel, os cubanos que vivem na Califórnia ou o governo dos Estados Unidos?". Ainda hoje a resposta não é fácil. Mas para quem esperava a reedição da visita de João Paulo II, o fato foi uma decepção. O comunismo da ilha não *caiu* após a passagem do Papa. Talvez a imagem da ilha socialista tenha até melhorado. E é aqui que entra a mídia.

Tendo como cenário um povo caloroso que tomou as ruas, a figura do santo Papa, representante de Deus, ao lado de Fidel Castro, para muitos a própria encarnação do demônio, produziu significativos efeitos visuais. Nos noticiários a inédita imagem chegava a se contrapor ao conservadorismo das locuções. De fato, algumas imagens foram tão fortes que enfraqueciam o poder de persuasão dos locutores e entrevistados mais críticos ao regime cubano. Enquanto muitos insistiam em discorrer sobre a penúria econômica, sobre os desmandos políticos do regime *castrista* e perigos que a ditadura cubana representaria para a humanidade, uma festa cívico-religiosa se desenrolava nas telas de nossos televisores.

Todas as emissoras transmitiram olhares respeitosos, apertos de mãos e cenas de conversas amenas entre dois carismáticos septuagenários: João Paulo II e Fidel Castro. Há um tempo, seria impensável ver o que o mundo viu na telinha naqueles dias. As repercussões em Cuba ainda não foram suficientemente analisadas, mas a Igreja Católica transnacional certamente se fortaleceu.

Outros exemplos poderiam ser dados sobre o uso que João Paulo II faz da televisão. Quando o Papa esteve pela segunda vez no Brasil, Eduardo Coutinho filmava em uma favela carioca o documentário *Santo Forte*. O cineasta documentou em várias casas a figura do Papa sendo transmitida pela televisão. Em uma delas a personagem emociona-se com a presença do Papa *dentro de casa*. E olhando com muita fé para o aparelho faz um pedido especial: ser mãe. Naquele momento um objeto transformava-se em algo sagrado, veículo da presença do Papa.

Há um encontro de interesses, estilo e estética entre programas de auditório e padre Marcelo Rossi. À *alegria* das músicas e animação dos gestos soma-se o fato de ter um sacerdote na programação

A trajetória de João Paulo II, polonês filho de trabalhadores braçais e primeiro Papa vindo de fora da Itália em 450 anos, está estritamente ligada a suas viagens fartamente cobertas pela imprensa mundial. Sabemos que ele pode ser classificado como conservador no que diz respeito ao constante reforço à hierarquia eclesiástica e à disciplina rígida imposta aos teólogos considerados dissidentes e também por sua posição diante dos direitos das mulheres – ordenação religiosa, aborto, uso de anticoncepcionais. Mas pode ser também considerado revolucionário. Basta pensarmos no espaço por ele recuperado, através de viagens e visitas recebidas, para a Igreja Católica na esfera da política internacional. Anos depois de apoiar o sindicato polonês *Solidariedade*, já em novembro de 1989, o Papa antes de ir aos Estados Unidos recebeu uma importante visita. Mikhail Gorbatchov – na época secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética – em plena *glasnost* parou em Roma para uma audiência com João Paulo II, então engajado na questão do respeito aos direitos humanos para religiosos nas repúblicas soviéticas. Uma vez mais o Papa reafirmou sua autoridade moral de ser recebido e ouvido por um Estado socialista. Um fato como esse não é inconseqüente para o fortalecimento da instituição Igreja.

Em um momento em que se afirma que o catolicismo perde espaço em um mundo em que só o islamismo e o protestantismo ganham novos territórios, a cobertura que a grande imprensa reserva para sua agenda é fundamental para a construção da imagem do Papa. Através dos meios de comunicação revela-se um Papa que sabe ser *popular*, que sabe muito bem lidar com esses globalizados meios, que construiu uma imagem do pontífice que sabe e se esforça para falar muitas línguas. Alguém que é sistematicamente filmado beijando o solo de cada país onde chega. Não fosse a circulação dessas imagens a presença do catolicismo no espaço público não seria a mesma.

Aeróbica da fé

Voltando nosso olhar para o Brasil, *populares* são os padres cantores. O CD do padre Zeca, líder carioca do movimento *Deus é Dez*, chama-se *Digo sim a Deus*. E está entre os mais vendidos no mercado. Porém mais popular ainda é o padre Marcelo Rossi, versão paulista do mesmo tipo de fenômeno. Quem quiser saber mais sobre ele, pode usar seu endereço eletrônico: <pemarcelo@usa.net>. Através da *home page* pode-se também adquirir um terço bizantino adaptado pelo religioso "a fim de torná-lo mais acessível ao modo ocidental de rezar e pensar". Ainda na mesma página, há outros lugares para o *clique-clique*: *Testemunhos, Reze via Internet, Oração, Livraria, Programação, Entre em contato*. Indo um pouco mais adiante, no *link Testemunhos: uma grande graça* existe a opção para o internauta enviar sua própria história. Em *Livraria: o ministério de padre Marcelo* é possível adquirir CDs, fitas K7 e VHS e livros com mensagens, orações e músicas.

Nos CDs, vendidos em grande escala, encontra-se o conteúdo e o ritmo para a *aeróbica da fé*. Os títulos e refrões das músicas são significativos: "Enche-me espírito"; "Enche-me Espírito de Deus"; "Basta querer"; "Mãe, mãe, mãe"; "Reunidos aqui: não sei se a Igreja subiu ou se o céu desceu"; "Festinha para Jesus: eu tenho um barco"; "O nome de Jesus é doce"; "Dê um Sorriso Só"; "Senhor

me queima"; "A alegria" (aeróbica do Senhor). Quem nunca ouviu "O senhor tem muitos filhos..."? A coreografia é fácil porque já foi muito vista pela televisão ("Erguei as mãos...").

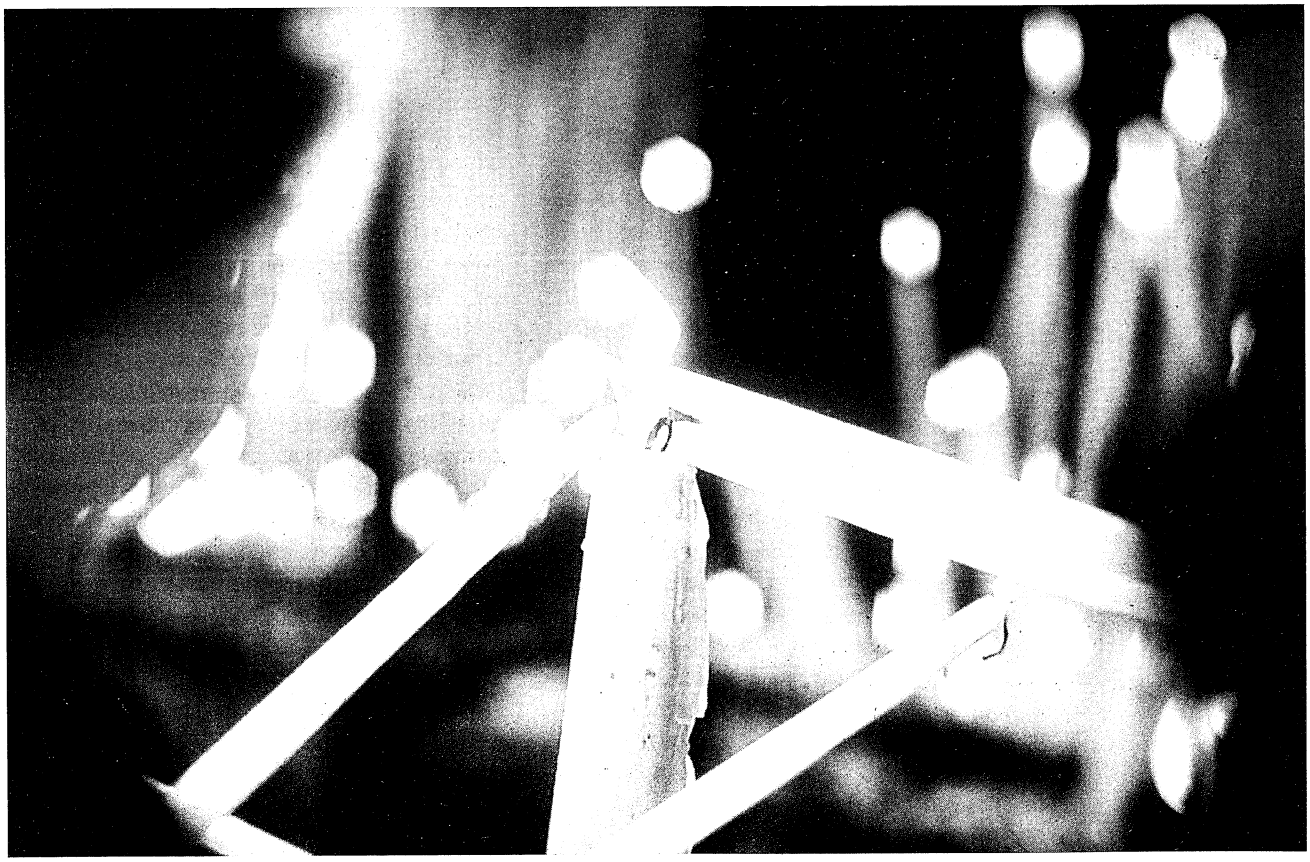
A Rede TV! é a emissora católica onde certamente há espaço para padres cantores. Mas essa não tem sido a mídia preferencial do grupo. Padre Marcelo vai aos programas de Hebe Camargo, Xuxa, Faustão, Gugu etc. Há um encontro de interesses, estilo e estética entre programas de auditório e padre Marcelo Rossi. À *alegria* das músicas e animação dos gestos soma-se o fato de ter um sacerdote na programação. Um pastor evangélico não teria *flexibilidade* para estar em um cenário de mulheres sumariamente vestidas. E se tivesse, o efeito não seria o mesmo. Na cultura católica brasileira o acesso ao padre é mais raro e, por isso mesmo, socialmente muito valorizado.

Mas padre Marcelo não é unanimidade entre os católicos. A corrente mais progressista se preocupa tanto com a falta de conteúdo e com a excessiva leveza da mensagem quanto com sua submissão à lógica comercial da mídia e do mercado fonográfico. Para o grupo, a renovação do catolicismo deve ser através da junção de fé e compromisso social com os mais pobres. É claro que esta corrente também gostaria de ampliar o alcance de sua mensagem. No último encontro nacional das Comunidades Eclesiais de Base o tema principal foi a *cultura de massa*. Discutiu-se que estratégias devem ser desenvolvidas para atingir os meios de comunicação e a maior parte da população, distante da *agenda cidadã* das pastorais populares.

Já a hierarquia da Igreja, em geral, é ambígua nas declarações que faz sobre padre Marcelo. Embora critique sua romaria por programas de auditório de TV e revistas de variedades e preocupe-se com o comércio de terços bizantinos, CDs e outros, não esconde a satisfação de possuir em suas fileiras um astro popular. De fato, padre Marcelo e o Movimento Carismático têm assegurado igrejas cheias. O padre cantor pode reunir multidões em megaeventos que demonstram o poder de reação da Igreja Católica diante da expansão evangélica.

Registram-se ainda reações negativas individuais, às vezes virtuais. Havia em uma *home page* a seguinte chamada: "Eu ainda ODEIO o Padre Marcelo". Ali pude ler uma mensagem:

ARQUIVO IBASE



"Você ainda odeia esse padreco aeróbico dos diabos? Então saiba que você ainda tem espaço para mostrar seu ódio". A *home page* foi tirada do ar.

Salmos e versículos bíblicos na MTV

Entre várias manifestações de uma de religiosidade mais difusa, presente hoje nos meios de comunicação, temos os programas de entrevistas e debates que convidam o ex-dominicano Leonardo Boff, o *best seller* Paulo Coelho, alguns *ecologistas espiritualizados* e personagens do *mundo esotérico*. Cada qual à sua maneira fala por si e de sua subjetividade e experiência, em programas que buscam uma estética *nova era*. Mas há também outros espaços em que a linguagem igreja católica se faz presente, mesmo que a intenção não seja *pautar* religião. Um bom exemplo são os grupos de jovens compositores de Rap que incluem em suas letras referências religiosas. Os *Racionais MCs*, de certa forma, se enquadram neste caso.

A inspiração desse grupo vem de Capão Redondo, bairro do extremo sul de São Paulo, que – segundo a mídia – contabiliza 13 assassinatos por mês. Mano Brawn, vocalista do grupo, continua morando nesse bairro. Seu primeiro disco, *Holocausto urbano*, vendeu 50 mil cópias. Um sucesso para uma banda iniciante. As letras são quilométricas. Pregam a revolução dos negros da periferia contra os "branquinhos das regiões negras da cidade". Dizem existir "um plano para acabar com os manos". São contra as drogas: "Deixa o *crack* de lado e escuta o meu recado". Os *Racionais MCs* consideram o tráfico o maior mal dos subúrbios pobres do país.

A mídia não uniformiza a sociedade, apagando as diferenças entre pessoas com experiências e identidades diversas

Eles já dividiram o palco com uma badalada banda inglesa – *Prodigy* – e com uma cultuada cantora irlandesa – Bjork. Viajaram para a Europa e os Estados Unidos. No Brasil fazem shows a R$25, mas nas periferias os ingressos têm valores simbólicos ou são gratuitos. Para divulgar os shows, utilizam cartazes colados em postes. Afirmam: "Nossa mídia são os bailes; é o boca a boca". O último CD da banda, *Sobrevivendo no inferno,* traz na capa um crucifixo cravado por uma bala. A contracapa mostra um homem segurando o revólver. Há fotos do grupo na frente de uma igreja e de pessoas com armas em punho. Na capa e na contracapa também há versículos bíblicos. Na maior parte das letras há referências religiosas. Seja através de indagações dirigidas a Deus – na busca de respostas para a violência e discriminação social que cotidianamente observam – ou através da afirmação da fé. O CD já vendeu um milhão de cópias e ocupa lugar de destaque nas lojas de todos os shoppings do país.

Os *mauricinhos* e as *patricinhas* que os *Racionais* odeiam não tiram o disco de seus CD *players*. Declaram-se contra o sistema, mas uma parte do sistema gosta deles. Mas recusam contratos milionários das grandes gravadoras. Atualmente têm um selo próprio: a gravadora *Cosa Nostra*. Recusam-se a ir ao Programa do Faustão ou ao Domingo Legal do Gugu: "Não somos produtos, somos artistas (...) Seria uma contradição ir a um programa de TV e dividir um espaço com gente que consome drogas. Somos contra os *jabás*, contra a desonestidade desse mercado". Mas ganharam o Prêmio *Music Awards* Brasil da MTV, concorrendo com um clipe gravado dentro do Carandiru, o maior presídio de São Paulo. Com a banda, a cruz – símbolo universal do cristianismo – freqüenta a MTV. Um de seus integrantes tem na emissora um programa que procura novos talentos do rap.

Consideram a mídia responsável por boa parte das agruras do mundo, mas certamente não teriam alcançado o mesmo sucesso se não estivessem em todas as páginas culturais dos grandes jornais por ocasião do lançamento do CD. Poderíamos analisar a presença dos *Racionais MCs* na mídia através da rede internacional do movimento *Hip Hop*, do qual fazem parte ou das peculiaridades do produto que oferecem ao *mundo pop*. Mas minha intenção aqui é bem mais limitada: chamar a atenção para símbolos religiosos presentes nas expressões culturais juvenis, que – assim considero – seriam condizentes com o perfil de um *religioso sem religião institucional*.

Sinais dos tempos

A idéia aqui é salientar aspectos diferenciados desse fetiche do nosso tempo – a mídia. Um fetiche é uma expressão cultural socialmente construída. Concentrando mais propriedades

ARQUIVO IBASE

*Regina Reyes Novaes

Antropóloga, professora do IFCS/UFRJ e pesquisadora do Iser

do que os símbolos, o que o torna forte para dominar, despertar medo ou seduzir são as associações de significados que suscita e os rituais que potencializa. Faz-nos tomar a parte pelo todo. O fetichismo é produto de um processo de significação. Viver em sociedade é inventar, transformar e reinventar fetiches.

Religiões e mídia – como fontes doadoras de sentido para a vida –- são hoje dois terrenos férteis para apreender fabricações de significados. O movimento nunca é de mão única. A mídia não uniformiza a sociedade, apagando as diferenças entre pessoas com experiências e identidades diversas. Indivíduos de diferentes segmentos sociais não ouvem emissões de rádio ou assistem programas de televisão como se fossem folhas de papel em branco onde simplesmente são impressas mensagens e imagens proselitistas. A idéia de uma mídia toda poderosa traz consigo a preconceituosa pressuposição de que os espaços populares são vazios de relações sociais e totalmente predispostos à manipulação.

Os receptores das mensagens religiosas ou da mídia fazem escolhas. Ao assistir emissões televisivas cada qual as interpreta a partir de sua própria posição de classe, trajetória de vida, experiência religiosa e necessidades do momento. Nessa perspectiva, mesmo sem descartar a relevância da mídia no crescimento pentecostal ou no sucesso de padre Marcelo, é preciso atentar para outros mecanismos, valores, ambigüidades e sentimentos – socialmente construídos ao longo de nossa história econômica, política e cultural – que possam predispor à conversão ao pentecostalismo. Da mesma forma, mesmo sem simpatia pela aeróbica da fé, é preciso indagar que demandas padre Marcelo Rossi está atendendo com suas ofertas de alegria e emoção carismática.

Para desvendar tais processos é necessário perceber ainda outros sinais dos tempos. A Igreja Católica talvez não fosse o que é hoje sem um Papa pop que conseguiu um lugar destacado nas agendas da mídia nacional e internacional. Em outro circuito, o próprio movimento *Hip Hop* – mesmo questionando o poder da mídia – não seria o mesmo não fosse a internacional circulação de informações através dos meios de comunicação. Os *Racionais MCs* estão nos cadernos de Cultura dos grandes jornais, nas revistas como Raça, Caros Amigos, Trip e em uma emissora musical como a MTV. São todos espaços fundamentais para a divulgação das intenções e das mensagens que querem vender.

Em resumo – e voltando para a situação que motivou este artigo – nem as religiões nem a mídia, em sua diversidade, estão imunes às diferenças econômicas, sociais e de estilos que perpetuam ou engendram. Questionar *pré –conceitos* generalizadores pode ajudar a compreender o coração sincrético da cultura brasileira. ■

V A R I E

Marcelo Carvalho e Silvana Claudio

De sem terra a sem emprego

Estudo realizado na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) revela que, ao contrário do que almeja o MST, a agricultura familiar no estado vem sofrendo um processo de desassentamento. Em dez anos a mão-de-obra familiar perdeu 215 mil pessoas. No mesmo período, 55.701 pequenas unidades de produção desapareceram em São Paulo. A pesquisa lançada em maio é baseada nos Censos Agropecuários de 1985 e 1995-96 e analisa dados das regiões de Jaboticabal e Ribeirão Preto. Os professores José Roberto Medina Landim e Manoel Antônio de Almeida Monteiro identificaram a falta de articulação política dos pequenos agricultores como a principal causa do problema.

Segundo a análise, a diminuição do trabalho familiar acontece paralelamente ao aumento da participação do emprego assalariado, principalmente o temporário. As dificuldades de acesso ao crédito agrícola e o crescimento das grandes culturas são apontados como responsáveis pelo declínio das pequenas propriedades e pelo isolamento do pequeno produtor, acarretando mais desemprego. Os pesquisadores alertam para a urgência de uma política agrícola séria. Sem ela, afirmam, os sem-terra de hoje voltarão a ser desassentados amanhã e desempregados no futuro.

Universidade abre as portas para lideranças comunitárias

A partir de julho a Universidade Popular da Baixada oferece o curso básico *Os Novos Direitos Sociais*. A instituição de ensino e pesquisa atende demandas dos movimentos sociais e contribui para o processo de formulação, fiscalização e implementação de políticas públicas. O curso faz parte do seu programa de formação de agentes comunitários de cidadania.

As aulas serão ministradas aos sábados, das 9h ao meio-dia até 30 de setembro. A questão racial, direitos da mulher, da criança e do adolescente, proteção ao meio ambiente e orçamento público serão temas abordados por professores da Universidade Popular, UFRJ, Uerj, Fundação Oswaldo Cruz e ONGs. As inscrições estão abertas e o valor do curso é de R$ 60.

Universidade Popular da Baixada
Rua Tuiutí, 16, 25 de Agosto, Duque de Caxias, RJ.
Informações: (21) 771-8619
upb@novanet.com.br.

DIVULGAÇÃO

Cidadania na Amazônia

Pesquisa do Centro de Estudos e Defesa do Negro, do Pará, revela que a participação de negros nos 1º e 2º escalões do poder público estadual e municipal é de apenas 9%. O dado consta do primeiro anuário do Observatório da Cidadania Pará, referente a 1999, uma publicação baseada em análises dos indicadores socioambientais do estado. Feito por 16 das instituições que compõem o Fórum da Amazônia Oriental (Faor), aborda temas que vão dos direitos de índios, negros, crianças e mulheres à avaliação do desempenho dos parlamentares da região. O anuário não se limita a fazer o diagnóstico, mas apresenta propostas para a solução dos principais problemas paraenses.

A publicação de 200 páginas está à venda por R$18 nas livrarias e na sede do Faor em Belém.

Fórum da Amazônia Oriental
Av. Senador Lemos, 557,
Umarizal, Belém, PA.
Informações: (91)241-0951
faor@amazon.com.br

D A D E S

Você acredita que o Brasil só tenha 500 anos?

Responderam que não 71,81% dos 4 mil entrevistados pela Pastoral da Juventude de Barra do Piraí, Volta Redonda, RJ. Esse resultado da pesquisa *Resgate da Dívida Social* supõe o reconhecimento da existência de nações indígenas mesmo antes da chegada dos europeus. As entrevistas foram feitas em dez cidades da região Sul Fluminense entre os dias 24 e 30 de abril. 63,27% das pessoas ouvidas tinham entre 16 e 30 anos e 58,52% eram mulheres.

Refletindo um panorama nacional, 43,62% dos entrevistados apontaram como principal exigência mais oportunidades de trabalho e empregos em suas cidades. Sobre o tema economia, 64,75% revelaram não saber o valor da dívida externa brasileira. Apenas 12% ou 480 pessoas acertaram o valor de U$ 235 bilhões. Mesmo assim, 55,62% disseram que a dívida deve ser paga, contra 44,38% que discordam do pagamento.

Quando perguntados sobre quais suas expectativas em relação aos políticos nas próximas eleições, 36,64% dos entrevistados responderam compromisso com o povo. O fim da corrupção foi a segunda resposta mais ouvida com 23,55%. Em terceiro lugar, 11,85% responderam não esperar nada.

Diocese de Barra do Piraí
Informações: (24)348-4357

Imagem não é tudo, mas ajuda

De primeiros habitantes do país a heróis das epopéias do Romantismo, os índios estão no sangue da população. E no imaginário. O Instituto Socioambiental (ISA) quis saber de que forma os brasileiros elaboram essa presença, encomendando ao Ibope a pesquisa *O que os Brasileiros Pensam dos Índios?*. Foram 2 mil entrevistados entre os dias 24 e 28 de fevereiro em um trabalho inédito no país.

Uma conclusão da pesquisa salta aos olhos: incontestavelmente os brasileiros apoiam as causas indígenas. 68% acham adequada a posse das terras pelos índios, mesmo sendo informados que os povos indígenas compõem 0,2% da população com a posse de 11% do território nacional. A pesquisa demonstrou também uma visão idealizada, corroborando o mito rousseauniano do *bom selvagem*. "Isso representa um capital simbólico positivo que compensa a fragilidade social", afirma o coordenador do Programa Rio Negro do ISA, Beto Ricardo.

Instituto Socioambiental
Informações: (11) 825-5544
www.socioambiental.org

ARQUIVO IBASE

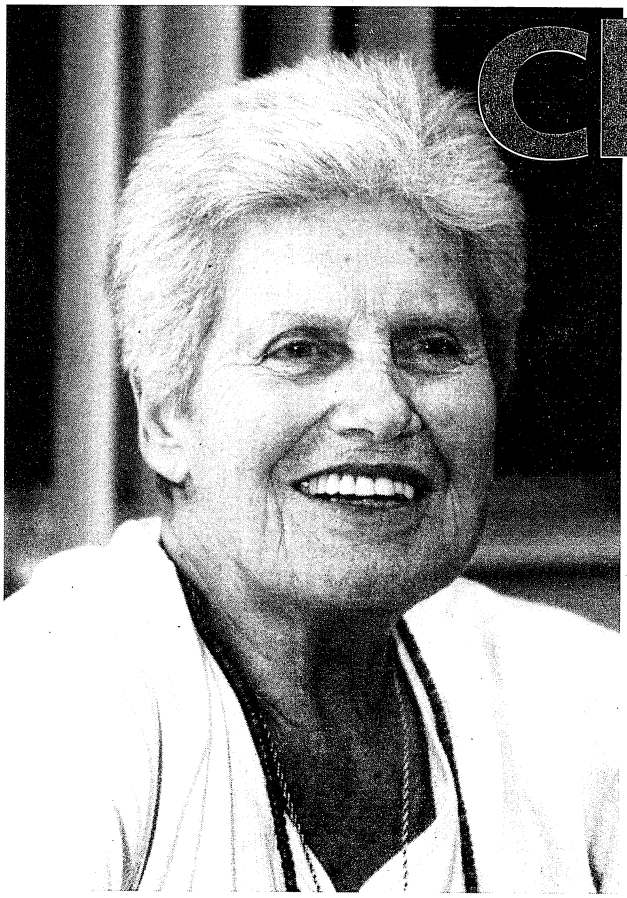
Carta aberta

O novo manual operacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) do governo federal está sofrendo severas críticas. A maior grita vem de entidades que participam do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que reúne 42 entidades governamentais, dos trabalhadores, empresariais e da sociedade. Durante seminário nacional, realizado entre os dias 3 e 5 de maio, algumas entidades como a CUT, a Pastoral do Menor da CNBB e a Contag redigiram uma carta aberta à sociedade, paralela ao Fórum. No documento condenam as modificações introduzidas pelo governo para o setor: "o governo federal não está cumprindo com todas as suas responsabilidades de prevenir e erradicar o trabalho infantil".

Duas resoluções em especial estão causando descontentamento. A determinação anterior permitia a cada estado definir o valor do auxílio que chegava por vezes a 1,5 salário. O novo teto estabelecido pelo governo é de R$ 25 por criança ou adolescente que deixe o trabalho. Outra medida foi a mudança na duração do auxílio. Se antes beneficiava crianças de 7 a 14 anos incompletos, está agora restrito a dois anos, com mais dois renováveis. "Esperamos que o diálogo volte. O governo introduziu modificações importantes de maneira unilateral, sem nenhuma consulta", afirma a secretária executiva do Fórum, Soleny Hamú.

Henryane de Chaponay, do castelo às lutas sociais

ANDRÉ TELLES



A globalização cidadã já tem sua história. A trajetória de Henryane é um exemplo dessa militância, que vem tecendo redes internacionais contra a globalização financeira. São redes que não se limitam a alguns atores; são redes que entrelaçam atores e países diversos.

Henryane de Chaponay é peça fundamental nessa história. Durante a Segunda Guerra, fugindo dos nazistas, atravessou a Espanha e foi para o Marrocos. Também viveu nos Estados Unidos, em Nova Iorque. Estava lá quando houve a invasão a Pearl Harbour. Em 1956, já de volta ao Marrocos, participou ativamente com sua família da luta pela independência. Trabalhou no departamento cultural do Ministério de Assuntos Exteriores do Marrocos, quando conheceu Josué de Castro e Ben Barka, um líder marroquino revolucionário.

É uma das fundadoras do Cedal – Centro de Estudos e Desenvolvimento sobre a América Latina. E participou da criação do Idac – Instituto de Ação Cultural.

Qual a origem do seu nome?

Henryane – Minha mãe era da família real francesa, os Orleans. Como se sabe, essas famílias são todas intercruzadas através de casamentos. Meu pai era de nobreza muito antiga da região de Lyon, na cidade de Grenoble.

Os Chaponay existem desde as cruzadas. A tradição era repetir os nomes das pessoas mais importantes e mais próximas. Por isso, tenho tantos nomes: Henryane Marie Pierre Emanuela Alberta Constance Blanche. Alberta justamente por causa do Rei Alberto da Bélgica.

E a família real brasileira?

Henryane – Tenho relações com os Orleans e Bragança do Brasil e com outras famílias reais em diferentes países europeus. Minha avó materna era irmã do Rei Alberto da Bélgica. E meu avô era sobrinho da Princesa Sissi da Áustria. Ela casou com o Duque de Alençon, um dos inúmeros netos do Rei Luiz Felipe. Para entender a relação aqui no Brasil, o irmão do Duque de Alençon era o Conde D'Eu.

Onde e em que ano você nasceu?

Henryane – Em Cannes, 1924. Bem antes da era do festival!

Conte um pouco da sua infância.

Henryane – Gostava muito de desenhar. Fiquei pouco tempo no sul da França onde nasci. Quando menina, passei a maior parte do tempo na fazenda dos meus avós paternos, na região de Lyon. Durante as férias de verão, ia à casa de meu avô materno, perto do Lago Léman e de Evian.

Quando estávamos nessa propriedade dos avós paternos, meu irmão e eu tínhamos uma governanta que nos dava aulas. Foi ela quem descobriu que eu gostava de desenhar e incentivou isso.

Desenhava animais, especialmente cavalos. Gostava de desenhar o movimento. No início da Segunda Guerra Mundial, fui aprendiz de Paul Jouve, um conhecido pintor francês.

Quantos idiomas você fala?

Henryane – O primeiro que aprendi foi o inglês, com uma governanta. Meu avô paterno era um francês aristocrata típico. Ele foi nomeado adido cultural na Embaixada da Inglaterra e se recusou a aprender o inglês. Dizia que o idioma da cultura era o francês e que todos tinham que sabê-lo. Quando éramos crianças, não conseguíamos falar com ele.

Também falo francês, espanhol e português. São idiomas que têm raízes comuns, mas é difícil dominar bem os três. Às vezes, perco a referência e misturo tudo, principalmente o espanhol e o português.

Aprendi o árabe, mas esqueci muita coisa. É uma língua que quando não utilizada se esquece rapidamente. Estou retomando alguns contatos e acredito que brevemente recuperarei a fluência, ou um pouco dela. O problema é que há uma outra lógica de construção do pensamento.

Como surgiu sua vocação internacionalista?

Henryane – Como dizia uma amiga, antes da Primeira Internacional [organização fundada em Londres em 1864, com o propósito de incentivar o socialismo e coordenar as forças dos trabalhadores no mundo todo], essas famílias já eram bastante internacionalizadas.

Certamente isso teve influência. O fato de ter nascido na França, morado na Bélgica e voltado para a França também pesou. Com a Segunda Guerra, tivemos que fugir dos alemães, migrando através da França até à Espanha. De lá fomos para Tanger, no norte do Marrocos.

Mais tarde, embarcamos meu irmão e eu de Lisboa para Nova Iorque. Mami – como minha mãe era conhecida – tinha uma irmã casada com um norte-americano. Eles nos receberam e eu, com 15 anos de idade, fui para um colégio do norte do estado de Nova Iorque. Meu irmão foi para Montreal continuar os estudos em um colégio jesuíta.

Era difícil conciliar seus estudos com constantes viagens?

Henryane – Nesse período retomei um curso de espanhol que havia iniciado na Espanha. Já me interessava em conhecer a América Latina. Tinha uma companheira de classe que era do México.

Os estudos que fiz foram sempre segundo os interesses que foram surgindo. Quando estava no Marrocos, aprendi o árabe e estudei a civilização muçulmana. Interessei-me pela Sociologia quando trabalhamos no campo, na animação rural [o termo refere-se ao envolvimento com movimentos sociais organizados da área rural].

Meu pai me influenciou nisso. Era um *gentlemam farmer* e gostava de inovar na criação de animais. Juntamente com os filhos dos agricultores, participávamos da ordenha das vacas, do corte do feno e das árvores. Tive uma educação muito sã.

Qual a influência norte-americana na sua formação?

Henryane – Fiquei nos Estados Unidos até 1943. Estávamos preocupados com a guerra, mas os norte-americanos só se interessaram quando aconteceu o ataque a *Pearl Harbour*. Até nas notícias que chegavam, a guerra do lado do Atlântico era menos importante. A gente se comunicava com os meus pais que estavam no Marrocos. Mas o correio era lentíssimo, e ainda tinha a censura. Eles ajudaram no desembarque norte-americano lá porque estavam do lado da *França livre*. Através do correio militar as cartas começaram a vir mais rapidamente.

Procuramos personalidades na França que precisavam ser convencidas da importância da soberania do Marrocos. Meu pai morreu em 1956, depois da independência. No enterro estava todo o novo governo marroquino

Sabemos que você teve uma perda familiar nesse período.

Henryane – Sim, meu irmão Pierre Emmanuel desapareceu. Em Montreal, um primo nosso, Charles Henri de Levis Mirepoix, contou ao meu irmão que estava preparando um esquadrão. Meu irmão se entusiasmou e foi para o sul dos Estados Unidos, no Texas, em Pensacola. Fui visitá-lo antes de ir para o Marrocos. Não sabia que seria a última vez que o veria. Minha viagem durou três semanas. Durante esse tempo o hidroavião em que ele estava desapareceu com outros 30 jovens. Nunca se soube o que realmente se passou. Quando cheguei ao Marrocos, meus pais não queriam me contar imediatamente. Senti que tinha algo errado. A gente sente essas tensões.

Havia uma formação religiosa forte na família?

Henryane – A formação religiosa era a tradicional, sem exagero. Meu pai tinha uma enorme sede *de justiça* e sofreu muito na Primeira Guerra Mundial. Minha mãe era uma pessoa muito jovem de espírito, rebelde e ao mesmo tempo de muita fé e simplicidade. Ela gostava muito da juventude. Lembro-me dela dizer: "os jovens são a esperança do amanhã". Ao longo da minha vida, muitas vezes sentia que suas reações espontâneas eram as mais verdadeiras.

Quando houve o desaparecimento do meu irmão, minha mãe buscou consolo com uma religiosa de um convento de Clarissas que existia em Rabat, no Marrocos. Era a superiora desse convento. Havia uma tolerância, considerando que estávamos em um país muçulmano. Começava a ser muito tensa a relação entre os marroquinos e o domínio francês. O Marrocos era um protetorado. A madre nos indicou alguns contatos para entendermos melhor aquela situação. Para a maioria dos franceses que morava no Marrocos essa preocupação não tinha sentido, era colônia, terra deles.

Foi ela quem nos colocou em contato com um muçulmano que se converteu ao catolicismo, o padre Abd-el-Jalil que vivia em Paris. E também com Louis Massignon, muito conhecido no mundo árabe. Massignon era uma pessoa extraordinária, foi amigo de Gandhi. Ele era oficial no Oriente Médio e em uma perseguição acabou se refugiando numa tenda de nômades. Descobriu que na cultura muçulmana era sagrado dar proteção a quem pede asilo na tenda. Foi um dos primeiros a denunciar a política francesa de colonização.

Sua família participou do movimento de independência marroquina?

Henryane – Depois da Segunda Guerra Mundial houve uma tragédia em Madagascar, uma repressão terrível contra os *malgaches*, que reclamavam mais direitos. Massignon foi pioneiro nessas denúncias. Ele nos ajudou muito. Assim como o padre Abd-el-Jalil que tentava explicar para os franceses o que era a visão do mundo de um muçulmano.

Foi assim que nos engajamos, eu e meus pais, no apoio ao movimento de independência do Marrocos. Procuramos também outras personalidades na França que precisavam ser convencidas da importância de reconhecer a soberania do Marrocos.

Meu pai morreu em 1956, pouco depois da independência. No enterro estava todo o novo governo marroquino.

Seu relato sobre o mundo árabe e o Marrocos nos aproxima de algo que para a maioria é muito distante. Você é capaz de relacionar harmonicamente esse universo.

Henryane – Para mim essa vivência foi uma grande escola. Tinha muitas ilusões quando entrei na luta pela independência marroquina. Todo esse movimento de descolonização foi importante. Imaginava como seria o momento da independência, da liberdade.

Senti o mesmo quando terminou a ditadura militar no Brasil. Muitas das coisas que achávamos possíveis se revelaram mais difíceis. Além de tudo isso, existem as relações humanas. Ao mesmo tempo em que são maravilhosas, são terríveis porque sempre complicam tudo.

Há uma tensão entre o respeito aos valores particulares de uma cultura e a afirmação dos direitos humanos universais. Como você vê a questão das mulheres no mundo islâmico, particularmente no Marrocos?

Henryane – Precisaria de mais que uma entrevista para responder a essa pergunta e explicitar o que é o Alcorão. É difícil retratar o que representou há 1.500 anos esse livro sagrado do Islamismo na Península Arábica. A situação atribuída à mulher está relacionada à realidade das relações sociais.

No mundo mediterrâneo, a maneira como através dos séculos os homens foram impondo seus interesses de poder revela uma luta social. E a religião serve para expressá-la. Situações como a do Afeganistão são intoleráveis, mas pouco têm a ver com a fé. A religião é um pretexto para reafirmar de maneira brutal o poder masculino. No mesmo sentido, podemos lembrar nos séculos 14 e 15 o que foi a Inquisição no mundo católico.

No Marrocos, ainda antes da Independência, o Rei Mohamed V incentivou sua filha Lalla Aicha a fazer um discurso público. Na época, isso foi impactante e ajudou as mulheres a expressar suas reivindicações mais profundas. Hoje elas estão lutando e assumindo papéis cada vez mais importantes na sociedade marroquina. Vejo as coisas mudando, mas estas mudanças continuam encontrando resistências fortes no comportamento masculino.

Diante da diversidade das culturas e da universalidade das aspirações humanas, temos que ter consciência da complexidade das relações sociais e suas representações forjadas no processo histórico em cada situação concreta. Entender outras culturas supõe um esforço nosso para entender o contexto do outro. Não quer dizer que aceitemos tudo, mas o importante é a atitude que tomamos de respeito à dignidade humana.

É sempre preciso descobrir o que há de importante nas outras culturas. É preciso traduzir as aspirações universais. Viver a interculturalidade é um processo permanente de construção pessoal e coletiva, de conviver neste nosso mundo.

Até quando você morou no Marrocos?

Henryane – Até 1964. Entre 1956 e 1964 trabalhei com a animação rural. Depois da independência, trabalhei no departamento cultural do Ministério de Assuntos Exteriores do Marrocos. O ministro pediu para eu contatar personalidades na França para vir ao Marrocos fazer palestras sobre desenvolvimento. E entre elas estava o brasileiro Josué de Castro. Nesse período, houve o seqüestro do avião do Ben Bella, um dos principais líderes da luta pela independência da Argélia. Com isso, foram cortadas as relações com a França e o único que continuou foi Josué de Castro. Nessa viagem de trabalho, conheci Yves Goussault que trabalhava em uma *Cité d'Urgence de Emaús* na periferia de Paris.

Entender outras culturas supõe um esforço nosso para entender o contexto do outro. Não quer dizer que aceitemos tudo, mas o importante é a atitude que tomamos de respeito à dignidade

Identificamo-nos imediatamente por afinidades no engajamento social. Ele conhecia bem Josué de Castro e o acompanhou na viagem ao Marrocos, mesmo sem ser convidado oficialmente. Josué de Castro visitou várias regiões do país, fazendo palestras sobre desenvolvimento.

Logo depois surgiu a idéia de organizar encontros entre os camponeses e as novas autoridades políticas, técnicas e administrativas do país. O objetivo era criar um primeiro plano de desenvolvimento que tivesse a participação popular.

Era o Iram?

Henryane – Não. O Iram – Instituto de Pesquisa e Aplicação de Método de Desenvolvimento – surgiu como entidade jurídica para dar continuidade a esse trabalho, poucos meses depois do primeiro *stage* de animação rural.

Conhecia bem as autoridades do Marrocos. Falei com o governador de Marrakesh e com o responsável pela agricultura na cidade e eles toparam a idéia. Fizemos várias reuniões na sede da província. Logo no primeiro encontro os camponeses, que vinham de diversas aldeias, fizeram muitas perguntas e se interessavam

até pela política internacional. Era um momento de entusiasmo, muita esperança e mudança. Isso foi em 1957.

Sem esperar ajuda, os camponeses fizeram mutirões para construir escolas nas aldeias, esperando receber o professor. Era um clima muito favorável. Ao mesmo tempo o Ben Barka, líder do movimento da independência marroquina, lançou a idéia da *Route de la Unité*. Era uma estrada para unir a parte da ocupação francesa do Marrocos à parte da ocupação espanhola. Tudo era feito através do trabalho voluntário, havia um grande canteiro de educação popular, alfabetização de adultos e até teatro.

Conte um pouco mais da trajetória do Ben Barka.

Henryane – Ele foi presidente de uma assembléia consultiva criada por Mohamed V. Tentava fazer com que o Partido da Independência – o Istiqlal – tomasse posições mais avançadas. Mas houve um racha no partido em 1959, desmobilizando o pessoal envolvido. Ben Barka era um revolucionário, no sentido nobre da palavra.

Gostava muito dele. Trabalhamos juntos e vi que ele acreditava no valor da educação. Recentemente, pediram-me para falar sobre ele em relação às questões de desenvolvimento. Fui reler escritos da época e vi que, na realidade, ele já falava de desenvolvimento local, da importância dos municípios, de cidadania. Aos poucos, ele foi tomando um caminho considerado mais radical. Falava da reforma agrária como um dos caminhos para se mudar a sociedade marroquina. Antes de deixar o país e ir para a Argélia, foi vítima de alguns atentados. Em 1965 foi seqüestrado em Paris e nunca mais se soube dele.

Era a época da Argélia pós-guerra?

Henryane – Sim, era o tempo de Ben Bella – o primeiro chefe de governo da Argélia livre. A independência foi em 1962. A Argélia era um lugar de acolhimento de todos os revolucionários. Miguel Arraes foi também acolhido naquele país.

Nunca se soube nada do seqüestro de Ben Barka?

Henryane – Na época em que isso aconteceu, ele estava fazendo articulação com líderes de países do Terceiro Mundo para um grande encontro que se chamaria Tricontinental. Há a suspeita de que a CIA participou do seqüestro. Ele não queria ir à França, mas decidiu ir porque se entusiasmou por um filme que seria feito por lá. Ben Barka sabia que a polícia francesa era ligada a forças conservadoras do Marrocos. Foi uma armadilha. Eu o vi pela última vez na Suíça.

Quando você voltou para França?

Henryane – Em 1964, para instalar o secretariado internacional do Iram que até então funcionava no Marrocos. O Instituto de Pesquisa e Aplicação de Método de Desenvolvimento foi uma das primeiras ONGs francesas. Era uma cooperação fruto de um trabalho integrado à dinâmica da sociedade da época. Era algo novo, porque tentava se organizar em torno do que a política representava naquele momento. Como convidados, fomos ao Senegal e a outros países da África.

É interessante lembrar a relação do Iram com a América Latina. Como foi a ida da brasileira Vera Jaccoud, então coordenadora nacional do MEB – Movimento de Educação de Base – para fazer um treinamento no Marrocos?

Henryane – Em 1961 Vera Jaccoud foi à França e conheceu uma instituição que se chamava *Peuple et Culture*. Eu a convidei para conhecer a experiência de animação rural marroquina. Depois fiquei sabendo que essa passagem pelo Marrocos deu a ela algumas idéias para o trabalho no Brasil, especialmente no Maranhão.

Como se desenvolveram suas relações com a América Latina?

Henryane – Sempre tive esse interesse, especialmente depois de uma viagem que fiz ao Equador em 1961. Vejo um prolongamento da história da humanidade que liga – para o bem ou para mal – a América Latina ao Magreb através da cultura ibérica. Basta lembrar os séculos de permanência árabe na Espanha e em Portugal.

Em relação ao Brasil, o golpe militar interrompeu um projeto de cooperação entre

Sempre tive interesse pela América Latina, especialmente depois de uma viagem que fiz ao Equador em 1961. Vejo como uma prolongação da história da humanidade que liga – para o bem ou para mal – a América Latina ao Magreb

o Iram e o governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Yves Goussault, co-fundador do instituto e professor da Universidade de Paris, foi duas vezes ao Brasil atendendo a um convite de Arraes. Nesse contexto, foi se ampliando e consolidando uma rede de pessoas e instituições. Um paraguaio que trabalhou na OIT, Ruben Talavera, colocou-nos em contato com Miguel Arraes e Jacques Chonchol, assessor da FAO em Cuba e mais tarde ministro da Agricultura do Chile. Foi Jacques quem organizou uma viagem minha a Cuba em 1961, primeiro ano do socialismo. Quando ele voltou ao Chile, convidou o Iram para cooperar com o Indap – Instituto de Altos Estudos da América Latina.

E com Paulo Freire, vocês chegaram a ter algum contato?

Henryane – Quando ainda trabalhava no Iram, fui convidada para trabalhar com ele no Chile. Mas o financiamento do projeto era do Banco Interamericano e, por eu ser francesa, não aceitaram minha colaboração. Conheci o educador mais intimamente quando ele chegou à Suíça e foi nomeado pelo Conselho Mundial de Igrejas como responsável pelo departamento de educação. Ele patrocinou o início do Cedal – Centro de Estudos e Desenvolvimento sobre a América Latina. Também participou da criação do Idac – Instituto de Ação Cultural.

A relação com o Brasil faz parte de uma história que começou bem antes, com Josué de Castro. Além de Vera Jaccoud e Maria Aída Bezerra, também especialista em educação popular, outros que chegaram depois do golpe de 1964 fazem parte dessa aproximação. Marcos Lins, assessor de Miguel Arraes, foi da equipe do Iram na Argélia. Com isso, já acompanhávamos o que se passava no Brasil. Quando ocorreram as grandes manifestações estudantis em 1968, eu e alguns amigos tentamos formar um comitê de apoio em Paris.

Onde você conheceu Aída Bezerra?

Henryane – Em Paris. Ela e mais três outras brasileiras decidiram fazer juntas um curso com Yves Goussault, professor da Universidade de Paris. E então ele me convidou a ajudar no acompanhamento desse trabalho. Tivemos longos encontros com elas. Ainda tenho em casa exemplares dos diplomas delas. Não lembro muito bem do conteúdo da tese, mas elas fizeram muitas pesquisas sobre a realidade do momento na questão das relações do trabalho no Brasil.

Como foi sua entrada para o Conselho Mundial de Igrejas e para o Comitê Católico contra a Fome e para o Desenvolvimento?

Henryane – Em 1970 assumi uma missão de consultas do Conselho Mundial de Igrejas na América Latina. Na mesma época, tive o primeiro contato com o CCFD, através de Aída Bezerra e Chico Whitaker, ex-vereador de São Paulo e atual secretário-geral da Comissão Nacional de Justiça e Paz.
O CCFD procurava alguém para ajudá-los na política de projetos e foi assim que me tornei responsável pelo setor.

Ao final das consultas feitas em nome do CMI, criamos um comitê *ad hoc* internacional que organizou seminários em diferentes países da América Latina. Nesse grupo estava Luiz Alberto Gomés de Souza, antigo secretário-geral da JEC (Juventude Estudantil Católica) e atual diretor do Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Formamos um comitê latino-americano e eu era a coordenadora. Em 1972 fizemos um encontro no Colégio Metodista em São Paulo. Lá estavam cerca de 40 pessoas de esquerda que não optaram pela luta armada, optaram pelo embrião disso que é hoje o trabalho de organização social e de educação popular.

Um paraguaio que trabalhou na OIT, Ruben Talavera, colocou-nos em contato com Miguel Arraes e Jacques Chonchol, assessor da FAO em Cuba e mais tarde ministro da Agricultura do Chile

Foi daí que surgiu o Cedal?

Henryane – Sim, a idéia vem em grande parte dessa experiência. A proposta inicial foi abrir um pequeno espaço para confrontar iniciativas de participação e democracia. E também criar um entendimento do que se passa na esfera internacional e o efeito que isso tem sobre as dinâmicas locais. Para isso, organizávamos encontros na França, Espanha, Itália e em Portugal.

O Cedal nasceu no contexto dos anos 70, quando predominavam as ditaduras militares na América Latina e era preciso criar um espaço autônomo de formação e autoformação para debater práticas, reflexões e conhecimentos entre atores de diferentes lutas sociais.

Em 1997, tivemos a oportunidade de realizar uma avaliação qualitativa do papel que desempenhamos. Tivemos dois avaliadores externos que reconheceram o papel pioneiro do Cedal. Apontaram que temos uma rede de relações formada por pessoas, instituições e organizações sociais e que era o momento de solicitar a essa rede informal uma participação ativa para propor uma outra lógica de funcionamento. Essa rede se apoiava nas indicações do pessoal da JOC (Juventude Operária Católica), como Paco Vera, da Venezuela; Enrique Del Rio, da Espanha; Angelina de Oliveira e Irony Bezerra, co-fundadoras do Cedac (Centro de Ação Comunitária) no Rio de Janeiro. José Domingos Cardoso, o Ferreirinha, um dos fundadores da CUT, também fazia parte desse grupo.

Qual o balanço pessoal que você faz da experiência latino-americana do Cedal? Qual é o lugar do Brasil na América Latina?

Henryane – Foi uma experiência reveladora da complexidade das relações humanas dentro da dinâmica das organizações sociais e das instituições em geral. Uma grande escola, seria impossível expressar em poucas palavras toda a riqueza desse aprendizado.

Quanto ao Brasil, sempre percebi uma tendência de voltar-se mais para a Europa que para o restante da América Latina. Mas isso está mudando em função da globalização. Sinto que agora há uma resistência de muitos setores sociais que redescobrem seu pertencimento a um bloco cultural que tem uma história em comum. Uma coisa que devo muito aos brasileiros é essa aprendizagem de poder gostar das coisas boas da vida, sem vergonha. De nadar na praia, de caipirinha... Devo isso ao companheirismo da América Latina, e principalmente aos brasileiros e às brasileiras.

ANDRÉ TELLES

Sua trajetória política é completamente personalizada, os movimentos a que se refere, grandes ou pequenos, têm nomes, histórias e boas lembranças. Por quê?

Henryane – Os movimentos sociais e políticos são sempre feitos por pessoas que se juntam. São as pessoas que importam no encontro. Tem uma frase que me marcou muito, dita pelo amigo Louis Massignon. Para ele "Deus é o Deus do encontro, do encontro com as pessoas". Minha vida, minha própria educação, formação e evolução sempre foram marcadas pelo encontro de pessoas. E foi a grande escola. Ao mesmo tempo que me interessava, tentava entender melhor as grandes tendências ideológicas, a história das idéias, percebia que a concretização passa através das pessoas.

Como é sua relação familiar hoje?

Henryane – Não me casei, fiquei só. Não tenho parente próximo, a não ser um primo. Minha família é internacional. É essa que se fez ao longo da minha trajetória, a partir das relações de trabalho, da cumplicidade. Tenho tido cada vez mais interesse pelos jovens. Tento entender suas aspirações. Não é uma questão só de proximidade. Tenho encontrado amigos entre filhos dos meus amigos.

Você tem amigos jovens no Marrocos?

Henryane – Sim. Coincidimos em muitos pontos. Agora estamos cúmplices na tentativa de recuperar uma memória que a geração deles não tem porque não foi passada pelos pais por conta da repressão.

Como a repressão brasileira atingiu você? Em algum momento, você teve alguma dificuldade de entrar no país?

Henryane – Não, de entrar no país nunca. Mas evidentemente eu devia estar ultra-identificada no Brasil, como era em toda parte.

Com esse envolvimento, como ficou a relação com seus familiares reais?

Henryane – Mantive contato principalmente com meu primo belga Balduíno. Quando éramos crianças e eu morava na Bélgica, a gente se encontrava de vez em quando. Ele era um pouco mais jovem que eu. Mas foi no enterro da avó dele, a Rainha Elizabeth da Bélgica, que a gente realmente se encontrou. Ele estava interessado no debate sobre desenvolvimento e falou: "quero conversar mais com você, sei que está fazendo um trabalho interessante e queria conhecer mais sobre isso".

A partir daí, começamos uma amizade além da familiar, uma profunda amizade. Balduíno era uma pessoa de muita profundidade e fé, diferente de mim, seguia a Igreja Católica da maneira tradicional. E eu estava me afastando cada vez mais de tudo isso. Mas tínhamos a preocupação comum pelas questões internacionais a compartilhar. Ele até fundou a fundação do Rei Balduíno, onde Paulo Freire foi o primeiro premiado.

Com isso, você tinha passe livre no palácio real belga?

Henryane – Sim, recordo uma história particularmente interessante. Vinha a Bruxelas de carro desde a França e me apresentei à entrada ao guarda, dizendo que o Rei me esperava. Ele não acreditou. Eu disse para ele telefonar para verificar a informação, mas o guarda se recusou e não me deixou entrar. Fui para um café na cidade próxima, porque o Palácio de Laeken era fora de Bruxelas. De lá telefonei e disse: "Balduíno, não querem me deixar entrar". Ele pediu que eu esperasse e mandou um oficial me buscar. Segui o outro carro até o palácio e quando passei pelo guarda tive vontade de dizer um desaforo para ele.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foi agraciado com esse prêmio recentemente, não é?

Henryane – Sim. A relação com Balduíno era profunda e natural. Quando somamos a isso uma relação familiar, que permite proximidade, é muito mais simples. Não é como um rei, é um primo. A gente se gostava, andava quilômetros conversando.

Que autores marcaram sua vida?

Henryane – Sou eclética, mas certamente as leituras dos livros de Teillard de Chardin, de Mounier me marcaram muito. Li muito sobre o mundo muçulmano, sobre Sociologia e tentei entender melhor Marx. Também li publicações de autores de novelas de vários países. Quando jovem gostava muito de livros de aventura, das histórias do "Grand Nord", das florestas equatoriais, de Julio Verne. Sempre gostei de livros de história, de Braudel entre outros autores.

Ultimamente gosto de ler para entender melhor nosso universo. Acho fascinante essa dimensão do cosmos onde cada vez se descobrem aspectos novos, surpreendentes e, ao mesmo tempo, há uma incrível combinação de energia. Nesse tema, um autor seria o

Jornal da Cidadania

Betinho iBase

O Jornal da Cidadania é distribuído mensalmente para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. São trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradores de periferias, estudantes e professores, entre outros segmentos da sociedade. Sua tiragem de 40 mil exemplares chega gratuitamente a todos os estados brasileiros.
Participe dessa iniciativa. Você pode colaborar com contribuições voluntárias ou organizando um núcleo de distribuição. Doações de pessoas jurídicas serão abatidas no Imposto de Renda.

Converse com a gente pelo telefone (21) 551-6542
ou pelo e-mail jcidadania@ibase.br

Hubert Rives, astrofísico canadense que mora na França e escreveu sobre a formação das estrelas e de nosso planeta. Os astrofísicos são os cientistas com a visão mais global dos fenômenos cósmicos.

Na sua biblioteca pessoal, que obra você destacaria?

Henryane – É difícil escolher, mas vale a pena citar as obras de um amigo, o Casamayor. Ele era um juiz conhecido na França; Casamayor era pseudônimo de Serge Fuster. Escrevia no Le Monde e foi um elemento fundamental na revista Espirit, da qual participei. Foi também presidente do Iram. Era uma personalidade impressionante. Ele pintava e escrevia livros, tenho todos as suas publicações com dedicatórias. Esses livros têm muito a ver com as questões de poder do Estado e de cidadania. Ele foi o juiz do Tribunal de Nuremberg e um dos primeiros a lutar contra a pena de morte. Se lembro bem, ele nasceu na Argélia, de mãe espanhola e pai russo.

De onde vem tanto entusiasmo?

Henryane – Não sei, mas acho que vem do fato de estar sempre me projetando no futuro. Tenho a sensação de que tudo pode ser modificado. Não concebo a possibilidade de trabalhar sem ter um horizonte, mesmo que tenha um aspecto utópico, é o que me empurra. E também o fato de lidar com jovens. Isso foi herança da minha mãe, que era muito jovem de espírito. Morreu aos 82 anos e ainda era jovem.

Quais são os seus projetos hoje?

Henryane – Estou avaliando a possibilidade de transformar o Cedal em uma rede. Uma rede entre pessoas, que ao longo de discussões e encontros vai tomando forma. Tenho também a expectativa de capitalizar a experiência do Cedal, aproveitar ao máximo as reflexões e aprendizagens para outras iniciativas. Essa foi uma das recomendações dos avaliadores. Um amigo engajado no problema da Segurança Alimentar, Michel Gervais, está ajudando muito nessa refundação do Cedal.

Esse projeto de reformulação já está financiado?

Henryane – Estamos tentando encontrar uma maneira de funcionar flexível e informal que nos permita interagir com a ajuda da internet, com um mínimo de recursos. Cada um vai assumir sua participação para favorecer um espaço livre de intercomunicação e reflexões.

Eu quero ser amigo do Ibase

•Forma de contribuição ( )trimestral ( )semestral
•Valor de contribuição
( )R$ 30,00 ( )R$ 50,00 ( )R$ 100,00 ( )Outro R$_____
•Contribuição eventual no valor de R$_____
.Dados pessoais:
Nome:_____ CIC:_____
Endereço:_____ CEP:_____
Cidade:_____ UF:____ Tel.:_____
Fax:_____ e.mail:_____ Nascimento: ___/___/___
Área de interesse:_____ Ocupação/Profissão:_____
Tomei conhecimento do Círculo de Amigos do Ibase através de:
_____
Data: ___/___/___ Assinatura: _____

Enviar para: Rua Visconde de Ouro Preto, nº5 - 7º andar - Botafogo CEP: 22.250-180 - Rio de Janeiro,RJ - Tel: (021) 553-6097
Fax: (021)553-3696 - e-mail: ibase@ ibase .br

PUBLICIS · NORTON

Foto: Levindo Carneiro

A LINHA DA VIDA

(21) 553-6097

Este é o telefone do Ibase, instituição criada por Betinho, que atua na luta contra a fome e na defesa da vida. E o Ibase está à procura de amigos. Pessoas especiais e comprometidas com a cidadania e a solidariedade. Se você acredita que só a participação cidadã é capaz de mudar um país, entre para o Círculo de Amigos do Ibase. Através de sua contribuição estará ajudando a construir uma sociedade mais justa e muito mais feliz. E receberá em sua casa informações sobre projetos e campanhas de fortalecimento da democracia brasileira. Ligue e participe.

CÍRCULO DE AMIGOS

Betinho
iBase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Em que outras atividades você está engajada?

Henryane – Na criação do Fórum de Cooperação entre Sociedades Civis de América Latina, Caribe e Europa. Esse projeto tem muito a ver com o espírito de reformulação do Cedal. Por exemplo, a idéia de estimular a cumplicidade, a informalidade e de não criar mais uma instituição. Continuo acompanhando outras atividades relacionadas com cidadania e desenvolvimento local.

Também estou retomando as relações com o Marrocos e colaborando no resgate da memória histórica do país. Quero transmitir aos jovens de hoje o entusiasmo que havia na época da independência. Outra coisa é que agora tenho um pouco mais de tempo para gozar a vida.

Como está o projeto da sua autobiografia?

Henryane – Deverá estar pronto no final deste ano. Tenho me divertido construindo esse livro, é como um *grand finale*. Mas ao mesmo tempo tenho uma certa resistência por considerá-lo um pouco como testamento. Lygia Segala, antropóloga e professora da UFF, tem me ajudado muito. Ela é muito rigorosa e exigente. Temos feito todo um trabalho de resgate de memória. Em alguns momentos rimos muito, como quando eu digo: "Porque você me olha assim? Parece uma coruja!". É mesmo um olhar de coruja, *o regard de l' anthropologue*.

Parece ser algo bem diferente de um testamento. Remete a idéia de herança e de estar dividindo com outros sua história.

Henryane – É exatamente isso. Eu e a Lygia temos muita cumplicidade. Queremos construir um livro que seja também divertido, não apenas um depoimento. Ela teve a idéia de montá-lo como um vitral, com muitas cores. São pedaços que se juntam pouco a pouco. Nosso livro terá ilustrações, uma carta que escrevi em árabe, um desenho e algumas fotos.

Lygia acha importante mostrar que o livro não conta só uma trajetória individual. Traz depoimentos que ligam a minha história a outras tão significativas. Funciona como um pretexto para contar algo além. Aparentemente, é uma coisa caótica mas que se emenda como um vitral. Demonstra uma autonomia absoluta mas que só faz sentido na relação com tudo o mais.

Você é uma das representantes da solidariedade internacional. Faz parte de uma cooperação sem culpas e sem burocracia. Mostra-nos um internacionalismo que respeita a diversidade de culturas e que carrega muita amizade.

Henryane – Sim, é verdade. Isso ocorre não só em relação ao Marrocos e ao Brasil mas com outros lugares também. Quando estou em um país, sinto-me muito mais integrada nas preocupações e na dinâmica das relações locais do que simplesmente alguém de fora.

O próprio Iram e também a experiência de animação rural revelam isso. Uma cooperação que procura trabalhar com as pessoas do local, formulando propostas e criando *pontes*. Aprendi muito nos países por onde passei, muito mais do que através de livros. Para mim a cooperação tem realmente este sentido de tentar recuperar a dimensão do trabalho conjunto. Cada um trazendo uma parte, criando uma reciprocidade.

Mas há um aspecto que me irrita às vezes. Acho que se burocratiza cada vez mais. Vejo isso como uma tendência normal das instituições que vão perdendo um pouco o espírito inicial. Houve um período, a época das ditaduras, em que tínhamos muita gente solidária nas instituições européias. Lutava-se pela causa da resistência à ditadura, pela construção da democracia. Agora há uma tendência a se profissionalizar tudo isso, no mau sentido.

Sei que é importante termos competência, mas percebo nas instituições uma tendência à burocratização e a perder a energia vital da criação inicial. Considero que isso seja uma tendência humana e sociológica das instituições, qualquer que seja. Mas acho que devemos lutar contra essa tendência sempre, seja no partido político, no sindicato ou nas ONGs.

Percebo nas instituições uma tendência à burocratização e a perder a energia vital da criação inicial. Mas acho que devemos lutar contra essa tendência sempre, seja no partido político, no sindicato ou nas ONGs

A realidade é muito mais feia que o sonho?

Henryane – Sim. Temos que assumir essa realidade, ainda que penosa. Mas também temos que poder sonhar. ▩

Iniciação

Chamava-se Durvalina. Tinha a pele cor de jambo, aveludada por uma penugem de pêssego. Seus vinte e poucos anos faziam dela uma mulher vivida para os meus onze. Como toda fêmea, nasceu sabendo tudo sobre sedução. Dobrada sobre o tanque, na ginástica do molha-e-esfrega, fingia me ignorar, instalado à popa, a calculada distância. O vai-e-vem do bate-e-torce fazia subir e descer o vestido, de algodãozinho surrado, como cortina de circo mambembe, ora mostrando, ora escondendo os altos do entre-pernas, que segredavam mistérios. Mas ela tinha consciência milimétrica do quanto, em cada posição, ofertava das costas das coxas carnudas à minha trêmula curiosidade. Outra hora, debruçada sobre a bacia de legumes, que raspava, descascava e picava, oferecia, através da curva do decote – e lá estava eu, na proa, paralisado pelo fascínio – o balanço do par de tenros seios, de pele clara e biquinho róseo, a roçar, intumescido, o leve tecido. Raspava uma cenoura com a faca e, com olhar desafiador, sorria, os lábios úmidos, narinas dilatando e contraindo, na pulsação do desejo. Criou tal turbulência na placidez da minha inocência que, tantos anos e quantas mulheres depois, ainda posso, sem a magia da *madeleine* proustiana, retirar, da penumbra da memória, imagens fragmentadas e fugidias, e contemplá-las à luz da maturidade. Logo, dois sentimentos me assaltam: a tristeza pela perda da inocência e a nostalgia de um tempo que nunca voltará. Nem a maturidade me ensinou a conviver com o irreversível.

Nos meus sonhos, Durvalina transfigurava-se na serpente que me envolvia o corpo com a maçã entre as pernas, fruta na ferida aberta. Na sonolência das aulas de religião, era o anjo de asas negras que passeava suas nádegas pela sala. Era a miss fotografada de maiô ou a beldade de nudez roliça das revistinhas de Carlos Zéfiro, que me ensinaram a fazer justiça com as próprias mãos, na quietude do banheiro, de onde saía zonzo, o corpo exaurido e a pele enrugada por intermináveis banhos.

Impetuosa, passou a me invadir em plena aula da recatada dona Selma. Murmurava nos meus ouvidos coisas de arrepiar. O calor dos sussurros me estremecia e me induzia a imaginar, fantasiar, desvairar. Como seria, por exemplo, o inatingível biquinho do seio de dona Selma?, por quem – ainda não disse – eu me apaixonara. Paixão séria, sem a nódoa do sexo. E casamento certo, tão logo eu amadurecesse, lá pelos catorze ou quinze anos, quando então me declararia, e ela, entre lágrimas e sorrisos de gratidão, se atiraria aos meus pés, e eu a ergueria com viril solicitude e a carregaria nos braços até onde seríamos felizes para sempre. Porém, soprando no meu ouvido, Durvalina me arrastava para os mistérios do sexo, os segredos da carne, os tremores, os arrepios, os fluidos...Oh, Deus, como sofrem as inquietas almas de 11 anos!

O firme propósito de casar com dona Selma não me impedia de perseguir Durvalina pela casa, mantendo-a sempre ao alcance da vista, se possível, da mão. E ela sabia fazer o jogo. Avançava e recuava, oferecia-se e se negava, dava e tomava, enfim, todos os regateios da sedução. Se uma sombra de culpa ou medo anuviava meu ímpeto, logo se desvanecia com o cínico argumento com que me autoconvencia, de que era ela quem manchava de pecado minha alma inocente.

Ter Durvalina em casa me tornava um garanhão para a turma da esquina – cinco ou seis onanistas obcecados, entre 10 e 15 anos, que viviam em intermináveis discussões sobre as práticas sexuais das vizinhas com os namorados. Tudo narrado com detalhes. Mínimos detalhes.

Excitados pelos ouvidos, refugiávamos num velho porão e nos entregávamos aos prazeres do sexo grupal – sentados lado a lado contra a parede e de arma em punho, celebrávamos Onã. Em silêncio e olhos fechados, as mãos se agitavam no vai-e-vem ritmado. Logo se ouviam suspiros, murmúrios e gemidos, evocando, às vezes, a mesma homenageada. Muitos clamavam por Durvalina. O desfecho era a acalorada disputa pelo alcance do esguicho.

Enfim, numa tarde de sábado...Com a cabeça sob o jato d'água, Durvalina lavava o cabelo, mas, como sempre, pressentiu minha aproximação. Ergueu o dorso e virou-se, a água escorrendo sobre a roupa. Entre as mechas de cabelo molhado, vislumbrei a fagulha de malícia do olhar e os lábios se abrindo num sorriso. A língua irrompeu dos fundos da boca como rubra serpente, colheu a água e sorveu-a com ruído úmido. Ela voltou-se para a torneira, curvou-se ao máximo, erguendo a cortina do vestido. Vi-me de frente para o precipício.

Súbito, virou-se brusca para mim, braços abertos e olhos fechados, grunhindo. Queria ajuda para aliviar o ardor do sabão nas vistas. Cheguei mais perto. Transparente, o vestido encharcado colava-lhe no corpo. Mordia os lábios de dor. Apartei-lhe as mechas do rosto e comecei a tirar-lhe a espuma dos olhos. Sem enxergar, deu um passo à frente. Seu corpo encostou no meu. Os seios, à mostra, moviam-se com o seu arfar. Segurou-me a mão, sentiu o tremor, levou-a ao meu rosto e esfregou com força, mordendo os lábios. Levou meus dedos à boca. Mordiscou e lambeu um a um, enquanto apertava minha outra mão contra o seio. Colou o rosto ao meu, já tão molhado quanto o dela. Sua língua passou entre os meus dedos e penetrou, quase à força, na minha boca. Trêmulo e molhado, me submeti à volúpia de Durvalina e me entreguei às suas mãos experientes e ágeis.

Impossível desvendar o mistério das mulheres. E, no entanto, mesmo sem entendê-las, vivemos à volta delas como a mariposa da luz. Imagine que pelas mesmas vias, mas em direções opostas, minha mãe deu a vida a um bebê e Durvalina deu a vida a um homem. ■

Alcione Araújo

Gérald Assouline*

Ciência e sociedade civil, democracia à prova de reivindicações

Inquietações suscitadas pela crise da vaca louca, organismos geneticamente modificados para a agricultura, hormônios de crescimento, crise do sangue contaminado, carne estragada por dioxina, tomada de consciência da contaminação maciça da água potável traduzem o mal-estar da sociedade face às escolhas científicas e tecnológicas e seus efeitos. Esse mal-estar difuso ou explícito é alimentado pela falta de transparência nas informações e incertezas sobre riscos reais ou potenciais. Exemplo bem recente é o processo movido por um cidadão, que sofre de distúrbios da tireóide, alegando falta de informações e precauções depois do desastre de Chernobyl, cujas nuvens radioativas atingiram a França.

Essas reações colocam em evidência até que ponto o sistema decisório público, nas mãos do poder político, está em dificuldades sobre questões relacionando ciência e sociedade ou os riscos para o meio ambiente e a saúde trazidos pelas novas tecnologias.

Diante da inquietação da sociedade, os governos estão prontos a organizar debates que coloquem frente a frente cidadãos e cientistas. Mas de maneira geral os responsáveis pelas grandes escolhas científicas e a indústria consideram essa desconfiança um problema de *aceitabilidade das tecnologias*, possível de ser superada por campanhas de informações, valorizando seus benéficos efeitos econômicos e sociais.

A visão de comunicação sobre a tecnológica é hoje completamente ultrapassada pelos acontecimentos. Todos os grandes grupos químicos que investiram pesadamente nas biotecnologias e nas sementes transgênicas fizeram na Europa consideráveis campanhas de publicidade ao longo dos anos de 1998 e 1999.

Os programas de apoio à pesquisa científica e tecnológica não foram modificados, e as leis concernentes ao patenteamento do ser vivo continuam sendo feitas em escalas nacional e internacional. As relações entre indústria e pesquisa são consideradas prioridade. Um critério maior de apoio financeiro do Estado à pesquisa pública, portanto, arrisca a que esta passe a funcionar cada vez mais como privada, em função dos limites de rentabilidade do mundo industrial. No Brasil, a Embrapa é um bom exemplo.

Os casos dos organismos geneticamente modificados (OGMs) na agricultura também são testemunho dessas contradições. Na França, a polêmica se expressa de várias maneiras. Há um voluntarismo claro em matéria de autorização da disseminação experimental de OGMs; recusa de transparência e desrespeito à lei quanto à informação sobre os locais de experimentação; e apoio ao desenvolvimento da pesquisa e das relações com a indústria. O Estado é o principal financiador do projeto Genoplante – de criação de um centro de pesquisa sobre o genoma vegetal – juntamente com a indústria química e sementeira.

Ao mesmo tempo, há a interdição, pelo poder político, da produção transgênica de milho, couve e beterraba de açúcar. A importação e a venda continuam autorizadas, mas está sendo organizado um debate público sobre OGMs e a posição européia está próxima da moratória.

Tais contradições, talvez hesitações, contribuem para alimentar o ceticismo sobre as decisões políticas, o modo de funcionamento e a pertinência do sistema de avaliação dos riscos. Na França, em particular, e em toda a Europa, a reticência ou resistência do público em relação aos OGMs nunca esteve tão forte. Parece que todos os esforços feitos até o presente não tiveram sucesso. Pelo contrário.

Leigos x especialistas

Seja qual for o país, com raras exceções, o público exprime de maneira crescente sua resistência em relação à introdução dos OGMs na alimentação. Evidentemente a sucessão de crises alimentares que vive a Europa e o modo de gestão dessas crises pelas autoridades contribuem muito para a desconfiança dos consumidores.

Um sinal dessa oposição é o forte crescimento da produção e da venda de produtos vindos da agricultura biológica em toda a Europa. Na França o aumento chegou a cerca de 20% ao ano.

A Universidade de Lancaster realizou pesquisas na Inglaterra, em 1996, sobre a atitude do povo britânico em relação aos OGMs na alimentação. Mais do que temor a um risco preciso, os entrevistados mostram resistências que se explicam pela junção de dois fatores. Um é a incompreensão do interesse em utilizar OGMs na alimentação. As necessidades quantitativas e qualitativas alimentares são consideradas altamente satisfatórias. O outro é o sentimento de fatalidade à medida que a evolução é percebida como inevitável. Isto independentemente do controle das populações e das escolhas públicas, trazendo inquietação quanto aos OGMs ao longo do tempo.

No fundo, esta é uma desconfiança em relação à tecnologia ou aos riscos reais e potenciais. Mas é exercida também em relação ao sistema de avaliação e de gestão dos riscos e do sistema político que deve assumir as responsabilidades. A resistência do público aos projetos propostos pelas instituições políticas em matéria de ciência e tecnologia tem a ver com as concepções do ser humano e de sociedade que as instituições tentam impor ao público. Essa visão é veiculada pela análise científica *oficial*, através das respostas dadas às questões relativas à natureza dos riscos, ao seu controle, à qualidade do co-

nhecimento, à noção da incerteza e, finalmente, ao papel da indústria, dos seus interesses financeiros e o sentido das responsabilidades assumidas pelos tomadores de decisões políticas.

Os debates públicos organizados em várias partes da Europa permitiram expor as contradições dos especialistas e, de certa maneira, favoreceram o trabalho da mídia. Isso alimentou a idéia de que "mesmo os especialistas não são mais precisos e claros e não estão de acordo entre eles". O estudioso inglês Brian Wynne acredita que os desacordos entre especialistas podem ser encorajados e sustentados por um comportamento do público marcado pelo ceticismo. Diante de especialistas em desacordo, os cidadãos leigos encontram-se divididos: dependem do conhecimento dos especialistas ou dos jornalistas, que por sua vez dependem dos especialistas, mas desconfiam. O resultado é o medo, expresso ou não publicamente.

Nos debates públicos, direcionados ou não, os cidadãos exprimem sua recusa a um modelo de sociedade exemplificado pela maneira como o poder público gera a ciência e a tecnologia, a relação com o mundo industrial e os riscos decorrentes. Eles opõem a isso sua visão de uma democracia caracterizada pela possibilidade de a sociedade ter peso nas decisões políticas e transparência na reflexão e nas discussões sobre os riscos e relações entre a indústria e a política.

As organizações de consumidores e as organizações ambientalistas podem ser porta-vozes e juntar este conhecimento implícito do mundo à nossa volta. Podem também ter um papel de bisturi, por sua capacidade de denunciar o funcionamento do sistema.

A dinâmica de recusa dos OGMs na Europa apóia-se em um elemento multiplicador: as contradições econômicas no seio do mundo agrícola e do *agrobusiness*. Essas tensões econômicas e financeiras permitem, por exemplo, que as organizações de consumidores encontrem aliados ocasionais como os grandes grupos de distribuição alimentar, ou que as organizações de meio ambiente possam se apoiar em algumas organizações agrícolas que denunciam os riscos econômicos, sociais e ambientais.

Entre o enquadramento e a indignação

A sociedade pode criar meios muito diferentes, segundo a época e o contexto político nacional e internacional, para participar da avaliação da tecnologia.

A história recente da resistência ao desenvolvimento nuclear civil e militar na Europa mostra que o enquadramento das iniciativas dos atores sociais foi fraco. O descontentamento expressou-se diversas vezes na rua e politicamente através do crescimento do poder dos Verdes (principalmente na Alemanha).

Na verdade, o movimento de interação entre ciência e sociedade oscila entre o enquadramento da expressão das opiniões e resistências através de debates institucionalizados e a indignação pela expressão direta da sociedade fora dos limites legais.

Há interesse de ver em que medida o enquadramento e a indignação não se alimentam um do outro. Parece ser justamente o caso para os OGMs, onde as iniciativas de organização de debates públicos são numerosas e a resistência social aos possíveis riscos é forte.

Acrescente-se a isso o aparecimento do que alguns chamam de sociedade civil internacional, feita de redes de atores sociais dispersos pelo mundo inteiro, conectados pelos novos meios de comunicação que permitem multiplicar as iniciativas e se unir em repúdio a um modelo de funcionamento – econômico, financeiro, tecnológico, industrial e comercial – não durável em essência e que escapa aos cidadãos. Daí a reivindicação de José Bové, porta-voz francês do sindicato rural, à Confederação Camponesa, que leva a resistência às novas negociações da Organização Mundial do Comércio, em Seattle.

Depois do fim dos anos 80, na Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, França ou Holanda, os debates públicos se multiplicaram

Aliados ocasionais, mas de peso

Os grandes grupos de distribuição alimentar (como o Carrefour) manifestaram sua vontade de não comercializar OGMs e também de vender alimentos sem alterações genéticas em sua própria marca. Estão à procura de fornecedores de produtos agrícolas sem OGMs e fazem alianças européias entre gigantes da distribuição alimentar para se abastecerem. O Brasil tem uma carta estratégica na manga como provedor da Europa em produtos agrícolas não-transgênicos.

A estratégia de distribuição veio ao encontro de ofensiva significativa no domínio da venda de produtos da agricultura biológica, que hoje se beneficia do forte apoio da sociedade e revela ser rentável.

Os gigantes da agroalimentação, como Nestlé ou Danone, que estavam engajados nas biotecnologias, tornaram-se prudentes por causa das pressões da distribuição. Eles se comprometeram a não vender mais produtos com OGMs. A Gerber, filial do grupo químico Novartis, produtor de milho transgênico e líder da alimentação para bebês, decidiu não mais vender produtos derivados de transgênicos. Nos Estados Unidos, o grupo anunciou que se abastecerá de milho e soja vindos da agricultura biológica (orgânica).

diferentemente. Essas formas institucionalizadas de debate, com regras e procedimentos muito definidos, dinamizam um processo de avaliação participativa da tecnologia. A sociedade pode participar através de exercícios sobre os meandros da ciência e da tecnologia e formular recomendações ao poder político. Cada forma institucional de debate público tem objetivos e modalidades de organizações específicas.

Briga por encomenda

A forma mais usada é a Conferência de Consenso, iniciada na Europa pela Technology Board do Parlamento dinamarquês. Apóia-se na interação entre um grupo representativo de cidadãos e de especialistas reconhecidos em torno de questões elaboradas pela sociedade sobre tema polêmico. A conferência dura dois ou três dias e é aberta ao público. Visa contribuir para a tomada de decisão política, para o debate público e para a expressão da análise contraditória. O resultado é divulgar os pontos de convergência e de divergência. Suas conclusões são destinadas aos membros dos parlamentos, à comunidade científica, aos grupos de interesse e ao público.

A Conferência de Consenso se insere em processo de tomada de decisão política e contribui com suas opiniões, recomendações e apresentações das conclusões dos trabalhos diante de comissões parlamentares. A avaliação da qualidade dos debates está, antes de qualquer coisa, na capacidade do grupo de cidadãos, confrontado com especialistas, chegar a um consenso e à formulação de propostas para o Parlamento em matéria legislativa e regulamentar.

Segundo uma avaliação do impacto de 13 Conferências de Consenso na Dinamarca, a iniciativa apresenta a vantagem de fornecer aos parlamentares uma informação mais completa principalmente sobre a apreciação das implicações sociais das novas técnicas. Em alguns casos, as recomendações foram levadas em conta nos textos de lei sobre questões de ciência e tecnologia, debatidos e votados pelo Parlamento.

O debate em torno de propostas desenvolvidas pelo Instituto Rathenau da Holanda – estrutura de avaliação científica do Parlamento holandês – trata sobre a reação de um grupo de cidadãos às propostas elaboradas pelos animadores a partir de reflexão feita por indivíduos que foram preparados quanto aos aspectos técnicos do tema tratado. O resultado é um voto a favor ou contra as propostas. Os organizadores consultam depois os grupos de interesse e de pressão para os quais são endereçadas as propostas e informações. Um debate público é, enfim, organizado entre o grupo de cidadãos, os grupos de interesse e os parlamentares.

A oficina de discussão de cenários implica organizar reuniões e diálogo entre atores locais durante dois dias. A oficina apóia-se na apresentação e reação suscitadas em relação a cenários possíveis, tecnológicos ou sociais. Os participantes partem da própria vivência para desenvolver uma visão do futuro e perspectivas de ação. Devem ter conhecimento e experiência sobre o tema e vontade de mudar a situação existente.

Muitas hipóteses são comuns a esses exercícios de democracia participativa. Reunindo 15 a 20 cidadãos, selecionados em função de critérios sociodemográficos, é formado um grupo que se torna o verdadeiro ator do debate e se sente parte da missão de representar a sociedade. Através do debate e da pesquisa de consenso chega-se a uma formação democrática da opinião de que esse fato pesará mais sobre o poder político.

Isto significa que o debate é organizado em torno de questões com problemas. Abrir o espaço para formas de democracia participativa não substitui o exercício da democracia representativa e parlamentar. Mas reafirma a importância da cidadania e da cadeia social. Trata-se de espaço privilegiado de informações e debate aberto e contraditório sobre as escolhas científicas e suas implicações sociais, econômicas, culturais e éticas, a partir de um confronto entre cidadãos

O sistema decisório francês é muito centralizado. O regime é baseado na democracia parlamentar. A centralização dos poderes e as decisões *de cima para baixo* não oferecem espaço à democracia participativa

e especialistas. É forte a vontade de ressaltar os pontos de vista da cidadania, além daqueles dos grupos de pressão.

Exemplo em ensinamentos

O Serviço Parlamentar de Avaliação Científica e Técnica do Parlamento francês organizou, em junho de 1998, uma Conferência de Cidadãos, espelhando-se explicitamente no modelo dinamarquês.

No entanto, o processo francês apresentava pouquíssima similaridade com o modelo dinamarquês. Pelas declarações governamentais via-se que não havia a intenção de preencher o déficit de informações do público, gerador de inquietação ou de incertezas, para responder à "opinião de que continua indecisa e parece insuficientemente informada", segundo os termos do dossiê de imprensa do governo (27/11/97). Em nenhum caso, foi verdadeiramente intencional inserir o debate público no processo de tomada de decisão e elaboração de regulamentações. O debate foi visto na França como um processo de comunicação com o objetivo de favorecer a aceitação das tecnologias, visão muito próxima do discurso industrial sobre o tema.

O corpo social, as organizações de defesa do consumidor e do meio ambiente, a análise científica, as organizações profissionais, patronais e sindicais são atores da interação entre ciência e sociedade

O modelo dinamarquês é constituído de um tempo e um espaço permanentes, perenes, de interações entre a sociedade através de um grupo de cidadãos, de especialistas cientistas, com opiniões possivelmente contraditórias, e as instâncias de decisão pública. Tudo isso é estruturado pelo Serviço Dinamarquês para a Avaliação da Tecnologia, que tem um funcionamento bastante autônomo, inclusive financeiro.

A ambigüidade, no projeto francês, é muito grande em relação a seus objetivos reais. Não foram feitas consultas prévias aos principais atores implicados, representativos do corpo social, da diversidade das análises sobre a questão e das instâncias públicas. Essa poderia ter sido uma fase de maturação lógica e necessária para que a iniciativa pós-decisão governamental se transformasse em um projeto verdadeiramente compartilhado.

Mas não é tarde demais, agora que pudemos assistir a uma dança de hesitações dos poderes públicos mostrando até que ponto o navio está à deriva. A autorização para a comercialização de variedades transgênicas de milho tinha sido concedida em novembro de 1997 pelo governo de Lionel Jospin, enquanto que seu predecessor, em 12 de fevereiro do mesmo ano, havia proibido a produção, mas autorizado o consumo e as importações, e suspendido as decisões para a couve e a beterraba de açúcar.

O receio de o debate público sobre as escolhas científicas e técnicas na França nunca terminar cria a necessidade de um balanço da experiência. Mas que acontecesse paralelamente a um verdadeiro processo de avaliação do debate e de seus impactos. Seria também fundamental que essa tarefa ficasse por conta de uma entidade neutra, que não fosse juiz ou parte interessada. E ainda que tivesse um especial cuidado sobre a qualidade dos debates e soubesse medir os efeitos sobre a opinião e a decisão pública (leis e regulamentação). É totalmente inconcebível que esse exercício seja feito pelo organizador, por razões evidentes.

Portanto, é possível dizer que houve na França um desvio do modelo dinamarquês, na época da Conferência de Cidadãos sobre os OGMs, realizada em junho de 1998. O encontro serviu principalmente para legitimar as decisões governamentais de novembro de 1997. O mesmo ocorreu quando houve a primeira conferência inglesa de consenso sobre o tema no Museu de Ciências de Londres.

O sistema de tomada de decisões é muito centralizado na França. O regime é baseado na democracia parlamentar. A combinação de uma forte centralização dos poderes e de tomadas de decisão *de cima para baixo*, com um sistema baseado na democracia representativa, não oferece um verdadeiro espaço para um exercício de democracia participativa.

A Conferência de Cidadãos foi realizada no seio do parlamento francês e, no entanto poucos parlamentares compareceram. Foi no mesmo período da Copa do Mundo. Era grande a tentação do poder estabelecido para tirar "uma mais valia política", segundo as palavras de um conselheiro do

primeiro-ministro. Isto quer dizer que o exercício de avaliação participativa da tecnologia foi inútil por causa das condições em que foi feito?

Aprendizagem social

Os 15 cidadãos selecionados, os civis ou *os cândidos* (como os chamou o jornal satírico Le Canard Enchaîné), aceitaram trabalhar incessantemente durante três finais de semana: dois foram dedicados à formação em técnicas de engenharia genética, aos grandes tratados da agricultura contemporânea, à nutrição, às práticas alimentares, às conseqüências conhecidas sobre o meio ambiente, às interrogações sobre a saúde, à economia do setor, ao direito aplicável etc.

Essa formação deveria ser *objetiva*, dando aos cidadãos uma bagagem bem superior a dos parlamentares ao final. Eles deveriam ser capazes de formular questões sobre pontos que julgassem sensíveis e merecedores de debate e apresentação, com análises contraditórias entre diferentes especialistas da Conferência de Cidadãos.

Esta apresentação, que seria animada por eles mesmos, foi objeto de estudo do terceiro fim de semana. Depois de encerrado o debate, eles redigiram suas recomendações, que foram apresentadas à imprensa na manhã seguinte.

A maneira pela qual o grupo se afirmou como representante do interesse geral durante os debates é de uma dimensão realmente surpreendente.

Esta qualidade manifestou-se na maneira como eles questionaram sem problemas os especialistas de todos os temas.

Foi impossível chegar a um consenso, principalmente com relação à recomendação de uma moratória sobre os OGMs. Teve-se a impressão de que o grupo de cidadãos, revestido dessa legitimidade de ator social, manteve-se a distância tanto de certas propostas dos representantes do setor industrial presentes à conferência quanto de certas propostas de moratória de ONGs. Apesar de alguns integrantes do grupo terem sido favoráveis a elas.

As recomendações do grupo de cidadãos colocaram em evidência as fraquezas do sistema de avaliação de riscos. Eles reivindicaram a criação de um sistema de *biovigilância* e pediram a interdição dos genes resistentes aos antibióticos inseridos nos grãos de milho transgênico.

Algumas das recomendações já faziam parte das intenções do governo e foram aproveitadas e inseridas em uma declaração governamental de 31 de julho de 1998. Outras, mais constrangedoras para o governo e para indústria da química e das sementes – como a proibição dos genes resistentes aos antibióticos, que ocuparam um bom tempo da conferência – não foram consideradas.

A mídia divulgou amplamente o evento sobre os OGMs antes, durante e depois. Portanto, contribuiu para atrair a atenção do público sobre a questão e seus possíveis riscos. A experiência deveria servir de exemplo para os brasileiros organizarem debates públicos sobre o tema o mais brevemente possível.

O corpo social, as organizações de defesa do consumidor e do meio ambiente, a análise científica institucional e independente, as organizações profissionais, patro-

Temas tratados em fóruns de debate público na Europa

Nas conferências de consenso ou de cidadãos

- a engenharia genética na agricultura e na indústria (Dinamarca, 1987)
- a irradiação de alimentos (Dinamarca, 1989)
- o mapeamento do genoma humano (Dinamarca, 1989)
- a poluição do ar (Dinamarca, 1990)
- as tecnologias da educação (Dinamarca, 1991)
- os animais transgênicos (Dinamarca, 1992, Holanda, 1993)
- o futuro do transporte privado (Dinamarca, 1993)
- o tratamento da esterilidade (Dinamarca, 1993)
- as biotecnologias vegetais (Inglaterra, 1994)
- os cartões de identidade eletrônicos (Dinamarca, 1994)
- as tecnologias da informação nos transportes (Dinamarca, 1994)
- a produção integrada na agricultura (Dinamarca, 1994)
- os limites e a avaliação dos riscos dos produtos químicos nos alimentos e no meio ambiente (Dinamarca, 1995)
- a terapia genética (Dinamarca, 1995)
- a pesquisa genética prospectiva (Holanda,1995)
- os OGMs na agricultura e na alimentação (França, junho de 1998)
- os OGMs e a alimentação (Dinamarca, primavera de 1999)

Nos debates em torno de propostas

- os custos reais dos deslocamentos de passageiros (Holanda, 1994)
- as informações dos consumidores sobre os alimentos derivados das biotecnologias (Holanda, 1995)
- o desenvolvimento dos novos alimentos proteinizados no horizonte 2040 (Holanda, 1995-1996)

Nas oficinas de discussão de cenários

- os entraves à ecologia urbana (Dinamarca, 1992)
- modo de vida urbano sustentável para as próximas décadas (Dinamarca, 1994)

*Gérald Assouline

Professor associado à Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França) e diretor do QAP Decision Consultants

Tradução: Lourdes Grzybowski

nais e sindicais – em uma palavra, a sociedade civil – são os atores potenciais dessas interações entre ciência e sociedade, que já dão sua opinião no debate sobre os OGMs. Esse fórum de cidadania, ou espaço de debate público, pode ser visto como um quadro que visa canalizar as energias, as opiniões, e desempenhar também um papel de catalisador e instrumento de aprendizagem do exercício da cidadania. Assim, poderia:

- contribuir para reforçar os laços sociais e a capacidade de debate no seio da sociedade;
- ser uma etapa de debate prévio às decisões políticas e regulamentares quanto às escolhas científicas e tecnológicas;
- enviar opiniões e recomendações às instituições políticas e parlamentares e, de maneira mais geral, aos tomadores de decisão sobre estas escolhas;
- permitir que os atores da sociedade brasileira conheçam, troquem suas análises e opiniões sobre o que está em jogo nas questões científicas e tecnológica; e
- fazer com que a mídia possa oferecer informações diversificadas sobre as escolhas científicas e tecnológicas.

Mas pode também ser o fruto da indignação da sociedade civil. Além dos riscos e do interesse do Brasil pelos OGMs, a questão exige de uma maneira ampla um real debate sobre jogos tão fundamentais como os das escolhas científicas e tecnológicas na sociedade brasileira ou do papel e do modelo de agricultura – sustentável ou não – que convém aos interesses da população do país.

Essas questões são eminentemente econômicas: quais são os trunfos estratégicos do Brasil sobre o plano econômico internacional? Que tipo de agricultura deve ser apoiada e desenvolvida no país? Mas também são sociais: a lógica industrial e agrícola trazida pelos OGMs tem a capacidade de resolver os enormes problemas sociais do país ou, ao contrário, vai acentuá-los? Enfim, as questões têm a ver com o meio ambiente e a saúde da população: pode-se aceitar os riscos confirmados ou potenciais? Como fazer uma avaliação e uma gestão dos riscos independentemente dos interesses econômicos?

Mas são, antes de tudo políticas: que democracia nós queremos? Quais as maneiras de exercício da cidadania em um país marcado pelo analfabetismo? Quais os meios de controle ou de resistência cidadãs sobre um poder extremamente centralizado, mas funcionando sob a influência de atores econômicos e financeiros poderosos? ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOULINE, G. Débattons du Débat sur les OGM. In: *Biofutur* n. 177, abril de 1998.

ASSOULINE, G. et JOLY, P.B.: Biotechnologie et Société: Les Enjeux du Débat Public. In: *Biofutur* n.170, setembro de 1997.

BECK, U. *Risk Society:Towards a New Modernity*. London: Sage Publications, 1992.

BOVÉ, J., DUFOUR, F. *Le Monde N'est pas une Marchandise: des Paysans Contre la Malbouffe*. Paris: La Découverte, 2000.

GROVE-WHITE, R., WYNNE, B. et al. *Uncertain World: GMOs, Food and Public Attitudes in Britain*. Inglaterra: Lancaster University, 1997.

HABERMAS, J. *l'Intégration Républicaine [the Republican Integration: Essay on Political Theory]*. Paris: Fayard, 1998.

HERMITTE, M.A. La Conférence de Citoyens: un Nouvel outil pour le Débat. In: *Pratiques – Les Cahiers de la Médecine Utopique*. Paris: nº 4, 1998.

JOLY, PB., ASSOULINE, G. et al. *L'innovation Controversée: le Débat Public sur les OGM en France*. Paris: Relatório para o Ministério da Agricultura – DGAL, 2000.

JOSS, S. *The Danish Consensus Conferences as Models of Participatory Technology Assessment: an Impact Study of 13 Consensus Conferences on Danish Parliament and Danish Public Debate* (working paper). Copenhague: Danish Board of Technology, 1996.

LASH, S., SZERSZYNSKI, B. e WYNNE, B. Introduction. In: *Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology*. Londres: Sage Publications, 1996.

WYNNE, B. May the Sheep Safely Graze? In: *Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology*. Londres: Sage Publications, 1996.

Fonte: ASSOULINE, G. e JOLY, P.B. "Biotechnologies et Société: les Enjeux du Débat Public". In Biofutur. Paris: setembro de 1997.

Gerald.assouline@upmf-grenoble.fr

Edição 2000 do Observatório da Cidadania

A publicação é parte de uma iniciativa internacional de monitoramento dos compromissos assumidos no ciclo de conferências sociais da ONU, em particular os relacionados à mulher e ao desenvolvimento social.

O relatório faz um amplo balanço de como os países estão se saindo na implementação dos acordos internacionais.

A edição brasileira tem como destaque uma seção especialmente dedicada à análise da situação nacional e um balanço das políticas públicas ligadas aos temas debatidos nas conferências.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone **(21) 553 0676** ou pelo endereço eletrônico **observatorio@ibase.br**

Visite também a página do Observatório no site **www.ibase.br**

Cedec • Fase • Ibase • Inesc • SOS Corpo

MAIS Programação Visual

MUNDO PELO MUNDO

Jamile Chequer

Encontro anti-Davos

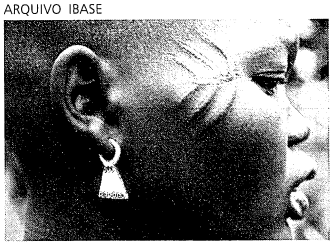
O Brasil está convocando os países em desenvolvimento para o *Fórum Social Mundial 2001* que acontece entre os dias 25 e 30 de janeiro, em Porto Alegre, RS. Ibase, Abong, CUT, MST, Civis, Attac – BR (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), entre outras organizações da sociedade civil, fazem parte do comitê organizador. Na secretaria executiva estão Francisco Whitaker (Comissão Brasileira de Justiça e Paz) e Maria Luiza Mendonça (Justiça Global). O Governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre apóiam oficialmente o evento.

O objetivo é buscar alternativas que tenham como prioridade o desenvolvimento humano, a democracia participativa e a superação do domínio do mercado tanto nos países quanto nas relações internacionais. O evento estará acontecendo simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça.

O Fórum Social foi criado como um resultado das mobilizações contra a globalização financeira, entre elas os protestos contra a implementação do Acordo Multilateral de Investimentos, em 1998; a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio, em 1999; e as políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, em abril.

Informações: (11) 3884-5991
fsm2001@uol.com.br

ARQUIVO IBASE



Até onde vai a cultura?

80 milhões de mulheres já tiveram sua genital mutilada. A estimativa da ONG Visão Mundial é de que o ritual aconteça seis mil vezes por dia. Praticado por grupos étnicos da África, ocorre tanto na religião muçulmana como na cristã. E marca a passagem da infância para a maturidade. O culto acontece para que a virgindade seja conservada – garantia de um bom casamento – e para conter os desejos sexuais. Os responsáveis buscam justificativas na cultura. Alguns, dizem que as mulheres, ao suportarem a dor da mutilação, acabam ficando mais fortes. Para eles, a dor é um aprendizado de poder.

Mas nada disso ameniza o alto índice de depressão, hemorragias e problemas urinários, além de complicações durante a gravidez e o parto. Foi na década de 80 que o assunto começou a ser debatido. E é para manter a integridade corporal e segurança pessoal que há um consenso mundial contra o ritual, considerado violação dos direitos humanos.

O Senegal tenta erradicar a prática legalmente. Em outros países, voluntários vêm lutando para que as próximas gerações de mulheres não sofram a agressão. Uma possibilidade é a introdução de rituais que substituam a mutilação.

Velho continente

Saiu a prévia do relatório *Perspectivas Econômicas Semestrais* da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A estimativa é de que a Europa consiga reduzir a taxa de desemprego de 9,2% (1999) para 8,5% em 2001. A animação é por conta das reformas nos mercados de trabalho e produtos e das medidas adotadas pelo governo para criação de emprego. Mas a festa não está garantida. A redução da jornada semanal de 38 para 35 horas pode elevar o custo do trabalho, ao mesmo tempo em que diminui o ritmo de produção. Adicionando a esses fatores a fraqueza do euro e o aumento dos custos de energia, o resultado pode ser a volta da inflação.

Segundo os especialistas, o quadro está melhorando também porque – assim como os Estados Unidos – os países estão utilizando mais seus recursos humanos, anteriormente subempregados. Com isso, reforçam a produtividade.

A OCDE prevê ainda a diminuição do ritmo econômico da América do Norte, de 4,5% em 2000 para 2,9% em 2001. Para o Japão o esperado é que aumente de 1,3% em 2000 para 2,4% em 2001.

Fonte: Le Monde

ARQUIVO IBASE

Passe adiante

Definitivamente existem motivos bem relevantes para a Aids ter sido o assunto na primeira vez que um problema social foi discutido no Conselho de Segurança da ONU. Também há razões suficientes para Peter Piot, diretor da Unaids, ter dito que para muitos é quase impossível compreender a escala da epidemia. E é mesmo.

33,6 milhões de pessoas vivem com o HIV ou Aids no mundo. Só na África sub-Saariana são 22,3 milhões de infectados. No ano passado 2,6 milhões morreram por causa da doença. Nos países africanos mais afetados, 25% da população adulta é portadora do vírus. O resultado é o crescimento da pobreza e do número de órfãos.

Para mudar essas estatísticas foi estabelecida uma Cooperação Técnica Horizontal em HIV/Aids entre o Brasil e os programas nacionais de Aids de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O projeto tem duração de 12 meses e está estimado em U$ 346.882.

A expectativa é de que os países participantes sejam capazes de estabelecer uma rede de cooperação. Os programas nacionais de DST/Aids dos países africanos vão ter reforçada a capacidade de planejar, administrar e monitorar aspectos da doença.

Força da terra

De acordo com os cientistas do Instituto Internacional para Pesquisas em Políticas Alimentícias (IFPRI) –um dos 16 centros de pesquisa que fazem parte do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) – quase 40% da área cultivada do mundo está seriamente degradada. O que pode indeterminar a capacidade de produção a longo prazo desses solos. As evidências reunidas pelo Instituto sugerem que isso já causa um impacto significativo em 16% das terras cultivadas do planeta. E enfatiza a necessidade de uma ação urgente.

Cruzando os dados de terras cultivadas no mundo com a taxa de degradação do solo, conclui-se que 75% das plantações da América Central, 20% da África e 11% da Ásia estão seriamente danificadas. Exatamente as regiões onde uma grande produção de alimentos é necessária.

O relatório, que faz parte de um projeto em sociedade com o Instituto Mundial de Recursos (WRI), é um dos cinco que estarão destacados no *World Resources 2000-2001, People and Ecosystems: The Fraying Web of Life*, a ser publicado em setembro.

Fonte: IPS
www.ips.org

Liberdade, igualdade e fraternidade

O Alto Conselho para Cooperação Internacional francês – órgão consultivo do primeiro-ministro, Lionel Jospin – já tem uma data para seu próximo encontro. De 27 a 30 de agosto, seus membros reúnem-se em Dardan, na França. A pauta definida foi: globalização pós-Seattle, desenvolvimento sustentável, gestão da dívida externa de países em desenvolvimento e institucionalidade democrática como enfrentamento da pobreza. Também querem aproveitar a oportunidade para discutir práticas concretas de políticas públicas, como programas de microcrédito.

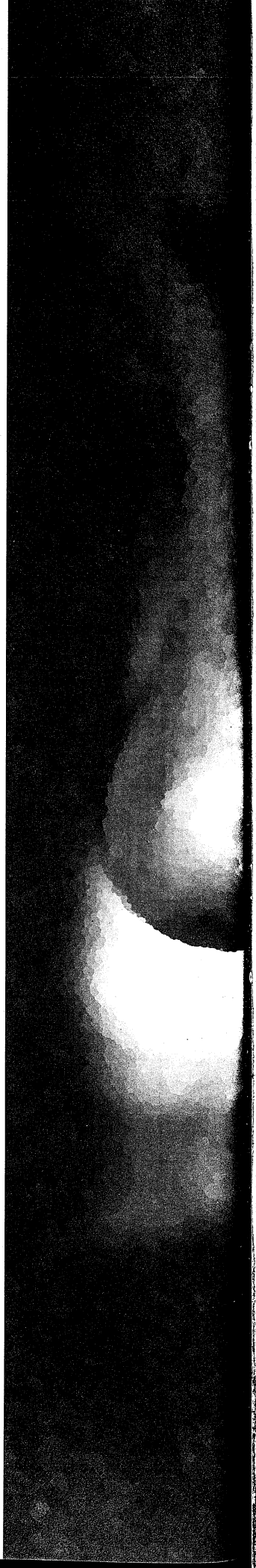
O Conselho tem a função de discutir a situação, as necessidades e perspectivas da cooperação entre países. Além de dar subsídios para a definição das prioridades políticas e decidir a melhor forma de utilização dos fundos de ajuda internacional. Entre seus 100 integrantes, 40 são representantes de outros países com atuação destacada na sociedade civil. O diretor do Ibase Cândido Grzybowski, que participa pela primeira vez do órgão, é o único brasileiro no grupo. No seminário, ele estará discutindo as condições de governo democrático.

O tema escolhido para estrear esta seção é daqueles que nunca saem de pauta. Não é nada fácil tomar partido sobre o aborto. Juntam-se questões de fé e de direitos das mulheres. Um monge beneditino e uma feminista católica nos dão bons motivos para refletir.

Aborto

No Brasil, o assunto tem tido destaque na agenda política. Propostas de descriminalização do aborto estão em tramitação no Congresso Nacional. Em 1997 foi aprovada uma lei que obriga o SUS (Sistema Único de Saúde) a implementar serviços de aborto para os casos legais – estupro e risco de vida materna.

Dentro da Reforma do Código Penal há ainda medidas que tentam aumentar o número de circunstâncias que permitam a interrupção da gravidez. Entre elas, a ocorrência de uma anomalia fetal, como a anencefalia, incompatível com a vida humana. Estuda-se também a redução de penalidades das mulheres que praticarem o aborto.



ARQUIVO IBASE

Pluralidade de posicionamentos

Regina Soares Jurkewicz
Mestra em Ciências da Religião, membro da coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir, professora das Faculdades Oswaldo Cruz e do Instituto de Teologia da Diocese de Santo André

Quando tratamos o tema aborto, a primeira pergunta que nos ocorre é se somos contra ou a favor. Mas não é nesses termos que queremos abordar a questão. O ato abortivo quase sempre acontece acompanhado por muito sofrimento. As mulheres que o praticam experimentam vazio, tristeza, ainda que conscientemente tenham encontrado no aborto uma solução imediata e uma espécie de alívio. No entanto, afirmar-se contrário/a ao aborto não tem contribuído em nada para minimizar sua prática nem tampouco o sofrimento de inúmeras mulheres que passam por essa experiência em condições de extrema insegurança e abandono.

Tanto o Estado como a Igreja têm abandonado inúmeras mulheres à sua sorte, em mãos de parteiras, médicos mercenários e curiosos/as. O Estado porque resiste à regulamentação dos serviços públicos hospitalares no atendimento ao aborto, o que evitaria que muitas mulheres, sobretudo as mais pobres, sofressem as graves seqüelas de um aborto mal feito. A Igreja porque insiste em manter seu discurso moralista, abstrato e ambíguo, negando valor moral a qualquer ato abortivo, deixa de acompanhar pastoralmente mulheres que se vêm obrigadas a tomar tal decisão ética.

Setores da hierarquia eclesial católica têm procurado impor seus princípios morais, sem respeitar a dimensão leiga do Estado e seu compromisso com cidadãos/ãs adeptos/as de crenças diversificadas, ou mesmo não crentes, basta observarmos o *lobby* insistente dos grupos *pró-vida* diante dos parlamentares no Congresso Nacional Brasileiro. Também ganha evidência a atuação da Santa Sé nas conferências internacionais das Nações Unidas[1], que se aliando a grupos fundamentalistas resiste fortemente às concepções e propostas favoráveis aos interesses das mulheres no campo dos direitos reprodutivos e sexuais.

Mas, como sabemos, as instituições não são homogêneas em seus discursos. Graças à composição heterogênea de seus corpos institucionais, o bom senso ainda pode prevalecer quando a vida humana está em jogo. E é disso que estamos tratando: da vida humana, a vida concreta de inúmeras mulheres. Estamos falando de corpos, que são lugares teológicos onde mora o Espírito, feitos à imagem e semelhança de Deus. A essas mulheres se tem negado o princípio mais elementar da tradição teológica cristã: a possibilidade de recorrer a própria consciência para tomar decisões éticas. O desrespeito à vida das mulheres acontece quando muitas delas são esterilizadas sem o seu consentimento, para favorecer políticas de controle da natalidade, mas também quando se vêem obrigadas a gerar um filho não desejado, concebido, seja por estupro, seja por falta de acesso aos métodos anticonceptivos.

Situação-limite

Sem dúvida, há uma necessidade urgente de implementar serviços públicos de saúde reprodutiva e educação sexual, para que adolescentes, jovens e adultas/os, não che-

1 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e o processo de avaliação da implementação dessa plataforma conhecido por Cairo+5 (1999); e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995), e seu processo de avaliação da implementação dessa plataforma conhecido por Pequim+5 (2000).

guem à situação-limite do aborto. Esta é uma questão também polêmica para setores hierárquicos da Igreja Católica que seguem afirmando – mesmo contra toda a evidência da realidade – a eficácia dos chamados *métodos anticonceptivos naturais*, e recriminando o uso de preservativos, mesmo em tempos de HIV/Aids e outras DSTs. No entanto, reconhecer o direito das mulheres a controlar sua vida reprodutiva, baseadas em princípios éticos, não significa em nenhum momento entender o aborto como método anticonceptivo.

Diante dessas considerações nos perguntamos como se sentem as mulheres católicas que já interromperam sua gravidez. Não nos olvidemos que por trás das cifras numéricas dos altos números de aborto praticados estão mulheres de carne e osso. Quem são elas? Onde estão? Talvez muitas sejam nossas conhecidas, amigas, irmãs. Muitas jamais tiveram coragem de falar do sofrimento do aborto realizado. Carregam consigo uma enorme sensação de culpa. Talvez por isso, por esse medo tão grande, continuem declarando-se contrárias a qualquer ato abortivo. É mais fácil negar o que está feito, aderindo verbalmente as posições aparentemente hegemônicas.

Nós, *Católicas pelo Direito de Decidir*, estamos preocupadas com essas mulheres. É sobretudo a elas que nos dirigimos. Queremos comunicar uma boa nova. Essa boa nova não é uma invenção, mas vem da própria história do pensamento católico. Quando nos referimos a posições *aparentemente hegemônicas*, estamos afirmando que existe pluralidade no discurso religioso católico no campo da sexualidade, ainda que oficialmente tal discurso pretenda apresentar-se como monolítico e dogmático. Sabemos também que a história do pensamento da Igreja Católica sobre o aborto se contrapõe à afirmação de que o recurso à tradição eclesial conduz a um ensinamento único, mantido sem alterações.

Desde quando

Documentos do início do Cristianismo mostram a diversidade dos posicionamentos adotados no pensamento eclesial e as discussões e desacordos entre *teólogos sobre o aborto*. Há também um panorama bem diversificado nos escritos cristãos dos padres da Igreja – a Patrística – e dos teólogos dos séculos iniciais. [2]

Nos primeiros séculos, os teólogos mais importantes da época argumentavam que o aborto não era um homicídio durante as primeiras etapas da gravidez. Os escritos de Santo Agostinho expressavam a posição geral da Igreja – que condenava o controle da natalidade e o aborto porque destruíam a conexão entre o ato conjugal e a procriação – mas também não entendiam o aborto como homicídio. Santo Agostinho escreve: "A grande interrogação sobre a alma não se decide apressadamente com juízos não discutidos e opiniões imprudentes; de acordo com a lei, o aborto não é considerado um homicídio, porque ainda não se pode dizer que exista uma alma viva em um corpo que carece de sensação uma vez que ainda não se formou a carne e não está dotada de sentidos". [3]

Não pretendemos ser exaustivas com relatos históricos sobre o aborto, o que esperamos é desvelar a idéia corrente de que a Igreja Católica sempre considerou o aborto um homicídio. Colocar em evidência o dissenso entre teólogos com relação ao tema do aborto na história do catolicismo permite flexibilizar o discurso oficial atual da hierarquia católica, apresentado como fruto de uma história linear e monolítica. Isso é uma inverdade, que muitas vezes chega a ser apresentada como dogma. No entanto, a doutrina do Vaticano sobre o aborto não se inclui entre os temas sobre os quais o Papa se declara infalível; ela é matéria de legislação eclesiástica relacionada com a penitência. Portanto, pode e deve ser discutida pelos católicos/as.

Doutrina católica

Se buscarmos conhecer a tradição católica, veremos que a rigidez em questões morais não é própria do catolicismo. No caso do aborto não há uma opinião católica única, exclusiva, com fundamento teológico. Uma doutrina, bem pouco conhecida pelos/as fiéis, que fundamenta a diversidade de opiniões quando se estabelece um debate moral é a doutrina do Probabilismo. [4] Elaborada por teólogos católicos no século XVII, baseia-se no conceito de que uma obrigação moral que provoque dúvida não pode se impor como se fosse indiscutível. O princípio fundamental que norteia o probabilismo é onde há dúvida, há liberdade. Trata-se de uma doutrina antiga, mas ao mesmo tempo atual e útil para sociedades plurais como a nossa.

[2] HURST, Jane. A História das idéias sobre o aborto na Igreja Católica, 1992. In: *Uma História não Contada. São Paulo*: Publicações CDD, 1999.

[3] Idem.

[4] Trata-se de uma doutrina bastante relevante na história da Igreja Católica. É complexa e dela surgem derivações. Neste texto apenas estamos nos referindo ao seu princípio fundamental.

O que afirma o probabilismo? Afirma o direito dos/as fiéis de discordarem da hierarquia eclesiástica em questões morais, se suas argumentações estiverem baseadas em uma *probabilidade firme*. Essa probabilidade pode ser intrínseca ou extrínseca. Probabilidade intrínseca refere-se à percepção individual da inaplicabilidade de um ensinamento moral. Probabilidade extrínseca diz respeito à possibilidade de buscar apoio em autoridades teológicas para divergir de um ensinamento moral. A tradição católica coloca como suficiente a existência de cinco ou seis teólogos de reputação moral que defendam pontos de vista diferentes.

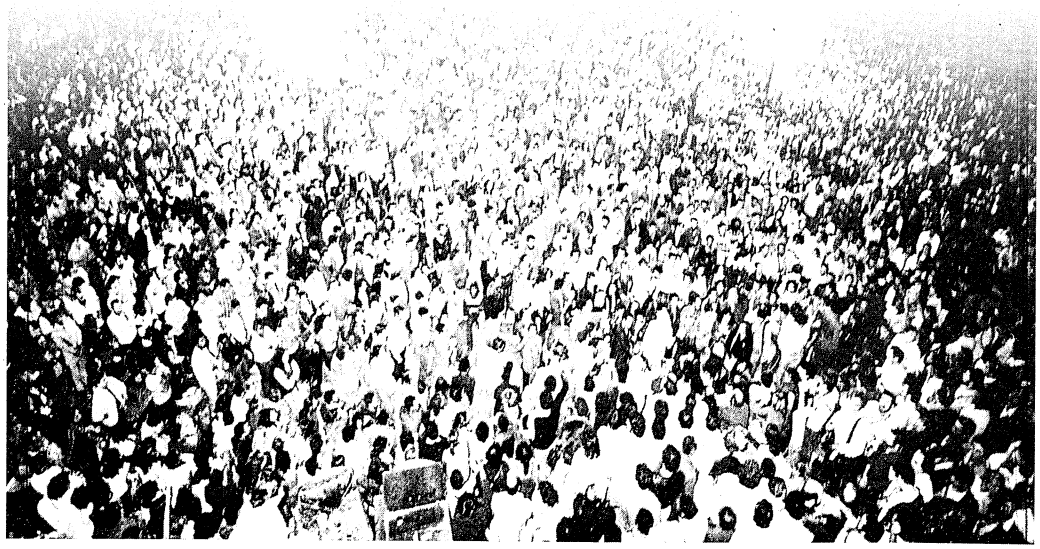
Segundo Daniel C. Maguire "a Igreja resguardava de tal maneira a probabilidade extrínseca que, quando teólogos eminentes tinham um ponto de vista progressista sobre uma questão moral, a lei canônica exigia que os confessores informassem a quem se confessava que havia diferentes pontos de vista também legítimos. Assim, quem quisesse poderia recorrer ao probabilismo. O confessor era obrigado a agir dessa forma, até mesmo quando não estava de acordo com a opinião alternativa".[5]

Consciência moral

O probabilismo ainda que seja pouco divulgado permanece na Igreja Católica como teoria, respaldando o recurso à consciência individual esclarecida. Cada vez mais entre os/as fiéis católicos/as cresce a consciência de que o aborto nem sempre é imoral. Em pesquisa do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 28 de agosto de 1997, mais de 80% dos católicos entrevistados apóiam o aborto legal. São mais de cinco ou seis, os/as teólogos/as sérios/as e confiáveis que defendem, atualmente, a possibilidade da decisão por um aborto como um ato moral. Não é útil nem para a Igreja nem para a sociedade impedir esse debate com posições autoritárias e ineficazes.

Outro pensador católico – especialista em questões de ética – professor Malherbe, da Bélgica, recorre a uma proposição clássica da Igreja: o recurso ao *mal menor*. Quando se tem que escolher, em uma situação difícil, opta-se pela alternativa que cause o menor mal. Traduzindo positivamente, ele prefere falar na escolha do melhor caminho. No caso concreto em que uma mulher tenha que escolher entre a sua felicidade e o respeito a uma vida humana potencial, não há nada que nos impeça de pensar que é uma decisão ética e religiosamente aceitável optar pela própria felicidade.[6]

Nós, como mulheres católicas, afirmamos o direito de seguir professando nossa fé, de maneira adulta e responsável, buscando permanente diálogo com as autoridades eclesiais, mas sem renunciar à nossa capacidade moral, da qual mulheres e homens são dotadas/os, para tomar decisões sobre nossas vidas e em particular no que se refere à sexualidade e a reprodução humana. ■



ARQUIVO IBASE

5 MAGUIRE, Daniel C. Opções católicas para o debate sobre o aborto: o probabilismo numa sociedade plural. In: *Aborto: Descobrindo as Bases Éticas para Decidir com Liberdade*. São Paulo: Cadernos CDD, 1999, p.10.

6 ROSADO, Maria José. *O Direito à Vida e os Direitos da Mulher*, mímeo.

Cultura da morte

Padre Estevão Tavares Bettencourt
Professor de Teologia do Mosteiro de São Bento e do Seminário da Arquidiocese do Rio de Janeiro

O aborto vem sendo propugnado como medida necessária à conservação da saúde e da dignidade da mulher, assim como meio de contenção da natalidade. Pode-se dizer que o ponto crucial de todo o debate consiste em saber quando começa a vida humana no seio materno. À tal questão, durante séculos, foi dada a resposta baseada na antiga biologia: a vida intelectiva, propriamente humana, só começaria 40 dias após a concepção, no caso dos indivíduos masculinos, e 80 dias após, no caso dos indivíduos femininos. Por conseguinte, antes dos términos assinalados seria lícito matar o feto, pois não se estaria tirando a vida de um ser humano. Aliás, é assim que até hoje muitos argumentam.

Estudiosos afirmam que a vida humana tem início no ato de fecundação do óvulo pelo espermatozóide. O feto, por menor que seja – alguns diriam *do tamanho de uma cabeça de alfinete* – não é parte da mãe, mas um indivíduo que tudo tem para ser considerado autêntico ser humano. Diga-o o prof. Jérôme Lejeune, pioneiro das pesquisas modernas: "Desde que os 23 cromossomos do pai se juntam aos 23 cromossomos da mãe, está coletada toda a informação genética necessária para exprimir as características inatas do novo indivíduo. Isso se dá à semelhança de uma minicassete introduzida em um gravador: sabe-se que produz uma sinfonia. Assim também o novo ser começa a se exprimir logo que concebido. Os cromossomos são as tábuas da lei da vida: quando reunidos no novo indivíduo, descrevem inteiramente a constituição dessa nova pessoa. Aceitar o fato de que após a fecundação um novo indivíduo começou a existir já não é questão de gosto ou opinião. A natureza do ser humano, desde a concepção até a velhice, não é uma hipótese metafísica, mas sim uma evidência experimental" (relatório apresentado à Comissão Senatorial norte-americana em 23 de abril de 1981).

Se o feto é autêntico ser humano, tem direito à vida e não pode ser tratado como coisa. Embora desconhecido, merece respeito, assim como um adulto afetado por grave doença. Apesar da evidência estabelecida, há quem pretenda propor o aborto – verdadeiro homicídio – em casos *excepcionais*, que passamos a considerar.

Violência e risco de vida

A gravidez resultante de estupro é indesejada; maltrata a mãe como também maltrata o filho, que nascerá rejeitado. É lamentável que a mulher seja violentada, mas não se corrige um mal mediante outro. A criança inocente não tem a obrigação de pagar com a própria vida o crime cometido por alguém que geralmente fica impune. É de se desejar que a mulher deixe nascer a criança e a dê a quem possa educá-la. Assim, permitirá ao pequenino que viva e se preservará de novo trauma – o de ter matado o próprio filho.

Há quem proponha a legitimação do aborto caso a mãe corra perigo de vida. Deve-se responder que a medicina existe para salvar vidas e não para matar. O dever de todo médico é aplicar-se à tentativa de salvar tanto a vida da gestante quanto a da criança, começando pela que mais necessite. Não há dúvida, a mãe é pessoa conhecida – portadora de encargos e responsabilidades – ao passo que a criança ainda é *um ilustre desconhecido*. Como quer que seja, a vida da criança merece respeito, como também a do soropositivo, a do canceroso, a do doente mental.

Vê-se que é impróprio ou contraditório falar de *aborto terapêutico*. Toda terapia visa beneficiar a vida e não promover a morte. A medicina contemporânea tem recursos para salvar vidas de mãe e filho em casos outrora tidos como insolúveis. O médico professa o juramento de Hipócrates, pai da ética médica: "Jamais receitarei remédio mortal a quem quer que seja, ainda que me peça, nem hei de sugerir isso como conselho. Não aplicarei pessário em uma mulher para provocar aborto". O médico árabe jura nos seguintes termos: "Não darei às minhas pacientes medicamento algum que envenene, nem que me peçam. Não as aconselharei nesse sentido, nem as ajudarei a abortar".

Deficiente em quê?

Principalmente em caso de anencéfalos se propugna a realização do aborto, o qual, de resto, seria legal em qualquer caso de deficiência física do feto. Alega-se que o deficiente físico é um infeliz; que é melhor tirar-lhe a vida. Em resposta, dizemos que a ninguém é lícito dispor da vida alheia ou julgar se alguém tem ou não tem o direito de viver. O fato de alguém ser deficiente não habilita ninguém a matá-lo. Há deficientes que se tornaram grandes vultos em seu tempo. Foram estimulados a assumir sua vida e procurar desenvolver potencialidades. Podemos ser altamente beneficiados por uma sociedade que cultue a vida e a favoreça, em vez de promover a cultura da morte. Essas são reflexões inspiradas não exclusivamente pela fé religiosa, mas que decorrem do bom senso e de uma consideração corajosa e magnânima dos desafios da vida.

Muitos se baseiam ainda em predições sinistras de explosão demográfica e superpopulação para defender o aborto. Foi o que propuseram vários participantes das conferências mundiais sobre população realizadas no Cairo (1994) e em Pequim (1995). Deve-se observar que os prognósticos do malthusianismo e do neomalthusianismo estão superados. O Setor de População da ONU tem alertado para dois grandes males que ameaçam a sociedade contemporânea: o declínio da natalidade e o envelhecimento dos povos. A contenção sistemática da natalidade, em muitos países, e os progressos da medicina têm levado a inquietante estado. Aumenta o número de pessoas idosas e diminui o número de jovens que trabalham para sustentar a si e aos seus compatriotas. Têm sido considerados, em particular, oito países: França, Alemanha, Itália, Japão, República da Coréia do Sul, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos.

Um recente relatório da ONU mostra que 61 países não têm crianças suficientes para preencher as lacunas deixadas pelos anciãos que falecem. Para suprir a falta de trabalhadores em países industrializados, requer-se a imigração de homens e mulheres. O Japão, por exemplo, precisará de milhões de imigrantes para ocupar vagas deixadas pela falta de trabalhadores locais. Segundo os mesmos cálculos, a União Européia precisará de ainda maior número de imigrantes. Há quem julgue também que se deveria retardar a idade de aposentadoria e aumentar a carga de impostos pagos pelos trabalhadores a fim de atender os anciãos inativos. Tais arrazoados pretendem evidenciar que o aborto não é solução para os impasses suscitados por saúde, honra e demografia no mundo de hoje.

Maternidade vulnerada

O aborto fere não apenas a criança, mas também a própria mãe. A mulher traz em si especial sensibilidade para a vida; o senso de maternidade lhe é congênito. O fato de matar um filho a traumatiza profundamente. Durante anos, guarda a sordidez do ato. A respeito há interessante artigo da Drª Mary Simon, psicóloga da Clínica Ginecológica Universitária de Würzburg (Alemanha), publicado na revista *Deustche Tagespost* de 04/07/1992: "Às vezes pretende-se justificar o aborto como a única saída para situações angustiantes que uma gravidez indesejada pode trazer. No entanto, a pior angústia vem depois do aborto. Com efeito, é mais fácil tirar a criança do útero da mãe do que fazê-la desaparecer do seu pensamento, inclusive em países de cultura não-cristã como o Japão (onde o aborto livre é legal há quase 50 anos). Estudos de grande amplitude mostram que 73% das mulheres japonesas que praticaram o aborto se sentiam angustiadas pelo que haviam feito. Em geral, três tipos de fenômenos psíquicos costumam ocorrer nas mulheres que fazem aborto: sentimentos de remorso e culpa (60% das mulheres, independentemente de terem ou não religião); oscilações de ânimo e depressão (30% a 40%); choro aparentemente imotivado, medo e pesadelos (35%)".

Essas averiguações sugerem ao Dr. L. Clemente da S. Pereira Rolim, da Escola Paulista de Medicina, as seguintes observações: "Aqueles que defendem ou indicam o aborto têm consciência do que realmente estão causando à mulher? No mundo inteiro, como conseqüência do grande número de abortos que se praticam, está aparecendo um exército de mulheres com graves neuroses pós-aborto. Como médico, sinto-me no dever de alertar as mulheres que pensam em abortar (principalmente as adolescentes) e também a todos os colegas que atendem essas pacientes. Lembrando palavras da Drª Mary Simon: "O aborto não somente aniquila uma vida humana ainda não nascida, mas também arruína a psique da mulher".

Casos registrados

Muitos dos fetos extraídos do seio materno são lançados no incinerador, outros são comercializados a fábricas de cosméticos e sabonetes. É o que atesta o livro de dois jornalistas ingleses – Michael Lichtfield e Susan Kentish – traduzido para o português pela Edições Paulinas com o título *Bebês para Queimar*. Os dois autores, munidos de gravador e simulando ser um casal, foram a diversas clínicas de aborto e a vários médicos na Inglaterra.

Puderam perceber a trama existente por trás da orientação dada aos clientes para a prática do aborto: embora Susan não estivesse grávida, o laudo do exame de urina era geralmente *positivo*. Esse mesmo laudo se deu quando Michael ofereceu sua urina para exame! Mais: puderam averiguar que mais de um médico vendia crianças extraídas do seio materno a indústrias de cosméticos e sabonetes, visto que a gordura natural é a mais recomendada para a fabricação de tais produtos. Algumas clínicas da Inglaterra têm agentes no estrangeiro que fazem a publicidade comercial de suas *vantagens*: aborto em fim de semana com todas as garantias e comodidades desejáveis! Também nos Estados Unidos e na Holanda, Michael e Susan comprovaram procedimentos semelhantes.

Posição da Igreja Católica

Em recentes debates públicos sobre o tema, tem-se dito que a Igreja não tem autoridade para condenar o aborto, sob a alegação de que o Poder Eclesiástico teria permitido sua prática desde os primórdios até o século XIX. Tal afirmação é surpreendente e pode prescindir de fundamentos. A Igreja não se opõe ao aborto em nome da fé apenas, mas sim e basicamente em nome da lei natural, que no íntimo de todo homem proclama: "Não matar o inocente".

São constantes, através dos séculos, os pronunciamentos da Igreja contra o aborto. Foram unânimes, mesmo quando se duvidava do momento da animação ou da hominização do feto. Qualquer que fosse a teoria científica a respeito, o aborto sempre foi tido como ilícito. Eis alguns testemunhos significativos. Em 90-100, a Didaqué, ou primeiro Catecismo, dizia: "Não matarás... não cometerás adultério. Não matarás a criança por aborto nem criança já nascida" (2,2)."O caminho da morte é... dos assassinos das crianças" (5,a). Na segunda metade do século III a Epístola Diogneto observava: "Os cristãos casam-se como todos os homens; como todos procriam, mas não rejeitam os filhos" (V6). Os Concílios sucessivamente repetiram a condenação do aborto: assim o de Elvira (Espanha) em 313 aproximadamente, o de Lerida em 524, o de Trulos ou Constantinopla em 629, o de Worms em 869... Fazendo eco à constante tradição, o atual Código de Direito Canônico reza o seguinte: "Quem provoca o aborto, seguindo-se o efeito, incorre em excomunhão *latae sententiae*" (pelo fato de cometer o delito).

Está aparecendo um exército de mulheres com neuroses pós-aborto

Não há dúvida de que a posição da Igreja sempre foi contrária ao morticínio de crianças. Muito mais útil ao mundo de hoje seria, em vez de promover a matança de inocentes, promover a assistência à gestante sem condições materiais ou psicológicas de educar seu filho. Esforcem-se os governantes por possibilitar à mulher grávida levar a gestação até o fim, dar à luz a criança e entregá-la a casais ou a instituições que assumam sua educação. Seria para desejar que o dinheiro aplicado ao intuito de matar crianças fosse investido em fundações de amparo à maternidade e de cultivo da vida e não da morte. ■

Joel Rufino dos Santos*

Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres?

A sociedade organizada do Rio de Janeiro acompanhou em detalhes a polêmica do governador Garotinho com o documentarista João Salles (*Notícias de uma guerra particular*). Aparentemente começou quando Luís Eduardo Soares foi exonerado da Secretaria de Segurança e prosseguiu com o indiciamento de Salles pela Justiça. O documentário é rico em fatos e sugestões, mas se pode dizer, em suma, que deslegitima a política de segurança do governo, não esta política mas qualquer política, ao apresentá-la como uma forma de dominação. Ele desfaz a ilusão que os políticos acalentam, também como estratégia de dominação, de que segurança é item prioritário nas agendas de governo: segurança não passa de um eufemismo para a defesa da ordem, um ente que precede qualquer outro, uma anterioridade que se institui como um pressuposto. Diversos analistas já advertiram: essa transformação das políticas em política de segurança é a morte da política. O filme de Salles é um réquiem.

Ao mostrar que ela nos concerne, o filme de João Salles desmascara a guerra entre o Bem e o Mal que se trava diariamente nos morros do Rio. Quem somos *nós*?

Os *classificados*, crentes precisamente de que estamos acima do Bem e do Mal. Ocorre que os soldados do Bem, quando não se automatizaram completamente, começam a desconfiar que a guerra particular que travam contra o exército do tráfico não terá fim, pois visa a manter sob terror, para nosso benefício, o território do tráfico que é a favela. Lembra a guerra do Vietnã: quando a televisão começou a mostrá-la às famílias norte-americanas, elas compreenderam as deserções (de Mohammed Ali, por exemplo): uma guerra particular feita em nome do interesse não-particular. O que no Vietnã se chamava *valores ocidentais*, no Rio de Janeiro se chama Segurança. Eis o caráter político que o filme de João Salles revela: Segurança é uma forma eficaz, consensual, de dominação. O pólo dominador somos nós, os *classificados*.

O caso João Salles comprova os limites do intelectual que, por qualquer motivo, quer trabalhar para os pobres. É fácil compreender por que razões os pobres querem trabalhar para os intelectuais das classes média e alta: eles precisam. Esse trabalho necessário tem limites. Quem os ultrapassa, seja pela vadiagem ou o crime, desclassifica-se. Também o intelectual, fazendo o caminho inverso, atinge rapidamente o ponto em que trabalhar para os pobres se converte em subversão. Não falo de trabalhar para os pobres como as freiras costumam, com sopas e cobertores. Nem como os antropólogos, por exemplo, que contribuem com seus livros para o avanço da Antropologia, o que afinal se converte de trabalho para os pobres em trabalho por intermédio dos pobres. Uma forma sutil de exploração do trabalho. Falo do trabalho para ajudar os pobres a liquidarem a pobreza – o que, aliás, não é desejo de todo pobre, mas apenas do pobre junto (Sartre lembrava que há o pobre junto e o pobre sozinho).

Foram duas as atitudes de João Salles: o filme e a bolsa que por algum tempo pagou ao traficante Marcinho V.P. Ambas sinalizam uma saída não prevista, fora do *script* e do enredo de dominação dirigido pelo Estado. A pobreza no morro não existe por que o Estado esteja ausente e, em decorrência, a bandidagem ocupe o seu lugar. A bandidagem é uma forma de dominação permitida pelo Estado, é um dos seus braços principais.

O Estado circunscreve, contém, a guerra entre polícias e traficantes, dando-lhe o caráter abstrato de luta do Bem contra o Mal. Os bandidos usam, por vezes, o discurso das ONGs, mas não são a negação do Estado. No seu território, procedem como o Estado: garantem pela dissuasão ou pela força a concentração de renda na parte de cima. E distribuem altíssimos salários (um simples olheiro de boca fatura cerca de 800 dólares por mês). Eles asseguram de qualquer jeito que milhões de pobres permaneçam no seu lugar, sonhando a cada noite com tênis de marca.

O intelectual João Salles quis converter um bandido em intelectual, levá-lo a aprofundar a sua autoconsciência. Em suma, quis implodir o sistema, a começar pela Justiça. Ajudar um pobre é fácil. Há, porém, na atitude de João Salles (no filme e na amizade com Marcinho) uma radicalidade que ele necessariamente não procurou ou percebeu. Essa a razão pela qual autoridades, articulistas e jornais considerados progressistas o condenaram publicamente – mais pela ligação com Marcinho que pelo filme, embora um não passe de extensão do outro. Fazendo questão de dizer que são contra, eles se posicionaram à sua direita. Como *direita* e *esquerda* formam uma díade[1], os que o apoiaram, publicamente ou não, se posicionaram à esquerda.

Negro puro

Em 1967 fui preso e interrogado por um major do Exército que servira na *inteligência* aliada durante a Segunda Guerra. Chamava-se Kleber Bonecker. Descansando de tapas e socos, quis me explicar qual era a sua missão: "Você é negro puro, eu sou branco puro, por isso somos capazes e inteligentes. A maioria dos brasileiros, infelizmente, porém, é mestiça, sangue fraco. Por isso é *maria-vai-com-as-outras* e pouco inteligente. Resultado: de vez em quando o país sai dos trilhos. Compete ao Exército repô-lo no caminho certo. Feito isto, voltamos aos quartéis."

Esse singelo discurso de um torturador militar dos anos 60 marca o encontro dos paradigmas neoliberal e tecnoburocrata, cuja base institucional foi a Escola Superior de Guerra (1949). Muito já se disse dessa réplica brasileira da *War College*, mas o essencial é que fabricou a ideologia de Segurança Nacional – a Ordem e Progresso dos positivistas –, pondo em circulação social desde 1964 o tecnoburocratismo que seduziu nossa classe dirigente. Com a redemocratização, foi-se a armadura militar e ficou o corpo tecnoburocrata. Pois o que chamamos tecnoburocracia não passa na verdade de uma contaminação da política pela ordem militar, a sua colonização pelos conceitos, termos e estratégias do estamento tecno-

1 Díade é um modo de pensar que se explica pela Sociologia, pela Psicologia, pela História e mesmo pela Biologia. Direito privado/Direito público, clássico/romântico, indivíduo/comunidade etc. são exemplos de díades. As díades podem ser complementares ou antitéticas.

científico-militar, visando, em última instância, a transformar todos os problemas de política em problemas de administração.

Na época – mas só na época – a fala de Bonecker me pareceu paranóica. Na ponta da cadeia, a do serviço sujo, estavam sujeitos como ele, convictos de uma biologia escolar. Na outra ponta, os *civilizados*, convencidos da necessidade de *militarizar* a sociedade civil. No seu conjunto, a cadeia visava converter métodos e estratégias militares em alfa e ômega da acumulação capitalista.

Não se deve entender, nesse contexto, militarização como tomada de poder pelos militares ou mesmo a tentativa de transformar o país em caserna. Essa foi a sua fase visível, a sua catadura de terror de Estado, o seu circo de horrores — o seu lado Bonecker. Havia o lado, digamos, Roberto Campos, um intelectual cuja ascensão como pensador político dependeu do golpe de 64. Campos confessou certa vez: "A opção política que nos convém é na realidade a opção consagrada pela Revolução de 64, é a democracia de participação com um Executivo forte. O modelo próprio é o da reconciliação, pois que nossa sociedade, pelo menos em algumas regiões, já transitou da fase da modernização para a da industrialização".[2]

Ora, *Executivo forte* e *reconciliação* (como expressão preferencial da democracia de participação) só puderam se instituir com o regime militar. O gerente *moderno* foi criatura do soldado e vice-versa. Mas ainda não é esse o sentido profundo da militarização da sociedade civil que nos interessa. A organização militar fornece continuamente, no Brasil e a partir dos anos 70, *experts* militares para a sociedade civil (entendida como extensão do Estado) "e, através deles, difunde um modo de eleger, decidir e implementar políticas microorganizacionais pertinentes ao modelo microorganizacional militar"[3]. Mas não é esse ainda também o fundo da questão. Faltaria destacar a natureza militar do discurso tecnoburocrático – progresso infinito, competência, clareza de objetivos estratégicos etc. Essa a constante positiva das nossas elites dirigentes, avatar do comtismo daqueles militares que fizeram a República (1889). Augusto Comte: "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim". Claro, o positivismo de Roberto Campos não é o de Benjamin Constant, o de Getúlio Vargas ou o de Luís Carlos Prestes, em que progresso era sinônimo de industrialização. É o do progresso infinito das telecomunicações – não por acaso o regime militar se

Filhos de Graco

Marx escreveu em algum lugar que gostava da história de Roma mais do que qualquer outra. Isso se devia à abundância, já no seu tempo, de fontes da história romana, o que permitia a inteligibilidade dos *sentidos* de cada etapa particular daquela história e os da sua totalidade. Desde a pequena aldeia do Lácio até o desmembramento final do Império. Ele apreciava em Roma o mesmo que na Revolução Francesa – outro de seus momentos preferidos: a tensão máxima entre os espíritos revolucionário e conservador. É como se toda a história de Roma, da Realeza ao Império, através da república, fosse apenas a manifestação crescente – e enfim o desfecho – da formidável luta entre patrícios e plebeus. Esse o seu sentido geral.

Marx apreciava sobretudo o episódio em que os irmãos Graco, Tibério e Caio, deram suas vidas na luta contra o latifúndio. Roma possuía um império, mas estufava de sem-terras. "Até os animais selvagens têm suas covas para se esconder e descansar. Mas os homens que portam armas e arriscam suas vidas pelo bem da pátria só têm o ar que respiram e a luz do sol. Sem terra e sem casa, estão condenados a vagar como vagabundos com suas mulheres e filhos", discursava Tibério.

O que o primeiro Graco propôs em 133 a.C. (ele era tribuno da plebe) foi que os latifúndios improdutivos retornassem ao Estado para serem distribuídos em lotes de 125 hectares aos pobres, mediante um pagamento nominal, podendo também os antigos donos e filhos reter pequenos lotes. Antes que a lei entrasse em vigor, expirou o mandato de Tibério. Ele tentou a reeleição, ilegal, e sob esse pretexto foi chacinado com trezentos militantes.

Caio, o caçula, nove anos depois, elegeu-se para o mesmo cargo, apresentando imediatamente uma lei que determinava a venda mensal de trigo ao povo da cidade pela metade do preço. Conseguindo o direito de reeleição, assentou 6 mil colonos na África. Também tentou estender o direito de cidadania primeiro aos latinos e depois a outros italianos. A fúria reacionária contra ele, concentrada no Senado, foi maior que contra o irmão, pois seu programa de reformas sociais cindiu a ordem aristocrática (a do dinheiro o apoiou). Nesse ponto, o movimento de massa (como diríamos hoje) que liderava, ou liquidava a aristocracia ou era liquidada por ela. Ante a eminência da insurreição popular, recompôs-se a aliança interna da aristocracia. Refugiado nas matas sagradas de Furina, do outro lado do Tibre, Caio e um escravo pereceram sem testemunhas. Sobre seu túmulo, uma velha adivinha teria anunciado: "Teus descendentes povoarão a Terra".

O que chamamos esquerda hoje é a descendência dos Graco. Não sabemos por que razão ontológica alguém se torna de esquerda e mesmo o que é precisamente ser de esquerda, embora o igualitarismo lhe seja imprescindível. Nesse sentido, por exemplo, é indiscutível que a Teologia da Libertação é de esquerda. Enquanto Nietzsche, que via no socialismo um subproduto decadente do cristianismo, é de direita. Já quanto ao liberticismo que com freqüência caracteriza a esquerda, não se pode dizer que lhe seja indispensável, uma vez que a fidelidade à justiça social pode sacrificar o anseio de liberdade (nos termos da democracia burguesa ocidental). Poderia-se dizer que a díade esquerda-direita, negada em certos momentos da história ocidental, é de longa duração, vindo pelo menos da Roma republicana, senão da Grécia clássica, até à história mundializada de hoje; e que no final da Segunda Guerra, os partidários da direita costumavam negar a sua realidade; após a queda do Muro de Berlim, foi a vez da esquerda fazer isso. O fato é que a díade sobrevive tanto no senso comum quanto no jargão político, correspondendo a uma realidade objetiva, demonstrada até mesmo pelo intento de negá-la.

empenhou em montar a infra-estrutura de que necessitavam (Embratel e Intelsat). A televisão, cem anos depois, realiza o sonho positivista: a glória atual do Faustão não seria possível sem Bonecker e Roberto Campos. O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim.

Esse caráter militar do gerenciamento capitalista contemporâneo é mais fácil de ver no Primeiro Mundo – em que as trocas entre os setores militar e civil se dão por meio da alta ciência e tecnologia – do que no Terceiro, onde os militares parecem tacanhos e alheios aos negócios. Porém aqui funcionaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial diversos canais de comunicação entre caserna e empresas. São exemplos a transferência de oficias superiores para o mercado empresarial; a diplomação de executivos pela Escola Superior de Guerra; a transferência para a administração civil de pacotes de métodos e *know-how* da administração militar; a criação de empresas estatais de base gerenciadas por oficiais; a formação de consórcios com parceiros militares e civis; etc. Dos cinco presidentes-generais, pelo menos um – Ernesto Geisel– representou a gestão econômica.[4]

De que forma a atitude de João Salles dividiu a opinião pública, basicamente a mesma da mídia, em direita e esquerda? Primeiro, por intuição, que não é desprezível nas classificações políticas, mas é falível. Um critério objetivo, um divisor de águas histórico, é o tecnoburocratismo — a forma de gerenciamento das políticas públicas correspondente do capitalismo transnacional de hoje. Em última instância, é ele que está por trás da política de segurança do governo do Rio de Janeiro – supostamente de esquerda – contraditada pela atitude de João Salles.

Luís, o protagonista

O terceiro romance de Graciliano Ramos, publicado em 1936, chama-se *Angústia*. Mas o que é angústia? Ou melhor, qual a angústia de Luís da Silva, seu protagonista?

Para começar, seu avô se chamara Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva; seu pai, Camilo Pereira da Silva; ele, Luís da Silva, simplesmente. A redução do nome, no curso de três gerações, ele a sentia como redução da própria pessoa. Luís da Silva, pobre-diabo da Maceió de sessenta anos atrás, funcionário da diretoria da Fazenda, das nove ao meio-dia, das duas às cinco, vive o trabalho como osso que vai roendo com ódio. Aos 35 anos parece ter sessenta. Vida estúpida, vida de sururu, 500 mil-réis de ordenado, um percevejo social, um níquel social: "Só se dirigem a mim para dar ordens". Seu vício arraigado o cigarro, acende um no outro; sua diversão o café, onde nem sempre pode ir para não encontrar Moisés, o judeu da prestação. Moisés, contudo, é ambíguo. *Judeu*, prega a revolução *baixinho* e tem os bolsos cheios de folhetos incendiários. À noite, entre tristezas e raivas, Luís da Silva escreve artigos encomendados para jornais, que lhe completam o orçamento[5], vende versos[6], coloca em sebos obras que editoras lhe mandam pedindo parecer[7], dá consultas a jovens literatos[8].

A *forma* de Angústia é torturada e assincrônica: o narrador na primeira pessoa, quase imóvel, conta sua vida entre idas e vindas, viaja numa memória imprecisa, dolorida, insone[9]. A história se passa logo após a Revolução de Trinta no instante em que uma revolução bolchevista aparecia como possibilidade surgia no horizonte de muitos intelectuais e pequenos-burgueses espalhados pelo país. Luís da Silva sonha com o novo tempo para compensar frustrações: Julião Tavares, o granfino nojento que lhe tomou a noiva, será enforcado; Marina, que o trocou, deixaria de pintar as unhas e iria trabalhar no asilo das órfãs. A ele, talvez lhe cobrassem, ter escrito por necessidade: "Camarada Luís da Silva, você escreveu um artigo defendendo o imperialismo". "Não escrevi não. Sou lá homem para defender o imperialismo?".

Uma das virtudes de Graciliano como escritor realista é nunca chegar à realidade diretamente, o que lhe permite acoplar àquela um plus-real. Os sofrimentos de Luís da Silva introduzem à realidade social da Maceió da metade do século, põem a descoberto, de passagem, outros sofrimentos, à primeira vista invisíveis e cujo relato, por contraste, ressaltam a realidade da personagem principal. Sob sua aparente frieza, Graciliano é o romancista dos pobres: fixa-os, recorta-os na sua pobreza, com precisão clássica – clássico de um mundo de morte, como escreveu Otto Maria Carpeaux – mas também com misericórdia. Além disso, levanta o véu de uma "outra" história do Brasil, como na sua lembrança dos arranca-rabos do avô com seu ex-escravo Domingos.

Angústia é um desfile de pobres, a começar pelos amigos e vizinhos de Luís da Silva. Seu Ivo, por exemplo, que enquanto falavam de política, metia os olhos gulosos pelos vidros do guarda-comida. Sinhá Vitória, a criada, feíssima, que nunca saiu de Maceió e tem o espírito cheio de barcos – sua mania são os classificados avisando da chegada deles à cidade.

2 Apud SODRÉ, Muniz. O social irradiado, São Paulo: Cortez, 1992, p.21.

3 ADERALDO, V.M.C. A Escola Superior de Guerra – um estudo de currículos e programas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978, apud SODRÉ, Muniz, op. cit., p.29.

4 Os outros representaram, pela ordem, a "intelectualidade" (Castelo Branco), a "caserna" (Costa e Silva), a "comunidade de informação" (Médici e Figueiredo).

5 "Os chefes políticos do interior brigam demais. Procuram-me, explicam-me os acontecimentos locais, e faço diatribes medonhas que, assinadas por eles, vão para a matéria paga. Ganho pela redação e ganho uns tantos por cento pela publicação". *Angústia*, São Paulo, Círculo do Livro, s/data, p.37.

6 "Antigamente eram estampados em revistas, mas agora figuram em semanários da roça, e vendo-os a dez mil reis", idem. op. cit, p.37.

7 "Esforçava-me para me dedicar às minhas ocupações cacetes: escrever elogios aos governos, ler romances e arranjar uma opinião sobre eles". Id. ib. op. cit., p.74.

8 "Fulano é bom escritor, Luís? Quando não conheço Fulano, respondo sempre: — É uma besta. E os rapazes acreditam."

9 *Insônia* (1947) se chama, aliás, um dos livros de contos de Graciliano Ramos

A cabocla Antônia, cheirando à menstruação, coxas marcadas de feridas, ingênua, meio selvagem, acredita em tudo que lhe dizem e tem grande necessidade de machos. Quando pega um, entrega-se inteiramente, faz filhos que vai largando na casa da patroa. Não escolhe, é uma rede. Todas as tardes, findo o serviço, arruma a louça, veste os trapos melhores, calça os sapatos de verniz e sai. Arranja-se algum dinheiro, deixa o emprego e amiga-se. Erra sempre. Gasta as economias, volta ao trabalho, vai acumular novo pecúlio para sustentar novos amantes, novas decepções, novas feridas.

O *excluído* não está, de forma alguma, fora da sociedade. Sua *exclusão* quer dizer inclusão como pobre, explorado, discriminado etc

Também a memória de Luís da Silva é povoada de pobres. Escarafunchado sobre si mesmo, não se livra deles. Tem seu Evaristo, homem de poucas palavras, trabalhador, dedicava-se a vários ofícios, era agricultor, redigia procurações e petições. Tem os filhos bastardos de seu avô, quase todos virados cangaceiros com a Abolição, queimavam propriedades, violavam moças brancas, enforcavam homens ricos nos ramos das árvores... Contudo, desses retratos de pobres, talvez o mais intenso seja o mais breve. Luís esbarra na cidade com uma grávida de pés sujos e inchados. A princípio acha graça. Depois a barriga disforme se impôs resistindo ao pano desbotado que tentava contê-la.

Pobres domesticados ou rebeldes, mansos ou ferozes, vivos à sua volta ou arrancados ao fundo da sua memória, eles parecem ter algo em comum: antes de serem pobres são nômades, desterritorializados. Fixar-se — numa casa, numa fazenda, num trabalho, num casamento — parece ser o primeiro requisito para ir deixando de ser pobre; ou para subir de miserável a pobre. O próprio Luís da Silva fora nômade, dormira em banco de praça. Adquirira sua condição de pequeno-burguês (de classe média, se diria hoje) com a Revolução de Trinta, depois de gastar muita sola pelas repartições, indignidades, curvaturas, mentiras, na caça ao pistolão. Terá agora um lugar fixo, uma alma de parafuso fazendo voltas num mesmo lugar. Isso é uma promoção, garante proteínas, um teto. Fixando-se , passou a odiar vagabundos: sente todo o tempo que vão aproximar-se, pedir, gemer, gritar, exigir, tomar-lhe qualquer coisa.

Entre esses pobres, Luís da Silva é menos pobre: eis a segunda fonte da sua angústia. Não conseguirá jamais se comunicar com aqueles. Gente que se arrasta como bicho, remoendo pragas, morre em hospitais, em cadeias, debaixo de bondes, em rolos sangrentos de favela. Despreza-os e, no entanto, os inveja. Sobe a Ladeira Santa Cruz, percorre ruas cheias de lama, entra numa bodega, puxa assunto, bebe aguardente. Os vagabundos não têm confiança nele. Deseja contar que também foi um, curtiu fome. Vêem um sujeito de modos corretos, pálido tossindo por causa da chuva ? Alguns raros conseguiram emprego público como ele, e olhavam com assombro os que ficaram embaixo — o engraxate, a mulher de chinelos com uma garrafa de querosene pendurada no dedo, o pedreiro gordo, o cabeludo do violão... Mas eis o clímax dessa dificuldade: Luís se enfurece com uma inscrição no muro "Proletários, uni-vos". Isto era escrito sem vírgula e sem traço, a piche. Aquela maneira de escrever comendo os sinais indignou-o. Queriam fazer uma revolução sem vírgula e sem traços? Contudo, Luís também não se comunicará com os de cima. Conhecera uma alemãzinha, Berta, a primeira criatura bonita e limpa a que se encostou. Brochou: "Madame, um sujeito como eu pode agarrar-se a uma pessoa de sua marca?".

A primeira angústia de Luís da Silva era a redução do seu nome. A segunda, haver trocado a condição de pobre pela de funcionário público – tornando-se um carrapato social, uma alma de parafuso. Os pobres tinham decência. Se fosse pobre não precisaria de automóveis nem de rádios, viveria bem numa casa de palha, dormiria bem numa cama de varas, num couro de boi ou numa rede de cordas. Para que se habituou a ler papel impresso, a ouvir o rumor de linotipos? Desejaria ler apenas, inocentemente, os doze pares de França. Pois a terceira angústia, síntese das outras, foi Marina.

O enredo é de folhetim. Luís se apaixona pela vizinha Marina, bela e vulgar. Noivam. Surge Julião Tavares, rico, falastrão e patriota[10]. Marina troca Luís por Julião. Engravida desse último, aborta e é trocada por sua vez. Luís tocaia Julião na madrugada em que volta da casa da segunda amante e o estrangula com uma corda que seu Ivo lhe oferecera na sua gratidão de bêbado pobre. Luís da Silva nunca decidiu

se amava ou odiava Marina: ela (e Julião Tavares) foi apenas a realidade que ao lhe entrar pelos olhos fez desabar o seu pequeno mundo. Marina lia com preguiça a Biblioteca das Moças e invejava uma perua espanhola da vizinhança. Intelecto fraco, afetividade forte – não era essa a vida autêntica, privativa dos pobres? Ou Marina era apenas estúpida, uma repartição pública em forma de mulher?

Lugar preciso

Essa incursão a um dos meus romances preferidos tem a finalidade de apresentar ao leitor minha noção de pobres, aquela que tenho em vista, com dar o título desse artigo *como podem os intelectuais trabalhar para os pobres?*. Não acho, como tantos sociólogos, que pobre seja uma categoria imprecisa, quase imprestável para as ciências sociais. Pobres são os despossuídos, não de qualquer posse mas de território, de lugar, de casa, de emprego (embora não de trabalho), de família (embora não de nome) e enfim do próprio corpo (no caso dos escravos e servos da Colônia e Império). Pobre é, em suma, um não-lugar, um estado nômade ou vagabundo – e é curioso como "se virar" designa geralmente, para os pobres, o ato de trabalhar. Pobre é quem se vira e isso demarca um lugar preciso, quantificável na estrutura social[11]

Pobres seriam os excluídos do jargão de esquerda? Excluídos é um termo perigoso, um *trompe l'oeil*: sua finalidade não é só ocultar um fato real (a exploração econômica) mas convencer de que aquilo que se pôs no seu lugar é verdadeiro, dispensando, pois, o verdadeiro. Com efeito, é impossível excluir alguém da sociedade, ela não tem exterior. O artifício do trompe l'oeil é o artifício principal da História: enquanto o objeto verdadeiro é ocultado, se levam gerações de estudantes a crer que ele está lá[12].

O *excluído* não está, de forma alguma, fora da sociedade. Sua *exclusão* quer dizer inclusão como pobre, explorado, discriminado etc. O uso acrítico do termo pode consolidar a idéia ingênua de que há duas sociedades brasileiras, a dos incluídos e a dos excluídos, quando na verdade a inclusão é função da exclusão, esta é a afirmação daquela, sua antítese. Essa é uma armadilha a que costuma conduzir o uso de categorias como *exclusão*, *marginalização* e mesmo *dualidade da economia brasileira*, dois *Brasis* etc. (Hélio Jaguaribe, por exemplo, sociólogo tido como "progressista" em seu *Brasil, reforma ou caos*[13] trata o "dualismo social" brasileiro como mero fato histórico, uma herança colonial. Quase se perde de vista sua persistente reciprocidade, o fato de que o pauperismo da banda atrasada e miserável é criada e recriada sem cessar pela banda moderna e industrial. Oculta-se, inconscientemente ou não, que todo o pauperismo é pauperização).

Exclusão, em se tratando de sociedade, é o que os lógicos chamavam hipótese autocontrariada. Pode-se desejar e mesmo praticar a exclusão de alguém, na realidade ele retorna. O excluído baterá eternamente à porta do seu excluidor, agora como fantasma ou monstro, desestruturando-o. A negação não suprime a coisa negada, mas apenas o negador. A literatura, por lidar com fantasmas ou monstros – os seres que nos tiram o sono, desestruturam a alma, cavam o espírito, confundem a mente – demonstra melhor que as ciências sociais, limitadas à razão argumentativa, a impossibilidade da exclusão.

O negrinho do pastoreio é a mais difundida das sagas sulinas. Passa-se no tempo em que os campos eram abertos, sem divisas nem cercas. Gado xucro, veados e emas corriam então sem empecilhos. Um estancieiro de maus bofes só olhava nos olhos três criaturas: o filho, o baio e o Negrinho. Um dia apostou carreira com um vizinho, o Negrinho como ginete. Perdeu. Encheu-se de ódio pelo menino, mandou amarrá-lo e lhe dar uma surra de relho. Levou-o depois ao alto da coxilha, transformando-o numa estaca de cavalo — que pastoreasse assim com fome e sede, a tropilha de trinta tordilhos negros, o seu orgulho de estancieiro. Tremendo de frio e medo, o Negrinho pensou em sua madrinha, Nossa Senhora, e dormiu. Os cavalos fugiram. Nova surra. Que fosse com um toco de vela campear o perdido. De cada pingo da vela nasceu no seu rastro uma nova luz. Acabou achando a tropilha, mas de novo dormiu e ela fugiu. O que fez o senhor? Mandou surrá-lo até à morte, amarrar o corpo besuntado de mel num formigueiro. Aquela noite, o estancieiro sonhou que ele era ele mesmo mil vezes[14]. Ao terceiro dia quis ver o que sobrara do Negrinho. Chegando perto viu o Negrinho de pé sacudindo as formigas, a pele lisa e perfeita. Caiu de joelhos diante do escravo. O Negrinho, sem rédeas, montou no baio, chupou o beiço e tocou a tropilha a galope. Até hoje, quando se perde alguma coisa, o Negrinho acha. Basta acender uma vela no altar da madrinha dele. Se ele não achar, ninguém mais. Eis o excluído de volta,

10 "Era um sujeito gordo, vermelho, risonho, patriota, falador e escrevedor. [...] Linguagem arrevesada, muitos adjetivos, pensamento nenhum". Idem. ibidem. op. cit. p. 35.

11 No Rio da minha infância se distinguia viração de "batente". Este era fixo, um degrau acima.

12 Trompe l'oeil é originalmente um artifício arquitetônico. Tem várias finalidades: dar o prazer da ilusão; ocultar um elemento indesejável; tranqüilizar o espírito pela crença na realidade da falsificação etc. Esta última, mais difícil de perceber, é a mais eficaz.

13 Ver JAGUARIBE, Hélio. Brasil, reforma ou caos. São Paulo: Fundação Unesp, 1988, mimeo, e Brasil, 2000 (Para um pacto social). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

14 Usei a versão culta dessa saga dada por J.Simões Lopes Neto, in Lendas do Sul.

agora como fantasma salvador: se ele não nos salvar, ninguém mais. Pode-se desejar, e mesmo praticar a exclusão e alguém, na realidade, como fantasma, ou monstro, ele baterá à porta do seu excluidor, desestruturando-o.

Os monstros que assombram os habitantes de bem do Rio e São Paulo, nos sinais, nos estacionamentos, embuçados na noite, são os excluídos da sociologia vulgar. Como fantasmas romantizados, filmados, *poetizados* por intelectuais de esquerda, é que se incluem.

Três fatos

No último comício das Diretas-já, cerca de um milhão de pessoas entre a Central do Brasil e a Candelária (Rio de Janeiro), um amigo assistiu a uma cena insólita. Espremido ao seu lado por várias horas, um negão não perdia um só movimento dos oradores. Beiço caído, olho rútilo, bebia as palavras de Tancredo Neves. Uma energia formidável, emanando da massa, parecia possuí-lo. Comovido, meu amigo indagou ao sujeito: "O que está achando?" Sem desviar a vista do palanque, ele respondeu: "O que o senhor acha que eles vão fazer com aquela madeira toda?"

Havia, desse jeito, naquela noite histórica, um *comício*, um *palanque* e uma *madeira do palanque*. Há alguns anos atrás, hierarquizaríamos assim esses três fatos: *a madeira do palanque* (plano das relações de produção), o *comício* (plano político) e o *palanque* (plano simbólico). Sociedade, política e cultura. Ocorre que esta hierarquização de planos não funciona mais, é uma *hipótese* cada vez mais insuficiente para organizar e explicar os fatos da *sociedade*.

A própria idéia de *sociedade* parece ter mudado, aliás – e isto não diz respeito, exatamente, como se poderia pensar, à falência do marxismo como teoria social. Os seus postulados principais continuam a se sustentar: a contradição como motor da história, a materialidade das idéias e sentimentos etc. É possível, aliás, que o marxismo tenha mais condições de ingressar no século XXI que qualquer outra teoria social da civilização industrial, livre agora dos dogmas e aparelhos ideológicos *marxistas* (partidos, células, sindicatos, Estados etc)[15]. O que ocorreu é que as mudanças históricas, digamos de 1945 para cá, realizaram o prognóstico de Engels e outros criadores do marxismo: a *superestrutura* acabará se tornando o lugar principal da reprodução do capital e, portanto, do sistema social moldado por ele.

Por que os pobres trabalham para nós? A resposta estava pronta no tempo de Marx: por necessidade, repressão e/ou religião. Nos anos 30, deste século, Marcuse, entre outros, buscou atualizar a resposta. Ele partiu de três dispositivos que articulavam dominação política e poderio técnico – nazismo, stalinismo e capitalismo; dispositivos que fazem em tempo integral a mobilização da natureza, dos espíritos e dos corpos (*por que, afinal, os pobres trabalham para nós?*). Pois bem, a eliminação dos dois primeiros dispositivos e o triunfo do terceiro é parte da tragédia de nosso tempo. A máquina indolor de doutrinar, invisível, consentida, se vê em funcionamento a cada programa Sílvio Santos, mas também nos *horários nobres* da televisão brasileira. E é difícil, aliás, escapar à idéia de que o doutrinador é o próprio veículo, o que nos devolveria ao pessimismo que Marcuse precisamente queria negar. A sociedade de massa, com efeito, não reprime *desde fora*, mas *desde dentro*, numa espécie de formidável *lavagem cerebral* que para ser compreendida exige categorias de uma psicologia dinâmica[16], o que conduziu Marcuse à tentativa de casar Marx e Freud. Por outras palavras, ele foi levado à necessidade de considerar os fatos da organização social *antes de se mostrarem como tal*, enquanto fatos simbólicos. Aquela repressão-extra, instituída pela sociedade de massa, conduziu Marcuse diretamente, como se vê, ao que chamo *plano anterior*. Nada mais explícito nesse sentido que as palavras de abertura do seu *Eros e civilização*: "Este ensaio emprega categorias psicológicas porque elas se converteram em categorias políticas"[17].

Pois Marcuse entrou para a história do pensamento como um dos que acendeu o estopim no interior dessa *fábrica de consenti-*

15 Derrida: "Não sem Marx, não há futuro sem Marx, sem a memória e sem a herança de Marx: em todo caso, de um certo Marx, de seu gênio, de um ao menos de seus espíritos". DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx, Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994, p. 30.

16 Isto é, que parta do conflito entre os impulsos naturais do homem e as barreiras antepostas pela sociedade.

17 MARCUSE, Herbert. Eros e civilização, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 25.

18 CHÂTELET, Gilles, "Folha de São Paulo", 9/08/98.

19 "No impulso dialético que nega continuamente o dado e o existente, no passo rebelde e crítico da destruição criadora, Marcuse descobre a medula da posição de Hegel. [...] Na mola da negatividade dialética, Marcuse revela como as aspirações libertárias se fundem no cerne da conceituação especulativa de Hegel. [...] A essência criadora do homem se assimila ao pensamento do negativo." MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969, p. 21.

20 Hobsbawn, aliás, chama a atenção para um fato pequeno e eloqüente: em meados dos anos 60 o movimento de Baden Powell, os boy scouts, abandonaram o boy do nome e trocaram os velhos sonbreros pela boina.

Esquerda, direita

O caso João Salles – o filme e a bolsa ao traficante – funcionou como um divisor de águas. Os que o condenaram, mesmo se considerando progressistas, posicionaram-se à direita; os que se solidarizam com ele, à esquerda. A antiqüíssima díade continua ao meu ver, portanto, válida. Por sob a condenação à atitude de João Salles, esconde-se o pensamento tecnoburocrático, capaz de colonizar políticas públicas bem intencionadas, reduzindo políticas a políticas de segurança.

Desse jeito, a identificação ativa do intelectual (que implica mais que reconhecimento, implica solidariedade ativa; hospedagem do outro) com os pobres (entendidos como *desclassificados* e não, por exemplo, como *excluídos*) é a autêntica posição de esquerda. No caso particular João Salles – o filme e a amizade com Marcinho VP – ajudar um pobre a se tornar intelectual (no sentido gramsciano) é uma ação de esquerda. Mesmo não fosse essa a intenção do documentarista. Em razão de a cultura – o campo intelectual – haver se expandido na atualidade, criando condições para superar a categoria de superestrutura, o papel do intelectual ganhou uma importância política insuspeitada antes.

mento (Chomsky), em que se tornou a megamáquina ocidental. Recusou-se (e arrastou a essa recusa parte da juventude americana dos anos 60) ao papel do que Hegel chamava serviçal de si mesmo, ao prosaísmo, à inércia, ao horizonte curto (filisteísmo), à capitulação diante das *tecnologias de mobilização*[18]. Ao colocar-se no plano da cultura – o da anterioridade – Marcuse abriu uma perspectiva de ação, para si e seus estudantes: assumir a mobilidade, levando às últimas conseqüências a paciência e corrosividade do *pensamento negativo* (no sentido hegeliano)[19]. Como um Macunaíma na Califórnia pode abrir os braços e dizer: "Não vim ao mundo para ser pedra"

Maio de 68 já foi analisado de muitas maneiras e mesmo análises de direita lhe são simpáticas. "Fat is a feminist issue". "Tomo meus desejos por realidade pois acredito na realidade de meus desejos". "O pessoal é político". "Chamarei de político qualquer coisa que me preocupa". "Quando penso em revolução quero fazer amor". "Não confie em ninguém com mais de trinta anos". Esses gentis *slogans* vão ecoar ainda por muito tempo em nossos ouvidos, sinais de uma *revolução juvenil* em cuja rubrica um historiador do futuro talvez enfie criaturas díspares como James Dean, Bob Marley, Fidel Castro (ele chegou ao poder com 32 anos) e Guevara – que, não querendo envelhecer como Fidel, ficará talvez mais perto dos Beatles que de Mao Tsé Tung[20].

A juventude tornara-se, de fato, agente social independente – o que, no Brasil, se deveu, ademais, à urbanização acelerada daqueles anos. Abrira-se um espaço entre o menino e o adulto. Espaço para o capital, antes de tudo. Cresceram vertiginosamente, desde então, *a indústria de juvenescimento* — cosméticos, higiene pessoal, natural e esportiva e afins. A tecnologia tornou-se causa e efeito desse juvenescimento: computadores e programas foram projetados e criados por pessoas na casa dos 20 anos para serem usados, com humilhante vantagem, por cabeças jovens[21]. É verdade que com os avanços da saúde pública e da medicina, tinha-se mais chance de envelhecer; mas paradoxalmente, num mundo cada vez mais jovem, o apogeu do homem ocidental passou a ser entre os 20 e 30 anos.

"É pecado não ser jovem no Brasil", reclamava Nelson Rodrigues, em 1968, sob fogo cruzado da esquerda e da direita. Mas atenção, a *revolução jovem* não consiste exatamente em que os jovens (entre o infante e o adulto) passem a ser um grupo social autônomo, produzindo, por exemplo, música (o *rock*) e traje distinto (o *blue jeans*). Consiste em que o ideal da vida humana se torna *ser jovem* – e jovem quer dizer *tutto e subito*. Jovem é, pois, uma *economia do tempo*, uma *maneira* de empregá-lo: vertiginosa, alucinatória e, por conseqüência, drogável[22]. Por outro lado, revelou-se a enorme capacidade (ou força) de internacionalização da cultura jovem: *rock* e *blue jeans* tornam-se igual a *moderno*. A *revolução jovem* começou a montar o *inferno sobre a terra* que vemos hoje. Sartre se enganou: o inferno não são os outros, são os *jovens*.

Em suma, por mais diversa leitura que se faça de seu legado, respostas a velhas perguntas que atormentavam a esquerda mundial Marcuse as foi buscar fora da economia e da política[23]. Desse jeito, pode preconizar o que está hoje na boca de todos: o *fim da sociedade do trabalho*[24]. Contudo, o que faz dele, em minha leitura, um verdadeiro precursor do que chamo *plano anterior* é o seu apelo à sensibilidade moral de jovens, intelectuais, mulheres, grupos religiosos e outros – as minorias marginalizadas – para salvarem a sociedade. Eis a chave da sua *praxis*: "Uma das coisas que aprendi [...] é que moral e ética não são mera superestrutura ou mera ideologia".

Marcuse era filosoficamente idealista – Habermas, que o conheceu bem, chama-o "o primeiro Heideggermarxist" – e fala com freqüência da "solidariedade da razão e do sentimento". É pouco, contudo, para explicar o grande papel que teve na rebeldia da geração 60. Este se deveu, ainda segundo Habermas, à coincidência entre os impulsos de sua filosofia vitalista de matizes freudianos e a emergência da juvenilidade no pós-guerra.

Eis como o próprio Marcuse viu, em síntese, a atitude da juventude que orientou: "Essa oposição [ao sistema] é simultaneamente uma revolta sexual, moral, intelectual e política. Nesse sentido, é uma revolta total, voltada contra o sistema como um todo"[25]. Não confundia, notemos bem, revolta com revolução, aquela seria apenas fagulha desta. O tempo correu, a identificação da juventude com uma vanguarda revolucionária deixou de fazer sentido na era das academias de musculação, mas Herbert Marcuse levantara a lebre: no plano anterior à política e à economia está a chave para abrir a compreensão do impasse social em que nos metemos. ■

***Joel Rufino dos Santos**

Professor da UFRJ, historiador e escritor

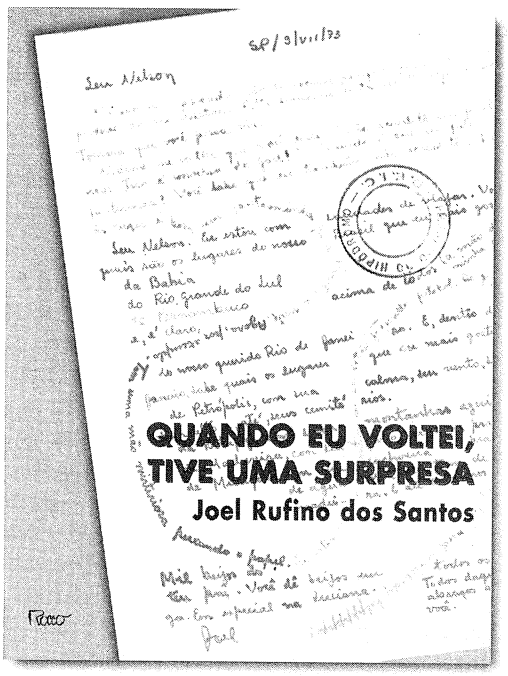
21 HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 318.

22 "Muito mais do que uma questão de fórmula e mecanismo neurofarmacológico, na droga se põe em jogo a própria humanidade do homem [...] O grande desafio de nossa época é o desafio de uma conversão do homem para sua jovialidade. Impõe-se uma conversão, que reponha o homem no lugar de sua humanidade, a sua essência de futuro. - Ora, vários são os caminhos em que, neste contexto sufocante, a juventude busca esta conversão. É a terceira pergunta: Como a juventude procura realizar a jovialidade no mundo de hoje? [...] Não encontrando espaço e expansão para suas possibilidades de futuro, a juventude contesta e contradefine o sistema de controle em todos os níveis da linguagem: no verbal e imaginativo, no gestual e perceptivo, no situacional e coletivo. Pois é aqui, na dinâmica desta contradefinição, que se insere o uso de drogas e entorpecentes. O sentido hermenêutico do tóxico é, portanto, essencialmente ambíguo. Articula-se em duas dimensões. Mais profundamente exprime a dinamização de um projeto de jovialidade e de futuro. Mais na superfície, nos caminhos de sua concretização situacional, desvirtua-se num compromisso com a própria essência da sociedade afluente e da subjetividade moderna". LEÃO, Emmanuel Carneiro. *Aprendendo a pensar*, Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 41,41,43.

23 Marcuse, entretanto, foi um intelectual essencialmente político. Na juventude integrou um conselho de soldados em Berlim e muitos anos depois ainda sofria com o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. No começo dos anos 60, já na América, fez campanha contra a guerra do Vietnã e, finalmente, "tornou-se influencia maior nos movimentos estudantis dos dois lados do Atlântico". Muito antes do Clube de Roma, ele denunciou a "produtividade progressista, para a qual a natureza está ali, grátis, pronta para ser pilhada" – isto é, a união fatal, em nossa civilização, entre produtividade e destrutividade. Procurou distinguir socialismo de capitalismo "não tanto pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas sim em seu redirecionamento, pré-condição para a abolição do trabalho, a autonomia das necessidades e o apaziguamento da luta pela existência".

24 Ver, entre outros, O horror econômico, de Viviane Forrestier, São Paulo, UNESP, 1997.

25 Vide Jürgen Habermas, "O Centenário de Marcuse e os Ritmos Diversos da Filosofia e da Política", Folha de São Paulo, 9/8/98.



Quando eu voltei, tive uma surpresa

Joel Rufino dos Santos
Editora Rocco
139 p.

Na cela 31 da Rua do Hipódromo, 600, foram escritas cartas de amor ao país, de paixão pela História, de saudades de um filho. As paredes estavam tomadas por fotos de Nelson. Em uma delas, o menino mostra a perna quebrada, em outra está dirigindo com o Marquinhos.

Em 1972 o bairro do Brás, no Centro de São Paulo, não tinha mais aquele ar de calma, quase bucólico. Pelo contrário, passavam por suas ruas presos políticos, policiais fardados. O Brasil vivia um clima de tensão. Desde 1964 os militares estavam no governo. O AI-5 já tinha sido decretado; Carlos Marighela estava morto, assim como Che Guevara. Câmaras de tortura haviam sido instaladas por todo o país. Os movimentos estudantis, sindicais e de esquerda eram duramente repreendidos. A imprensa estava proibida de falar. Médici era o presidente da República. Os anos de chumbo estavam em pleno vapor.

Como explicar essa conjuntura política para uma criança de 8 anos? Como dizer que Joel está preso, não por ser bandido mas por ser contra a ditadura? Como contar que seu pai havia sido torturado? A história de que Joel estava viajando a trabalho durou seis meses. Era preciso mostrar a verdade. Nelson ficou embaixo da cama, agarrado à gaiola de seu passarinho.

Em 12 de junho de 1973, uma carta: "Nelsinho, meu querido. Estou com muita saudade de você. [...] Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que fiz. [...] Eu acho que tenho razão. As aulas que dei, as histórias que contei e as coisas que escrevi nos meus livros e nos jornais – eu acho que são coisas certas. O governo não acha. [...] Tenho certeza de que o juiz vai dizer: Seu Joel, não tem mal algum o senhor ter as suas opiniões. Pode ir embora."

Mas ele não foi. A dor do cárcere está explícita nas páginas cheias de desenhos e marcadas com um carimbo da censura. Cartas de preocupação. Cartas de um pai que tenta manter o contato, tenta suprir a sua própria ausência. "Vista o seu pijama vermelho, de calça comprida. [...] Depois arrume os travesseiros, apague a luz principal e acenda o abajur", escreve para o menino. E então conta uma história para ele ler antes de dormir. Assim, de uma maneira que pai e filho pudessem estar compartilhando esse momento.

A intimidade da relação é desvendada. Rufino mostra sem pudores os originais de seus textos. Aquelas palavras escritas com as canetinhas coloridas, presente de Nelsinho. Conta a História de Quilombo dos Palmares, não apenas como historiador, mas como um pai que se preo-

cupa com a educação do filho. Algumas das histórias de sua avó ganham vida, são ilustradas e passadas para Nelson. Ah, se eles estivessem no sofá da sala ou sentados no chão do quarto.

Sutil é a escrita de Joel. Mais do que compartilhar momentos difíceis de sua vida, ele ensina como se deve conversar com uma criança, como é o grande esquema das coisas no mundo infantil. Rufino lida, ou parece lidar, com muita simplicidade. O tempo todo fala sobre a saudade que sente, mas sempre de uma maneira otimista, lembrando de que um dia aquela situação iria acabar.

Enquanto Zuenir Ventura criticava a imprensa brasileira escrevendo Os Impasses da Cultura – "Poucas vezes a língua portuguesa terá dado tantas voltas para sugerir o que não pode dizer, insinuar o que não pode revelar" –, Joel contava a história de um gato que não comia o que seu dono oferecia. Alimentava-se de peixes. E pescava de uma forma engenhosamente criada por ele. Era a história de um gato que pensava.

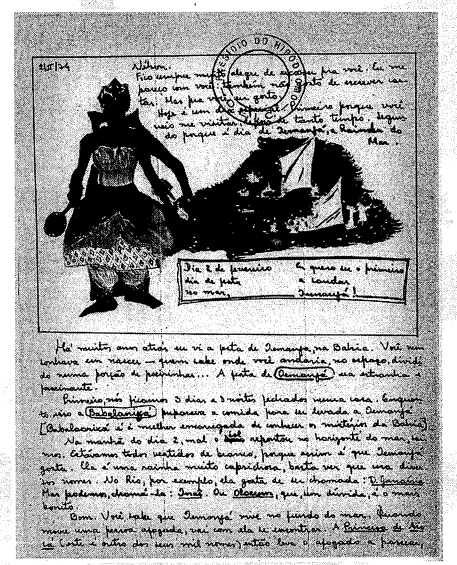
Mas há muitas histórias interessantes. Na página 103, surge um personagem. O dono de botequim, Micael. O português tinha um galinheiro nos fundos de sua casa. Resolveu convidar os moradores de São Cristóvão, bairro no subúrbio do Rio de Janeiro, para verem algo que nunca tinham imaginado na vida. Em um domingo após as duas da tarde, começaram a chegar os ilustres convidados. Fabiano Pé-pé, Gilson Coinha, Tinhão Cachorro. Ninguém sabia o que ia acontecer. A luz foi apagada. Cenas de índios foram surgindo em um pano branco. As pessoas começaram a especular sobre o que poderia ser aquilo. Talvez bruxaria. " Foi assim a primeira sessão de cinema no subúrbio, em 1905", conta Joel a Nelson.

Na mesma carta em que pergunta ao filho se ele gosta do nome Nelson e conta quais as outras opções que tinha, Joel cola cartões-postais de vários locais do Rio. Botafogo, Aterro do Flamengo, Lagoa. São fotos de 1940 e de 1973. Fazendo uma brincadeira geográfica com o antes e depois e com o dia-a-dia do menino.

Através dessas cartas também é possível descobrir que Joel Rufino aprendeu a fazer trabalhos manuais com couro. A maior parte de seus produtos, é claro, foi transformada em presentes para o filho. Escreveu livros. Mas o tempo que passou preso não tirou sua vontade de viver e de viver esse amor pelo filho. Depois de ter passado tanto tempo na Prisão do Hipódromo, alguns valores podem ser esquecidos. Joel foi perguntado pelo juiz que cuidava de seu caso se continuava socialista. E respondeu "Sim... porque isto não é crime". "E o senhor vai continuar a luta contra o governo? Não. Agora eu quero sair em liberdade para trabalhar e ficar com o meu filho." Isso acontece em maio de 1974.

Lá fora, Ernesto Geisel já havia assumido a Presidência (15 de março). A ditadura começa a ser progressivamente desmontada. A sociedade civil renasce como força principal da abertura. A censura à imprensa vai diminuindo até acabar. A linha dura continua, a repressão política é controlada. Mas essa é uma outra história.

Jamile Chequer
Jornalista, repórter do Ibase



2/11/74

Nelson.

Fico sempre muito alegre de escrever pra você. Eu me pareço com você: também não gosto de escrever cartas. Mais pra você eu gosto. Hoje é um dia especial. Primeiro porque você veio me visitar, depois de tanto tempo. Segundo porque é dia de Iemanjá, a Rainha do Mar.

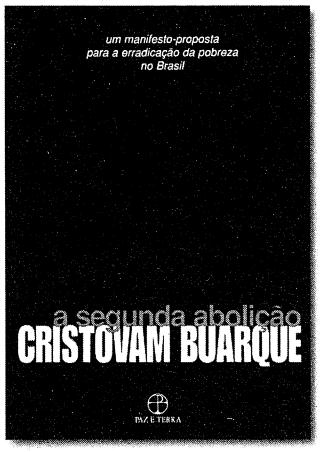
Dia 2 de fevereiro
Dia de festa
No mar.
Eu quero ser o primeiro
A saudar
Iemanjá

Há muitos anos eu vi a festa de Iemanjá, na Bahia. Você nem sonhava em nascer quem sabe onde você andaria, no espaço, dividido numa porção de poeirinhas... A festa de Iemanjá era estranha e fascinante.

Primeiro, nós ficamos 4 dias e 3 noites fechados numa casa. Enquanto isso a Babalaorixá preparava a comida para ser lavada a Iemanjá. [Babalaorixá é a mulher encarregada de conhecer os mistérios da Bahia.]

Na manhã do dia 2, mal o sol repontou no horizonte do mar, saímos. Estávamos todos vestidos de branco, porque assim é que Iemanjá gosta. Ela é uma rainha muito caprichosa, basta ver que usa diversos nomes. No rio, por exemplo, ela gosta de ser chamada: D. Janaína. Mas podemos chamá-la: Inaê. Ou Oloxum, que sem dúvida, é o mais bonito.

Bom. Você sabe que Iemanjá vive no fundo do mar. Quando morre uma pessoa afogada, vai com ela se encontrar. A Princesa de Aiocá (este é outro dos seus mil nomes) então leva o afogado a passear,



A Segunda Abolição – um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil

Cristovam Buarque
Editora Paz e Terra
137 p.

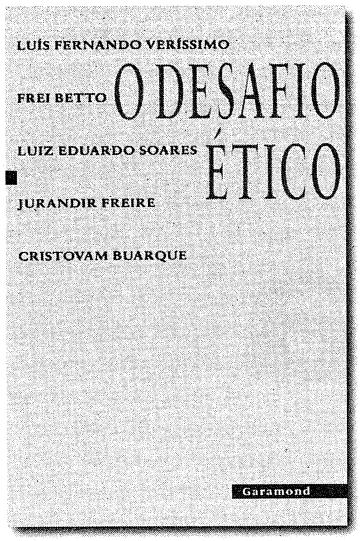
Deixar de ter o duvidoso título de campeão mundial em desigualdade social parece tarefa para titãs. É justamente para dirimir esse mito que o ex-reitor da Universidade de Brasília (85/89), Cristovam Buarque, elaborou o texto do depoimento para a Comissão Mista do Congresso Nacional que debateu a pobreza no Brasil, em 1999. O trabalho agora é publicado em livro que deixa bem clara a posição do autor: está decididamente ao lado dos excluídos.

A princípio intimidadora, a situação dos pobres no Brasil é, segundo Cristovam, passível de ser modificada. E a um custo relativamente baixo. Os programas propostos custariam menos de 5% do PIB brasileiro, cerca de R$ 40 bilhões. As medidas ainda seriam capazes de criar 16 milhões de empregos diretos e mais 3 milhões de indiretos. Uma criativa inversão do texto é encarar a pobreza não como um peso, mas uma reserva econômica capaz de encontrar em si a solução. Os pobres, para o autor, alavancariam o crescimento do país pela base. Seriam o próprio motor de desenvolvimento, oferecendo uma alternativa à velha cantilena de que é preciso primeiro crescer o bolo para só mais tarde dividi-lo.

O ex-governador do Distrito Federal pelo PT (95/98) propõe uma mudança ética na prioridade do uso dos recursos públicos. "A luta contra a pobreza tem que ser feita na ótica social e não na ótica econômica. Parar de ver a redução da pobreza como conseqüência do aumento da riqueza ou mesmo como o resultado de uma melhor distribuição da renda, que não beneficia realmente os pobres, porque só ocorre entre os que estão incluídos no setor moderno do processo produtivo."

O autor propõe a "revolução das soluções simples". Se a primeira parte do livro é um diagnóstico da pobreza e da realidade socioeconômica atual, a segunda é programática. Apresenta um conjunto de medidas específicas de aplicação direta e barata. As propostas são acompanhadas dos custos de cada medida para o poder público, com esquemas explicativos que mostram os impactos econômicos, sociais e na cidadania. São, em sua maioria, ações com ênfase na educação, como a assistência educacional à criança através da Bolsa Escola, a Poupança Escola (incentivo para os alunos não abandonarem os estudos), o Salário Pré-Escola e a Cesta Pré-Escola, além de serviço civil remunerado, formação e financiamento do pequeno produtor (Banco do Povo, programa de microcrédito) etc. Enfim, um receituário para um país que "carrega toda a tragédia e toda a potencialidade do final do século".

Marcelo Carvalho
Pós-graduando em Jornalismo Cultural pela Uerj, repórter do Ibase



O Desafio Ético

Organização: Ari Roitman
Editora Garamond
115 p.

O Brasil vai muito bem, obrigado. Pelo menos para a minoria de sempre. Ainda mais agora, quando a onda neoliberal encobriu o mundo, parecendo não deixar alternativas viáveis de pé. Mas para aqueles que ainda encaram a desigualdade social como algo a ser eliminado, é necessário reconhecer a urgência do debate ético. Como encaram os autores desta coletânea. É preciso resistir à banalização da miséria. Primeiro, indignar-se. Mas a indignação não é tudo, como escreve Luís Fernando Veríssimo. "Ela descreve uma emoção, portanto um momento passageiro, mais do que um sentimento. Uma reação, que é menos do que uma ação e bem menos do que uma convicção." É preciso ir além.

Vivemos a crise da (nossa mal definida) modernidade. E ela culmina com a hegemonia do capitalismo no final do século XX, redefinindo, inclusive, o léxico. "A própria palavra desenvolvimento tem certo componente ético, porque ao menos se imagina que todas as pessoas deverão ser beneficiadas. Hoje, a palavra é 'modernização', que não tem conteúdo humano, mas sim forte conotação tecnológica", avalia Frei Betto em seu texto. Privatizar virou quase um dogma, inclusive para nossa subjetividade: "estamos nos tornando seres cada vez mais privatizados, menos solidários, menos interessados nas causas coletivas".

Este individualismo exacerbado é identificado por Jurandir Freire como um comportamento das nossas elites. É o que o autor chama de alheamento em relação ao outro, que já não importa, ou importa pouco. Em seu texto, Jurandir analisa a violência a partir do ponto de vista dessa elite que alça os assuntos privados e a preocupação exagerada com o bem-estar pessoal como objetivo de vida. É a irresponsabilidade em relação a si que acaba por não trazer satisfação individual. "O ideal da boa vida burguesa paralisa os indivíduos num estado de ansiedade permanente."

Luiz Eduardo Soares alerta-nos que "a legalidade democrática só tem plena validade para os que habitam o mundo privilegiado das classes superiores". Esse distanciamento atingiria também as esquerdas. O maior indicador estaria justamente na questão da brutalidade da polícia contra as classes populares em contraste com a pouca importância que as esquerdas dão ao tema. "Um tratamento transformador e radicalmente democrático da (...) segurança pública (...) é decisivo para a democratização efetiva e completa da sociedade brasileira", analisa Soares. É essa democracia plena que Cristovam Buarque divisa quando propõe romper com os diversos círculos intelectuais (as crises ideológicas, os comprometimentos com as elites, o descompasso com uma visão nacional, a camisa-de-força do academicismo e os meandros viciados da linguagem) que seriam entraves para pensar as contradições sociais de hoje.

Carla Maria da Silva
Jornalista da Coppe/UFRJ

OPINIÃO

Moema Miranda *
Paulo Magalhães **

Reflexões a partir da Agenda Social

Este artigo é, na verdade, um ensaio. Ensaio que incorpora um olhar sociológico e pretende apresentar questões sobre a dinâmica sociopolítica, partindo da experiência da Agenda Social na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de compartilhar as indagações que nossa ação política e social tem suscitado, muito mais que apresentar resultados de êxito. Pretendemos dar visibilidade aos processos políticos desencadeados, formular perguntas e equacioná-las. Apresentar perplexidades. Reconhecer limites e contribuir para superá-los.

Os anos 90 foram férteis em inovações nas políticas voltadas para a urbanização de favelas. Essas se inscreveram no processo de implementação de um conjunto de iniciativas definido como de combate, enfrentamento ou redução da pobreza. Foi o próprio tema que voltou fortemente ao cenário e à tematização política, não apenas no Brasil, mas aqui se envolvendo em um discurso de ampliação da democracia, da participação e da solidariedade.

Multiplicaram-se esferas e espaços de premiação e debate sobre a temática. Aumentou o interesse e a produção acadêmica. Mais ainda, noções como as de parceria público-privada, ampliação da esfera pública, ação cidadã, sinergia e participação comunitária tornaram-se constitutivas, ao menos como elemento de discurso dos debates e projetos de urbanização implementados em estados e municípios. Integrou este movimento a crescente ênfase na ação municipal. Estimulada pela Constituição de 88 – que favoreceu a intervenção do poder público municipal referenciada na perspectiva formulada pelo movimento ecológico e sintetizada no lema *pensar globalmente, agir localmente*, divulgado pela ECO 92 – a tendência foi fortalecida ao longo da década. O lugar e o local adquiriram novo sentido. Passaram a ser identificados por estudiosos, agências governamentais e representantes da sociedade como esfera de aproximação entre governo/sociedade, onde se articulam diferentes atores sociais [1].

Além de pesquisas acadêmicas e de ONGs, espaços públicos que congregam atores diversificados passaram a se constituir em campo de identificação, estudo e disseminação dessas práticas e programas reconhecidos como *inovadores no enfrentamento da pobreza*, o que inclui com relevância a urbanização de favelas. Valorizando experiências locais, criativas e pragmáticas, muitas vezes as questões de estímulo à participação parecem requerer apenas competência técnica e gerencial do poder público e disposição da sociedade para estabelecer parcerias [2].

Desigualdade, limite real

Os índices crescentes de desigualdade; o acirramento da violência urbana, cujos números assustadores são registrados em pesquisas e pela experimentação empírica do viver em grandes cidades; o desgaste dos movimentos sociais organizados, bem como a diminuição do investimento público na área social; e os índices de ineficiência desses gastos no enfrentamento da pobreza são apenas alguns dados dramáticos da realidade social que, nos anos 90, se mantém rebelde e resiste a ser alterada por um conjunto de iniciativas simples e inovadoras. São dados que alertam para dificuldades das políticas desenvolvidas no enfrentamento da pobreza e da exclusão.

Reconhecer as limitações renitentes aos nossos esforços poderia significar a perseverança da incredulidade e do pessimismo. Aqui, no entanto, esse reconhecimento tem um sentido distinto. Vivemos a urgência de perceber os limites que enfrentamos, identificando restrições às propostas em curso. Nosso desejo é o de contribuir para desenhar novos caminhos. Perspectivas que permitam a radicalização da democracia e a implementação de processos políticos que se tornem massivamente inclusivos.

É necessário reconhecer que as iniciativas a que nos referimos estão inscritas em um processo mais amplo de desenvolvimento acirrador das desigualdades. Limitadas e redesenhadas em um contexto de globalização, as propostas em curso colocam-se como anunciadoras de boa vontade de um projeto que não podem realizar em plenitude.

1 "O caminho para a intersetorialidade parece ser o enfoque territorial, conduzindo os diversos elementos para um contexto onde o controle social é possível. O *lugar* é portanto essencial, seja submunicipal, municipal ou supramunicipal." (p.16) Veja-se, ainda, outra referência do mesmo documento: "O *lugar*, como foi dito por muitos durante os seminários, *tem a cara da gente* revelando distintas arenas de demandas, conflitos e reivindicações (...). Denso, o lugar é a vida das pessoas em espaço e tempo que, dependendo das circunstâncias pode ser o bairro, o município, a região" (Práticas Públicas e Pobreza, Documento- Síntese, Fundação Getúlio Vargas, p.11).

2 "O Rio de Janeiro tem liderado o processo de combate à pobreza porque tem sido capaz de combinar austeridade fiscal com políticas inovadoras e integradas que buscam soluções estruturais e institucionais para fazer frente ao problema de longo prazo mais sério que a nossa sociedade enfrenta. (...) Os cariocas – independentemente de estarem no governo, em organizações da sociedade civil ou na iniciativa privada – estão percebendo que é possível trabalhar conjuntamente para melhorar as condições de vida da sua cidade, e que isto é bom para todos." (URANI, André. O Combate à Pobreza no Rio in: *O Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro*. Prefeitura do Rio, Ano 4,fev.2000, pp. 6,7).

Um grande time

A Agenda Social Rio é a continuidade e o aprofundamento da Agenda Social Rio 2004, lançada pelo sociólogo Herbert de Souza, Betinho, em julho de 1996, por ocasião da campanha pela candidatura carioca a sediar as Olimpíadas. Tratava-se, então, de criar um compromisso social, envolvendo sociedade e governo em torno de cinco metas básicas a serem alcançadas até 2004: Educação de qualidade para todos, Ninguém morando na rua, Todas as crianças bem alimentadas, Esporte e cidadania jogando no mesmo time, Favelas urbanizadas e integradas à cidade. As metas, objeto de reflexão técnica e de compromisso político pelo conjunto de instituições participantes da Agenda, foram traduzidas em documento encaminhado ao Comitê Olímpico Internacional (COI).

Em março de 1997, a candidatura do Rio não foi aprovada. Dissolveu-se o Comitê Rio 2004, mas não a articulação da sua Agenda Social. Ao contrário, ela se reestruturou e se consolidou para contribuir na materialização dos compromissos, independentemente dos Jogos Olímpicos.

Nos últimos anos, tendo como foco os bairros da Grande Tijuca, a Agenda Social Rio implementou elenco significativo de ações nas comunidades faveladas. Constituiu expressivo fórum que congrega uma gama de atores e repercute as dinâmicas políticas e sociais em curso nas favelas da localidade.

Participam desse fórum as seguintes instituições: Associação de Moradores do Alto da Boa Vista, Andaraí, Bispo 117, Borel, Catrambi, Chácara do Céu, Formiga, Grajaú, Indiana, Jamelão, João Paulo II, Juscelino Kubitschek, Liberdade, Matinha, Morro do Andaraí, Morro da Chacrinha, Morro da Cruz, Morro dos Macacos, Nova Divinéia, Parque Vila Isabel, Pedacinho do Céu, Rodo, Salgueiro, Sumaré, Tijuaçu, Vila Cachoeira, Vila Isabel, VIII e IX Regiões Administrativas da Prefeitura do Rio, Biblioteca Popular da Tijuca, Caixa Econômica Federal, Centro Comunitário Lídia dos Santos, Companhia Norberto Odebrecht, Coordenadoria de Saúde AP2.2, Creche C.R.2.2.Bolhinha de Sabão, Creche Comunitária Sol da Liberdade, Segunda Coordenadoria Regional de Educação, Escola Ogga Mitá, Espaço Cultural Tocando em Você, Esporte Clube Boa Vista, Finep, Firjan, Fundação Bento Rubião, Fundação Ford, Fundação Leão XIII, Gestão Comunitária, Instituto de Investigações e Ação Social, Casa Branca, Grupo Tear, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ibase, Igreja Batista Nova Canaã, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Prosanear/Cedae, Secretaria Municipal do Trabalho, Secretaria Municipal de Habitação, Sesc, Sociedade Beneficente São Camilo, SPS Comunicação, Subprefeitura da Tijuca, Uerj e Viva Rio.

Por mais que se variem os indicadores, são abundantes as evidências de negação da pobreza em ceder às intervenções empírica e cientificamente reconhecidas. Existem dados positivos. Mas mesmo esses, quando apresentam melhoras, refletem a imensidão do desafio, que não tem sido reduzido, em que pese a criatividade das práticas inovadoras.

As políticas em curso têm limitações intrínsecas: são incapazes de garantir a inclusão massiva da população brasileira no mercado e nas esferas de poder. Inclusões subordinadas e restritas têm proliferado. Ao lado de nossa exaustão na busca de percursos mais significativos, estas têm ajudado a manter o rumo e o aparente consenso quanto à necessidade de persistir nesse caminho, apesar das fragilidades.

O lugar e o local adquiriram novo sentido. Passaram a ser identificados como esferas de aproximação entre governo e sociedade

No entanto, a radical desigualdade no Brasil criou um fosso entre os diversos mundos que constituem a sociedade. As propostas de participação, empregadas pela maioria das iniciativas de redução da pobreza[3], têm se mostrado insuficientes para instaurar uma prática efetiva de diálogo e têm sido incapazes de redefinir as trajetórias sociais das camadas populares.

Nada nega a importância do aumento de investimentos municipais, nacionais e mesmo de organismos internacionais em programas para favelas na última década. É preciso reconhecer que foi efetiva a mudança de paradigma dos novos programas, que passaram da remoção à urbanização das áreas faveladas. Esse avanço, no entanto, confrontado com as evidências da crescente desigualdade, revela o quanto os esforços que empregamos têm o sentido de *encontrar um lugar para o pobre*[4].

Mediação impossível

A identificação das favelas por suas ausências marcou nos anos 50 as primeiras definições oficiais desses espaços urbanos[5]. Nas décadas seguintes, a definição articulou-se com um discurso político progressista. A fusão desses olhares produziu uma percepção segundo a qual os problemas ali existentes, entre os quais o crime organizado no controle do território e na proteção da comunidade, são justificados pelo vínculo entre pobreza/exclusão e ausência do Estado.

Dedicaremos atenção a três campos concernentes aos nossos objetivos neste artigo. São eles:

- conexão imediata entre pobreza e exclusão – aprofundando o debate sobre a necessidade de ampliar o olhar sobre a favela e os pobres;
- novas formas de controle do território – os limites desenhados pelo tráfico; a valorização de determinados canais de interlocução; seus limites e desafios;
- participação e mediações no diálogo entre poder público e sociedade – o lugar das associações de moradores, desafios de criação de sujeitos do processo democrático, participação qualificada, representação e mobilização.

Barreiras da noção de exclusão

Têm-se multiplicado estudos que demonstram como a concepção homogeneizadora do espaço e da população das favelas é estigmatizante. Tratar as favelas como unidades sociais idênticas nos impede de perceber a riqueza e multiplicidade territorial e social encoberta por uma nominação comum[6]. O processo de urbanização tem contribuído para revelar essas diferenciações, tanto em termos de renda e acesso aos bens de mercado quanto aos direitos de cidadania, e ainda, às distintas perspectivas de integração social e trajetória pessoal[7]. Os estudos, mesmo de organismos internacionais, começam a mostrar que as favelas não são o *locus* da pobreza urbana.

Em um trabalho com grupos focais realizado pela Agenda Social, ficou claro que a percepção é compartilhada pelos próprios moradores, que afirmam: "a comunidade melhorou muito. É como eu falo, se a classe média achatou, na achatada da classe média a gente deu uma subida, acho que foi ótimo. Hoje todo mundo na comunidade tem televisão a cores, vídeo, telefone. Os carros parados aqui na rua são dos moradores. As casas são quase todas de tijolo, têm água, luz"[8]. A pesquisa revela não apenas o acesso crescente a bens de consumo, mas também a difusão de desejos de consumo identificados como distintivos das classes médias.

Essas evidências poderiam indicar reversão do processo de exclusão. E revelar a inclusão de parte significativa das camadas populares no mercado. Ou, talvez, a expansão do mercado para os pobres. O movimento, no entanto, não tem sido capaz de alterar a trajetória social que reproduz e mantém os filhos de pobres também pobres. As mortes e a ação violenta nas favelas são apenas o indicador mais dramático de que participação no mercado e asfaltamento das ruas não são suficientes para garantir a inclusão dos pobres na esfera da cidadania. Ações violentas continuam a se reproduzir nas ruas calçadas, atingindo preconceituosamente jovens, negros, pobres, do sexo masculino, de forma privilegiada e distintiva de classe e lugar[10].

O paradoxo nos impõe a necessidade de requalificar a noção de exclusão e sua tradicional vinculação com a pobreza. As iniciativas de combate à pobreza definem-se sinonimamente como ações de enfrentamento da exclusão. Como se ao atuar sobre a pobreza – garantindo inclusão no mercado – fosse automaticamente rompida a condição de exclusão. Assim se admite que o acesso a bens de mercado garante o acesso aos bens de cidadania e a inclusão social.

Atuar sobre a ponta da estrutura de mercado – procurando criar consumidores/clientes – sem interferir em seu ordenamento mostra-se insuficiente para redefinir a produção sistemática de pobreza. Reduzir a exclusão à dimensão da pobreza contribui para desqualificar a política como esfera de cidadania e prática de pensamento, criação e recriação da ordem social.

A ordem econômica vigente, pela concentração de renda/desigualdade, não permite a entrada massiva dos pobres para além das pontas inferiores do mercado. "O que queremos é emprego. É poder andar com nossas próprias pernas. O secretário vai arranjar emprego quando a gente sair do abrigo?", pergunta um morador de rua em encontro com representantes do poder público. A pergunta se reproduz nas salas de aula para adultos; nos programas para jovens em situação de risco social; nas atividades das ONGs.

O êxito significativo e localizado de iniciativas de ONGs ou de prefeituras tem contribuído para reforçar a crença na solução via aprimoramento das pontas do mercado. Ao mesmo tempo, os projetos em dificuldades ficam fora das premiações ou são tomados como expressão de incapacidade administrativa. As evidências das limitações de nossos projetos devem nos levar a repensar não apenas qual seja o *locus* da pobreza, mas a constituir e reforçar arenas de superação da desigualdade.

O *público* nas favelas

A crescente presença governamental nas favelas evidencia-se pelo aumento dos serviços oferecidos. No entanto, em que pese isto, o caso apresentado (no destaque) revela como tem havido expansão sistemática do poder do narcotráfico no controle armado do território e na ordenação social nas favelas. As ações violentas não podem ser atribuídas à ausência do Estado. Explicação mais significativa exigiria compreensão do lugar social da ação organizada e armada do narcotráfico.

Muitas são as dificuldades para a realização de estudos sobre a ação violenta, embora importantes iniciativas já tenham sido tomadas[11]. Dado que o caso relatado suscita uma reflexão que ultrapassa as possibilidades deste artigo, formularemos aqui um conjunto de novas perguntas.

Parece urgente identificar quais elementos tornaram possível a constituição do narcotráfico como poder ordenador da vida nas favelas. Ao explicitar esse olhar não se pretende desqualificar os espaços, seus moradores ou o esforço de transformação da sociedade e do poder público. No entanto, é impossível negar a existência de uma distinção no uso da violência ilegítima para controle do território nos espaços da cidade.

A favela não se reduz a lugar de violência. Muita razão têm seus moradores quando se negam a aceitar o estigma que define as favelas pela ação criminosa, reduzindo-os a coniventes do crime organizado. Romper com a estigmatização supõe alterar os mecanismos que a alimentam. Não basta negar sua existência. Ao contrário, é urgente conhecê-los.

A maioria das intervenções em favelas enfrenta a presença ostensiva do narcotráfico. A escolha de negociar ou não com os traficantes locais varia de acordo com o órgão, a entidade e o tipo de trabalho a ser implementado. Muitas vezes, as lideranças comunitárias, por serem *de dentro* e interlocutores acessíveis aos *de fora*, transformam-se em mediadores entre poderes definidos como paralelos.

3 A participação tem sido apresentada com destaque nos novos programas de urbanização de favelas. Veja-se por exemplo: "A questão da participação dos moradores na realização de políticas públicas vem sendo objeto de debates nos campos técnico, acadêmico e político (...). Os movimentos organizados passam de um papel de reivindicadores para co-executores de programas. *Este processo culmina com a institucionalização da participação que passa a ser componente obrigatório dos programas de intervenção urbana, sejam setoriais, ou integrados, sobretudo na última década.*" (TORRES, Alberto. *Parâmetros Técnicos para Urbanização de Favelas*. Fupam/LABHAB/FDUUSP-Finep/CEF 1998/1999, p.3)

4 Como afirma João Pedro Stédile, a respeito da atuação governamental em relação à reforma agrária "É nessa perspectiva que nós temos dito que o Incra deveria mudar de nome; deveria se chamar BNH-Rural. Porque na verdade eles não pensam uma política geral para a agricultura, para o meio rural, que é na essência a reforma agrária. Eles pensam apenas em achar um canto para o pobre." (Democracia Viva, RJ, nº 6, p.25)

5 "São consideradas favelas os aglomerados urbanos que possuam (...) as seguintes características:(...) Tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas (...). Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização (...). Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz telefone e água encanada (...)" (Censo 1950, Deptº de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal), citado por SOUZA E SILVA, Jailson, sobre (a) vivência dos moradores de espaços favelados in *O Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro,* Prefeitura do Rio, Ano 4, nº7, fev. 2000, p.11

6 Veja-se por exemplo "A favela vem sendo considerada, desde há muito, o espaço típico de concentração de pobreza urbana, constituindo num *tipo ideal*, sobretudo no caso do Rio de Janeiro. No entanto, quando se busca estudar as favelas empiricamente, elementos indicativos de sua diversidade logo aparecem (...). De igual modo, quando se trata de estudar os pobres, verifica-se que eles são muitos números fora da favela embora se insista na favela como *locus* da pobreza." (PRETECEILL, Edmund/VALLADARES, Lícia. Favela, Favelas e Desigualdade Socio-Espaciais in: *Seminário Impactos Metropolitanos da Reestruturação: Desigualdades Sociais e Governança Urbana*, 1999, mimeo.)

7 Ver SOUZA E SILVA, Jailson, op cit.

8 NOVAES, Regina, Ibase, 1999, mimeo.

9 Estudos recentes têm demonstrado as possibilidades bem como as condições para o rompimento do ciclo da miséria. Ver SOUZA E SILVA, Jailson. Aqui, no entanto nos referimos a um processo mais abrangente em termos numéricos.

10 SOUTO, Jane. Mapa da Violência: os Jovens do Brasil - Diselfish, J., Unesco, Garamond, RJ, 1998.

11 Ver os trabalhos de Alba Zaluar e o livro *Cidade de Deus,* de Paulo Lins, entre outros.

A ilegitimidade do tráfico, definido como crime, torna qualquer contato direto com seus representantes não apenas um perigo físico. Representa forte ameaça simbólica de perda de legitimidade por *contágio*. Mesmo assim obras precisam ser realizadas, serviços devem ser prestados, ações têm de ser implementadas. Ganha relevância o papel da mediação que mantém a distância e a impressão de inexistência de contato entre os que não se devem encontrar.

A mediação faz com que, como por milagre, a ilegitimidade do contato se quebre. O fato de um técnico ou representante de ONG estar negociando com uma liderança permite que, através de um artifício cruel, aja como se todas as consultas fossem legais e legítimas. Admite-se também que a liderança estabeleça relações com representantes do tráfico. É como se o fato de ser morador eliminasse as barreiras entre legal e ilegal válidas para os outros. Aproximados do ilegítimo, os moradores e lideranças são afastados da ordem e reafirmados em sua *não-cidadania*.

Tratar as favelas como unidades sociais idênticas nos impede de perceber a riqueza e multiplicidade territorial e social encoberta por uma nominação comum

Impossibilitados de estabelecer contato e impelidos a fazê-lo, revela-se a magnitude do poder do tráfico. Assim, o paralelismo conceitual e lógico está rompido. E, pior, em silêncio, imposto pela percepção do absurdo. É apenas através da *voz surda do morro* que surgem as informações e a partir delas se definem procedimentos e projetos.

Participação de quem

Tarefas de mediação são, por definição, perigosas. A participação em dois mundos traz uma série de desafios. No entanto, o imenso fosso de desigualdade em que vivemos impõe uma recriação completa desse lugar. O movimento acontece à medida que se articula com a ação política de criação e recriação do ordenamento da realidade social. Vincula-se a alteração de uma ordem que nos isola, tornando necessária a mediação entre os que são vizinhos e deveriam compartilhar a mesma condição de cidadania.

Lugares como o de Naldo (leia *destaque* a seguir) vêm sendo construídos lenta mas sistematicamente por um conjunto diferenciado de práticas e concepções. Uma primeira visão levou a que muitos percebessem que Naldo havia feito uma apropriação privada dos benefícios do contato direto com representantes do governo. Como se, legitimado pela interlocução privilegiada, passasse a definir as relações internas à favela com base nesse *empoderamento*. E mais, passasse a disputar a possibilidade de autonomia e interferência no ordenamento do espaço local como expressão de autoridade. Não havia um objeto explícito em disputa nem mesmo projetos ou perspectivas. Era a possibilidade de mando, esvaziado a princípio de *para que*, que entrou em questão.

O caso sugere urgência de criarmos formas massivas de participação, que superem a representatividade individualizada e restrita da comunidade por suas lideranças. É inegável o surgimento nos últimos anos de diferentes espaços de participação, a criação de novas arenas e o fortalecimento de uma concepção que privilegia uma forma eficiente de ação política. Mas parece urgente identificarmos suas limitações e criarmos novas formas de atuação que permitam integração mais efetiva da sociedade nos espaços de definição da ordem econômica e social. Falar em ampliação da participação pode parecer antiquado. Mas sem isso se amplia o risco de isolamento social dos representantes das comunidades no diálogo com a sociedade e o governo em todas as direções.

Sentido para caminhar

Em termos de perspectiva, parece necessário fixar alguns princípios e reconhecer suas possibilidades de uso. Definiríamos três elementos indispensáveis para a radicalização da democracia.

- Tornam-se parte de qualquer processo de enfrentamento radical da pobreza todos os que criam laços de uma identidade pública e política que vai sendo constituída processualmente. As múltiplas exclusões do mercado, da política ou das esferas públicas e privadas, as formas de produção, circulação e distribuição de riquezas[12] são parte do processo de criação de identificações, a partir do qual novos sujeitos criam condições de entrada na arena política.

Mas a identificação da exclusão não é produtora de identidade nem móvel de ação política. A noção e a experimentação da *cidadania*, entendida como *ponto de partida e de chegada* do processo democratizante, é fundamental. Cidadania é um conceito inclusivo: não posso ser cidadão sem que os outros também sejam.[13]

- Para consolidação e ampliação do processo democratizante é preciso que sejam criados espaços e ampliadas as condições de uma prática social e política radicalmente dialógica. Se muitos são os sujeitos, também múltiplos são os saberes, variadas as lógicas e diversos os sentidos na compreensão do real. É preciso dialogar como quem aceita entender os outros a partir de suas próprias palavras. É preciso também valorizar diferentes espaços e formas de produção de discurso. É fundamental que existam condições para que o conflito e o prazer sejam incorporados como princípios criados e criadores. A pluralidade e a tolerância, como valores que consolidam a possibilidade de constituição da prática dialógica radical, não podem prescindir do conflito. Mas não só de conflito se constrói uma ordem social democrática e inclusiva. É preciso incluir e valorizar esferas do sentimento como constitutivas desse processo. O sentido do diálogo é também o da aproximação, do encontro, da humanização do cotidiano. Os sentidos de realização, de conforto e felicidade são profundamente criativos e libertários.
- É preciso reconhecer o sentido e o valor das idéias. Sem cair na tentação modernista de construir uma doutrina fechada que, depois de pronta, parte em busca de quem a encarne e passe do pensamento à realidade social.

As concepções são criadoras, ordenadoras e produtoras do real[14]. Significar é indispensável e não é tarefa que possa ser executada *de fora* do processo político de constituição de sujeitos, interesses, conflitos, ordenamento e justiça social. Se é preciso superar a ação política que se faz como simples implementação e desdobramento objetivo de ideologias pré-constituídas ou como busca de sujeitos que encarnem ideologias já elaboradas, reforçando a distância entre prática e pensamento político, o inverso também é verdadeiro. Precisamos construir um novo sentido de mundo, um conjunto de propostas que se constitui no caminho, mas que também define e redefine rumos. É urgente romper qualquer esquizofrenia renitente que separa agir de pensar e pensar de agir. ■

O caso Naldo

Para sair de um diagnóstico abrangente à proposição de referências que devem ser aprofundadas, tomaremos um caso particular ocorrido no Rio de Janeiro, no início do ano 2000, em uma das comunidades mais proeminentes no trabalho da Agenda Social.

Passemos ao relato terrivelmente simplificado de uma morte. Morte de um projeto, morte de um processo, morte de uma pessoa. Janeiro de 2000. Morte de Naldo. 29 anos, negro, número indefinido de *esposas* (mulheres, namoradas ou companheiras), aparentemente cinco filhos, ensino médio incompleto, ex DJ de festas comunitárias, coordenador de programa governamental para jovens em situação de risco social. Presidente da associação de moradores.

Morte violenta, por assassinato, com consumação do corpo em plena luz do dia, em local comunitário freqüentado e tornado via pública pela urbanização da favela. Nenhuma notícia no jornal. Nenhuma lágrima ou lamentação explícita pôde ser manifestada. Nenhum protesto ou questionamento.

Coloca-se a pergunta clássica: quem matou? A tentação de oferecer a uma pergunta clichê uma resposta simplista (tal como o tráfico, nossa indiferença ou a sociedade injusta) tem nos acompanhado. Resistir é ainda uma tarefa, embora explicações elaboradas tenham nos escapado sistematicamente. A rápida reconstituição do caso quer ajudar a fazer boas perguntas.

Em janeiro de 1999, com o início do governo Garotinho, o sociólogo Luiz Eduardo Soares assumiu o cargo de subsecretário de Segurança, com a tarefa de contribuir para a elaboração de uma política pública de segurança cidadã e democrática. Componente fundamental do cardápio de inovações definido pelo novo governo, a proposta atuava no âmago dos nossos dramas sociais. Enfrentando, logo de início, uma ação espetacular de traficantes de pequena favela da Zona Sul, criou-se o projeto Mutirão pela Paz, definido pela imprensa como "ocupação social das favelas". A proposta visava articular os programas sociais do estado, da prefeitura e de entidades civis, combinando iniciativas de

12 Aqui nos referimos a riquezas materiais e imateriais; culturais, educacionais, enfim o conjunto de atributos histórica e sistematicamente criado pela humanidade, que amplia as possibilidades de escolha e consolida a liberdade.

13 E aqui falamos de todos os outros – não há possibilidade ética de fazer uma seleção entre quem entra e quem fica fora da cidadania ou de aceitar menos que a totalidade da população nessa condição.

14 Ver ASCELRAD, Henri, op.cit.

segurança pública. O objetivo central da proposta era criar condições de enfrentamento do tráfico a partir de uma lógica diferenciada do que havia sido a prática vigente que, segundo o governo, estimulava a ação policial violenta.

Tínhamos criado uma rede de parceiros e atores sociais na Grande Tijuca. A proposta do governo, por seu aspecto democrático, era compatível com o trabalho em curso. Era uma temática cuja importância havia sido reconhecida desde as primeiras iniciativas da Agenda Social e, pelas dificuldades inerentes, as tentativas de atuação nesse campo tinham sido limitadas.

Morte violenta, por assassinato, com consumação do corpo em plena luz do dia, em local comunitário freqüentado e tornado via pública pela urbanização da favela. Quem matou?

A coordenação da Agenda Social procurou Luiz Eduardo, propondo que o Mutirão pela Paz fosse realizado também na Tijuca. A proposta foi recebida com entusiasmo. Poucos dias depois da primeira reunião, organizou-se um encontro público com lideranças comunitárias, o subsecretário, a vice-governadora, representantes da prefeitura e o novo secretário de Segurança, que assumia o cargo naquele dia. Estávamos em março. Embora convocada com pouca antecedência e sabendo que o tema em pauta – discutir o plano de segurança pública do governo para a área – enfrentava interdições definidas pela lei do silêncio, foi positiva a presença de lideranças das comunidades da região.

Era desejo do governo que da reunião já saíssem encaminhamentos imediatos. Foi escolhida uma dentre as várias comunidades da região para que fosse dado início ao mutirão. A iniciativa foi saudada como uma oportunidade, uma vez que começaríamos o trabalho de segurança e ação social integrada antes que o conflito se tivesse instaurado, como era o caso das experiências em curso .

A comunidade da Formiga foi a escolhida. Dois elementos essenciais definiram a escolha: em primeiro lugar, pesou o fato de a Formiga ter tradição de organização comunitária. Antigos líderes participaram da Agenda desde o início e eram muito respeitados. Havia também uma significativa intervenção governamental na área: oito secretarias municipais atuavam no local, além da Light e de órgãos do governo estadual, que mantinha ali um posto de policiamento e estava atuando através do Prosanear/Cedae em obras de abastecimento de água e saneamento.

Aquela foi a primeira reunião pública de que participava o novo presidente da associação de moradores: Reinaldo da Conceição. As eleições tinham ocorrido há pouco tempo e Reinaldo foi apresentado como liderança jovem, apoiada pelos antigos líderes que continuavam a participar do movimento comunitário.

Após o anúncio de que o Mutirão pela Paz teria início na Tijuca, Reinaldo fez exaltado depoimento sobre a ação violenta da polícia, o desrespeito a que estavam submetidos os moradores e a necessidade de que uma nova forma de ação policial fosse implementada. Aplaudido, aquele pareceu um emocionado discurso de adesão à nova política de segurança.

Dali saiu marcada uma visita do subsecretário de Segurança e da vice-governadora ao Morro da Formiga, que ocorreu uma semana depois. A presença da vice-governadora, além da relevância que emprestava à iniciativa, demonstrava a perspectiva de articulação entre as políticas sociais e de segurança, que deveriam marcar a ação do governo. A vice-governadora ocupava o cargo de coordenadora da Área Social.

Não teríamos condições de fazer uma avaliação das políticas do governo do estado. Não se trata de buscar ou reconhecer erros e limitações. O relato desse caso se prende ao desejo e à necessidade de repensar nossas práticas muito mais que atribuir a responsabilidade à ação governamental.

Nos meses seguintes, foi implementado um conjunto de iniciativas, do qual participaram 30 diferentes entidades não-governamentais e órgãos públicos dos três níveis de governo. O trabalho teve início com uma rápida pesquisa que visava orientar novos investimentos. Na Formiga passaram a ser realizadas reuniões com a presença crescente de representantes de órgãos públicos e comunitários. Soluções simples e eficientes pareciam estar sendo geradas. Por exemplo, ao verificar-se que cinco diferentes entidades distribuíam cestas básicas para famílias pobres em um universo de 8 mil pessoas, propôs-se a organização de um cadastro único que desse visibilidade à ação, bem como permitisse que serviços de atendimento médico e acompanhamento escolar e assistencial complementassem as doações.

O trabalho preparatório, identificando articulações possíveis culminaria com a festa de lançamento do mutirão.Todos os percalços do caminho são pouco significativos perto do fato de que não tenha sido possível organizar as entidades comunitárias locais. Não apenas divergências históricas separavam as lideranças, mas a centralidade da figura do presidente fizeram com que o discurso aparentemente consensual de valorizar a articulação e a organização comunitária não se traduzissem em prática social.

A primeira comunidade a ser contemplada com o Mutirão pela Paz foi o Pereirão, pequena favela na Rua Pereira da Silva, em Laranjeiras. A segunda foi Santa Marta, favela tradicional em Botafogo.

*Moema Miranda
Antrológa, coordenadora de Participação e Desenvolvimento Local Sustentável

**Paulo Magalhães
Sociólogo, representante da Caixa Econômica Federal e professor da UniverCidade

Assim, o presidente da associação passou a encarnar a figura privilegiada do interlocutor do poder público e da sociedade. Tinha acesso direto ao conjunto de órgãos do governo do estado que se aproximou no processo. Também mantinha contato permanente com órgãos do governo municipal, alguns dos quais com intervenção tradicional na favela, desempenhando atividades que contam com apoio da comunidade e outras em fase de implantação em decorrência do Favela-Bairro.

As divergências internas ou a identificação da prematuridade da proposta do mutirão; a falta de uma política pública dotada de estratégias para o social; a descoberta de que questões relativas à segurança pública envolvem outros poderes que exigiam maior atenção por parte da Secretaria de Segurança; o fato de que na Formiga a organização comunitária e social passava a ser fonte de poder coordenador das iniciativas; o fato é que quando da festa de lançamento o Mutirão pela Paz já não era mais uma ação definida como estratégica pela Secretaria de Segurança.

Explicações mais fáceis seriam obtidas se pudéssemos atribuir os acontecimentos ao conhecido *descompromisso do Estado*, evidente mesmo nas iniciativas de que se faz protagonista. Isto, embora lamentado, é ainda insuficiente para compreender as dificuldades que envolvem as ações de redução da pobreza e da exclusão.

Assim é que a iniciativa do mutirão teve desdobramentos. Lamentavelmente, com um componente de tragédia compartilhada. Nos meses anteriores à morte de Naldo, poucas iniciativas prosperaram. Foram feitas tentativas de organização de um conselho comunitário. Naldo passou a coordenar na Formiga o Programa Vida Nova. Destinado a atender jovens em situação de risco social, o programa do governo do estado visava implementar uma série de atividades envolvendo jovens em trabalhos comunitários, permitindo que terminassem o ensino médio. As atividades do programa ocuparam seu tempo e representaram um aumento de sua renda mensal.

Entre dezembro e janeiro, diminuíram os contatos com a coordenação da Agenda Social, em um período de tradicional desmobilização. No início do ano soube-se que Naldo havia sido forçado a entregar uma carta renunciando à presidência da Associação de Moradores e que se negava a deixar a coordenação do Programa Vida Nova.

Entre problemas envolvendo a namorada que, por iniciativa do próprio Naldo, solucionaram-se com a mediação do chefe do tráfico; reclamações dos moradores quanto aos maus modos com que se dirigia a eles; queixas dos membros da diretoria da associação, por seu aumento substancial de rendimentos (pela coordenação do programa), que o deixava em um nível salarial acima dos demais; reclamações de órgãos da prefeitura por sua aparente dificuldade de diálogo; a compra de um carro, um celular e muitas roupas; os problemas aumentavam.

Muitos foram os conselhos. Muitos foram os que anteviram um caminho de ruptura violenta de sua legitimidade, abalada em muitas frentes. "Você sabe, o que mantém vivo um líder na comunidade é a moral." A perda da moral representa a perda de autoridade e, portanto, de legitimidade.

Finalmente, estabeleceu-se uma disputa evidente de poder, à medida que o *dono do morro* passou a pretender uma ação organizadora da associação, em princípio motivado pelas queixas constantes. "O tráfico resolveu assumir porque tinha muita coisa errada."

Segundo foi dito, Naldo achava que suas vinculações e o contato direto com representantes da Secretaria de Segurança e do batalhão o tornavam alvo impossível para a ação do tráfico. "Ele tinha, de certa forma, controle sobre a polícia. Ele tinha essa autoridade."

Em que pese a dor evidente imposta por um silêncio que não pode ser rompido, a família não pode nem chorar seus mortos

Mas, diante das evidências de que haveria um fim trágico, optou por não recuar. Não sair da comunidade, como muitos aconselharam. "Ele se perdeu. Não aceitava conselho, não aceitava orientação."

Em que pese a dor evidente imposta por um silêncio que não pode ser rompido, "a família não pode nem chorar direito seus mortos", avaliações correntes individualizam as responsabilidades e os erros. "A gente tem que estudar bem para saber até que ponto nós erramos, mas neste caso foi 90% erro da pessoa que tinha sede de domínio."

As explicações, pelo fato quase mágico de tirar de todos nós qualquer responsabilidade, são muitíssimo tentadoras. Ceder, no entanto, é tornar impossível a compreensão dos desafios entre os quais navegamos e enterrar, aí sim, qualquer possibilidade de interferência no ordenamento mais justo do mundo. A análise do caso certamente ultrapassa os limites deste artigo. No entanto, parece necessário olhar toda a história compreendendo as vinculações que se cruzam e são redefinidas por esse contato. ■

Aderbal Freire-Filho*

Sozinho no salão

Não sei se alguém ainda se interessa por teatro no Brasil. Claro, fora dessa tribo que quando não está nas platéias está ensaiando, essa gente de teatro que faz com que o maior sucesso da temporada não seja o espetáculo, mas as leituras de peças, onde quer que anunciem alguma. E é até bom falar dessa tribo, a tribo da gente de teatro, no meio das comemorações dos tais 500 anos, porque o barco em que viajam também está afunda-não-afunda.

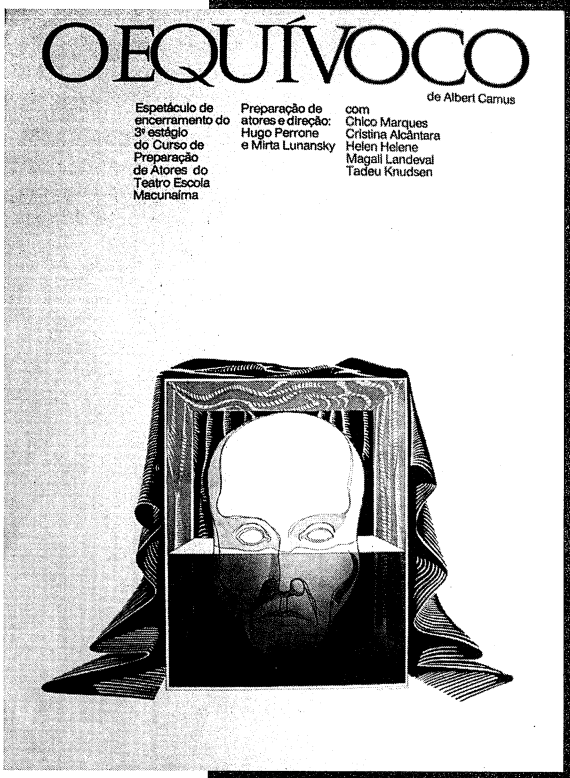
Fora dessa tribo, alguém ainda se interessa por teatro? Além de mim que, aliás, cada vez que estréio um espetáculo prometo que vai ser o último, já está na hora de deixar o teatro. Ando lembrando de uma declaração do Raul, quando era goleiro do Flamengo e já estava por abandonar a carreira. Ele dizia que quando ficava no gol, toda vez que seu time atacava (e o Flamengo daquele tempo atacava muito), se perguntava: "o que estou fazendo aqui?". O Maracanã cheio, o time do outro lado do campo e ele ali, sozinho no meio da multidão. Assim me sinto muitas vezes: no meio do Maracanã da televisão, esse monte de teleteatro, o cinema, o vídeo, e eu aqui no meu teatro, o que estou fazendo aqui? Mas não é fácil sair, acho que para o Raul foi mais fácil.

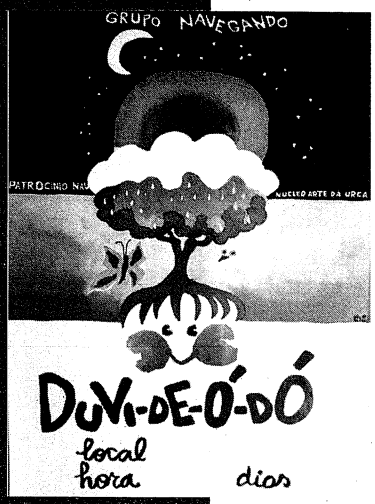
Olho para trás, para saber porque estou insistindo e o que encontro são escritos expressando meus pensamentos sobre o sentido dessa arte, que teimam em não aceitar a aparente desimportância do teatro. Essa declaração mesmo, de que cada vez que estréio penso em tirar meu time, acabo de encontrar relendo um artigo que escrevi em 95. Remexo em gavetas e saltam papéis com originais de textos que mandei para uma revista, um jornal, outros escritos para minha mídia principal, os programas de mão das peças que faço, aqueles que dão ou vendem na entrada do teatro.

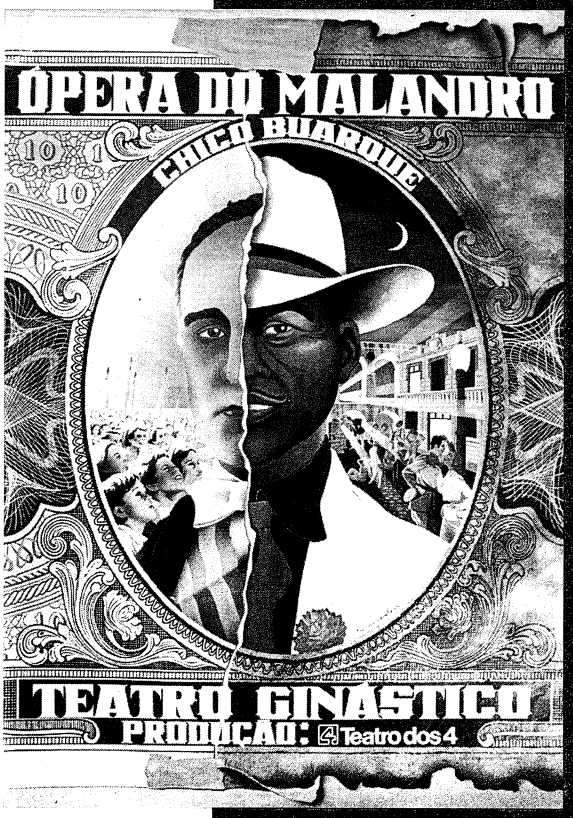
Pobre pensador, dura confissão: o que é isso de ser um articulista principalmente da mídia mais mixuruca que pode existir, programa de teatro, um catálogo singelo da peça que você vai ver? Pior do que isso só jornal mural. Não vai longe o pensamento. Digo no sentido da sua distribuição, e talvez não vá mesmo longe em todos os sentidos. Mas aqui, em uma noite do falso inverno carioca, pensando na obstinação de artistas de teatro como eu, fico recolhendo desses papéis o que têm de indagações, questões, mapas, trilhas. Pra começar, dou de cara com o próprio questionamento desses escritos.

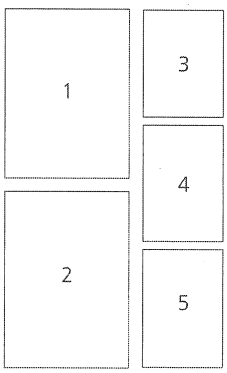
Nunca tantas palavras cercaram, apoiaram, justificaram, discutiram o teatro e, enquanto isso, o teatro hoje não interessa a ninguém, além de nós dois, você (que está lendo agora estas palavras e eventualmente escreve outras) e eu (que agora escrevo). (Do artigo "*Otra palabras*", escrito para a revista argentina Teatro Celcit em 1966)

E lá estou outra vez escrevendo sobre teatro. Antes de me repetir, resolvo procurar nesses papéis uma ordem, desvendar labirintos, procurar passo a passo, ao menos na última década do finado século XX, e talvez em um pouco mais de tempo, o sentido dessa permanência, que goleiro é esse que não sai de campo. Como faço? Vou em ordem, começo em 85, 87 ou vou de qualquer jeito, enganchando um tema no outro? E agora pareço o Chacrinha: vou a pé ou vou de trem? Indo a pé, tomo logo o tema do desligamento do teatro e da sociedade no Brasil, o tema que abre essa conversa, a desimportância do teatro brasileiro.









1. O Equívoco, de Albert Camus. Direção Hugo Perrone e Mirta Lunansky, Teatro-Escola Macunaíma, 1978, SP.

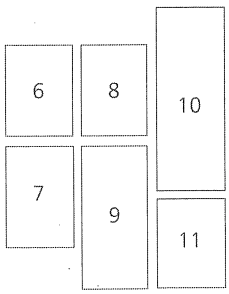
2. Ópera do Malandro, de Chico Buarque. Teatro Ginástico, 1978, RJ.

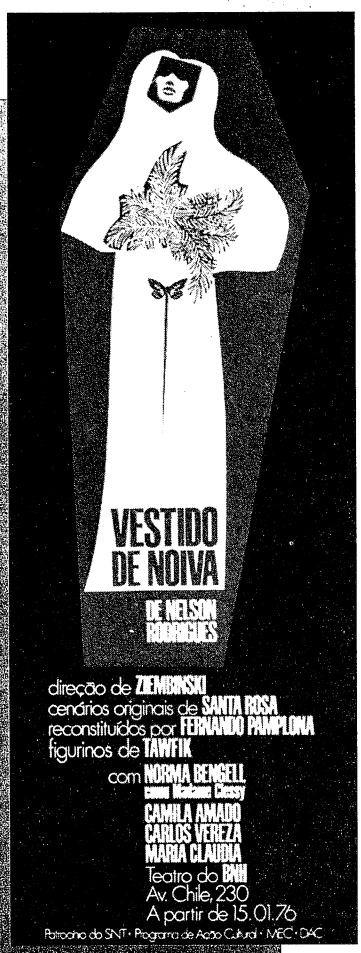
3. Duvi-de-ó-dó, de Caíque Botkay e Lúcia Coelho. Direção Lúcia Coelho. RJ.

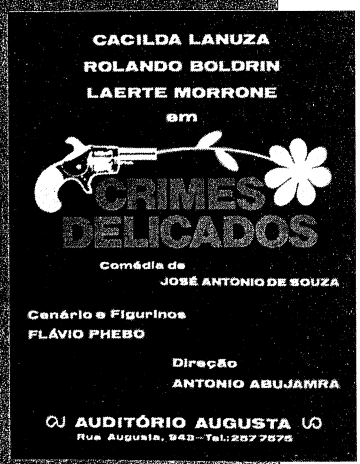
4. III Encontro de Mamulengo do Nordeste. Salão dos Grandes Atos, Fundação José Augusto, 1978, RN.

5. Isso Devia Ser Proibido, de Bráulio Pedroso e Walmor Chagas. Direção Gianni Ratto. Teatro Cacilda Becker, 1967, SP.

O teatro político dos anos 60, começo dos 70, foi talvez o último teatro brasileiro afinado com a cultura, digo, parceiro do cinema, da música, das artes plásticas, da literatura, na criação de uma cultura brasileira. Depois disso passou a ser, de certo modo, desprezado, a não ser por suas criações mais mediáticas, isto é, por alguns momentos em que virou fenômeno de marketing, que podem ou não coincidir com momentos de bom teatro. Isso provavelmente não é mérito do teatro político. Afinal, a bossa nova, o cinema novo, a revista Senhor, pra misturar de algum modo, não eram propriamente, ou sistematicamente, manifestações de especial teor político. Ao menos tanto quanto o teatro daquele tempo.







6. Bodas de Papel, de Maria Adelaide Amaral. Direção Cecil Thiré. Teatro Maison de France, 1980, RJ.

7. Campeões do Mundo, de Dias Gomes. Direção Antonio Mercado. Teatro Villa-Lobos, 1980, RJ.

8. Teatro para o Povo. Campanha de Popularização do Teatro, 1977, PR.

9. Morte e Vida Severina, de João Cabral de Mello Neto. Direção Clemente Portella. Teatro Natal, 1960, SP.

10. Vestido de Noiva, de Nelson Rodrigues. Direção Ziembinski. Teatro do BNH, 1976, RJ.

11. Crimes delicados, de José Antonio de Souza. Direção Antonio Abujamra. Auditório Augusta, 1977, SP.

O que acontece especialmente é que também aquela foi a última época do teatro dançando sozinho no salão, sem a presença avassaladora da televisão. É aí, na segunda metade da década de 60, quando começa essa febre nacional de teleteatro, com o beneplácito da imprensa. A parte da inteligência representada pela imprensa, especialmente a imprensa especializada em cultura, quando se queixa do fim do teatro, que localiza nessa época, não assume sua parcela de responsabilidade na adesão ao teleteatro. Veja essa evidência: os atores brasileiros, para a imprensa, deixam aos poucos de ser os do teatro e passam a ser os da televisão. Os autores, os diretores, etc. Bom, mesmo que o último casamento feliz entre teatro e sociedade no Brasil não deva sua felicidade ao fato de ter sido um teatro político, esse fato é marcante. (De um texto que um brasilianista prepara sobre teatro político no Brasil para a Revista do Iphan)

Tudo seria fácil se ao ser substituído, quando a televisão cai no gosto do público, o teatro deixasse também de ser necessário, isto é, se o teleteatro tivesse a profundidade que o teatro pode alcançar quando imita a vida. No entanto, a relação que o teatro sempre teve com o homem e seu destino exige dos artistas de teatro que descubram como chegar à sociedade, sob pena de cometerem crime de omissão diante da história. E para isso, o teatro tem, primeiro, que ser consciente da sua possibilidade de ser substantivo. Em seguida, nós, os artistas de teatro, precisamos nos dar conta de que o cinema e a televisão não nos matam. Muito pelo contrário, a partir deles aumentam nossas possibilidades.

O teatro hoje multiplicou-se: existem o cineteatro e o teleteatro. O teatro de que falava Goethe, quando dizia que um povo está moribundo quando não o cultiva, é agora só uma parcela do teatro. O cineteatro (ou cinema) e o teleteatro têm uma presença muito mais efetiva na sociedade e em muitos sentidos substitui o teatro. Gosto de chamar a atenção para os efeitos, no teatro, dessa redução à parcela. Concentrando sua especificidade no jogo do ator, o teatro recobrou o potencial infinito da imaginação e o poder da convenção, e, por isso, cresceu como linguagem e possibilidades. Nasce então um paradoxo que posso formular assim: o teatro reduzido à parcela se amplia. Necessariamente, a partir deste paradoxo, o teatro se reinventa, pois o que chamo de reinvenção é a descoberta dos espaços da ampliação do teatro. O conhecimento deste paradoxo, deve informar, portanto, o conhecimento do teatro do século XX. (Do artigo "*Discurso sobre algumas operações do espírito de porco – escrito para o aperfeiçoamento universal dos críticos de teatro*", publicado na Revista *O Percervejo*, n.2, 1997)

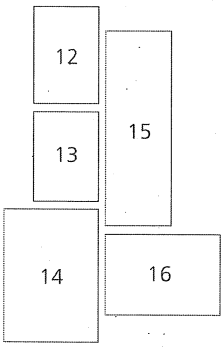
Esse paradoxo, que diz que o teatro que passa a ser só um pedaço do bolo é maior do que o bolo – o cinema e a televisão também são servidos a quem quer comer do bolo teatro –, repito em quase todos os textos, mudando só a forma de explicá-lo. Tudo começa daí. Mas antes mesmo de entendê-lo, já vale a pena contar a nosso favor o que o teleteatro revela sobre o brasileiro: que não há povo, desde a Grécia, que goste tanto de teatro.

Nenhum povo gosta tanto de teatro como o brasileiro. Daqui a uns dois mil anos talvez se possa falar do Brasil de hoje como da Grécia dos séculos V e VI antes de Cristo, onde e quando todo mundo se reunia para ver tragédias ou dramas. (No *JB*, página de Opinião, 1994)

O Brasil é, neste final de século, o país do teleteatro. Sentado no sofá da sala do seu palácio, da sua casa, do seu barraco, o cidadão brasileiro abre o peito para o drama barato da televisão. Desde a Grécia antiga, nunca um povo acompanhou tanto as peripécias de tantos personagens que matam, são mortos, lutam, sofrem, se divertem e, sobretudo, amam, amam, amam. E não são amados, são amados, não são amados, são amados... (Em *Espaço da Cena Latino-Americana*, publicação do Sesc de São Paulo, 1998)

Essa paixão sugere até que se reformule o conceito que diz que o Brasil é o país do futebol. Depois do teleteatro, pode até ser, mas o Brasil é o país da novela. Com toda essa mania por dramas, porque também os teatros não estão cheios? Ou talvez não valha a pena perguntar isso e sim saber para pensar no futuro do bom teatro brasileiro. Que existe, apesar dos críticos atrapalharem os que querem encontrá-lo.

Há quem diga que os artistas de teatro no Brasil querem encontrar os culpados para seus problemas fora deles, quando deviam ver que teatro estão fazendo. Eu só posso dizer, contra esse pensamento, que o teatro brasileiro existe. Um ótimo crítico aposentado, para negar a qualidade do teatro brasileiro atual, disse que no seu tempo o teatro era tão bom que as famílias discutiam os espetáculos depois do jantar. Ora, o teatro brasi-



12. Computa Computador Computa, de Millôr Ferndandes. Direção Celso Nunes, Teatro Municipal, 1977, SP.

13. Rasga Coração, de Oduvaldo Vianna Filho. Direção José Renato. Teatro Villa-Lobos, 1979, RJ.

14. Qual é Brazil?, de Jota Dângelo. Direção Jota Dangelo. Teatro Marília, 1980, MG.

15. Patética, de João Ribeiro Chaves Neto. Direção Celso Nunes. Auditório Augusta, 1980, SP.

16. O Santo e a Porca, de Ariano Suassuna. Direção Ziembinski. Teatro Dulcina, 1958, RJ.

leiro não acabou, pelo contrário, é melhor ainda do que naquela "grande época". O que não existe mais é família e jantar. O bom teatro brasileiro existe, mas quase nunca está onde sugere a maioria de maus críticos que dominam a discussão atual. O que é preciso urgentemente é vencer a arritmia que não deixa o próprio teatro brasileiro conhecer-se: o coração do teatro brasileiro precisa pulsar seguramente dentro do seu corpo. Quando isso acontecer, o corpo são do teatro vai oferecer uma alternativa ao povo dos sofás, com condições de ser visto e ouvido. (Em *Espaço da Cena Latino-Americana*, Sesc)

Esse dia do reconhecimento, essa era, vai depender da superação de falsos conflitos, do tipo palavra versus imagem, pois, excetuadas escassas experiências, todo teatro é imagem e todo teatro é palavra, e de uma compreensão mais ampla do que pode ser o drama nacional, a dramaturgia brasileira. Procurando estimular autores, acontecem aí, com freqüência, concursos de dramaturgia, mas não acho que virá daí o nosso drama ideal.

Eu sou contra concursos de dramaturgia. Aceitei ser desse júri porque ninguém perguntou minha opinião e porque não preciso ser coerente. Existem concursos de dramaturgia há décadas e eles não mudam o coro dos autores que dizem "ninguém monta minhas peças", nem o coro dos produtores, que diz que "não há peças para montar". Mas já que estava nesse concurso, julguei como quem é a favor de concursos de dramaturgia. Aí começa outro problema: sou contra julgar. (Do meu relatório à RioArte sobre seu concurso de Dramaturgia de 1996)

Deixei para o fim dessa olhada nos destinos do teatro a questão que parece essencial para definir o teatro do futuro, ou melhor, os teatros do futuro.

Só existe uma questão no teatro de hoje: (Agressivo) a natureza da ilusão. (...) O autor e diretor americano Richard Foreman diz que "film is evil" porque "dá a você a ilusão de que a verdade é scannable, controlável e qualificável", convence o espectador de que o que acontece no filme acontece no mundo real, e quer lhe persuadir de que "o mundo material filmado é o único mundo possível de ser percebido pela consciência", enquanto "há outras modalidades de consciência que não podem ser filmadas", para concluir dizendo que, portanto, "o filme, por sua própria natureza, atua sobre nossa consciência limitando nossas opções". O teatro não dá essa ilusão, não transforma a verdade em categoria do aparente e, pelo contrário, dá ao espectador o próprio "joystick" da ilusão para que ele faça seu jogo pessoal. Essa é a questão. O teatro joga com a ilusão, enquanto no cinema você aceita a convenção quando a sala escurece e embarca nela (Dramático) para sempre. Logo, só há um teatro moderno, desde um critério objetivo para determinar o que é moderno (moderno é anunciar hoje, enquanto arde na fogueira, o que permanecerá vivo depois da morte): é o teatro que reconhece o jogo da ilusão. (...) O que é o teatro, ou o que é o jogo da ilusão? A ilusão conquistada a cada cena, a cada instante. Essa definição determina desde uma maneira de atuar até uma poética. Ou melhor, até infinitas poéticas, porque sua força não é redutora, mas libertadora. (De "*Uma introdução ao estudo da natureza da ilusão no teatro do século XXI*", revista *Teatro Celcit*, n. 6, 1997)

Vamos continuar por aqui os renitentes artistas de teatro, de teatro, de teatro. As crises, os manifestos, a morte que anuncio, proclamo e em que não acredito, são apenas cenas desse espetáculo em que nós estamos metidos, representando tão completamente que...

Achei que podia escrever um poema de estilo vagamente brechtiano, sobre o fim do teatro, que começava assim: um cidadão alemão chamado Bertolt Brecht / homem de muita competência / e que escrevia versos / quis reinventar o teatro antes que ele morresse. / Foram válidos os seus esforços, mas o teatro morreu. (Revista *Rede*, n. 2, 1994)

O fim do teatro é só um espetáculo que representamos para dar a devida dimensão artística a uma grande transformação, aquela que o teatro vive no século do cinema. Essa transformação está medida muitas vezes só pela crise que provoca no mercado do teatro. De fato, é trágico que o teatro perca público em um quadro de pleno desenvolvimento do mercado cultural. Mas não vale a pena pensar no futuro levando em conta apenas esses, uso a palavra da moda, indicadores. Enfrentando suas verdadeiras questões, o teatro será sempre paixão, inteligência e prazer. Porque a sociedade, apesar de ter o cinema e o teleteatro, tem necessidade do teatro, como tem da poesia. ■

*Aderbal Freire-Filho
Diretor de teatro

Pequenos Burgueses, de Maximo Gorki. Direção Jonas Bloch. Teatro Glaucio Gil, 1980, RJ.

Agradecimentos a Funarte

Jane Souto de Oliveira*

Juventude pobre, o desafio da integração

Longe de ser um fenômeno isolado e característico desta ou daquela cidade, o problema de integração da juventude pobre apresenta, hoje, uma simultaneidade internacional. E seu enfrentamento constitui um dos desafios principais de qualquer sociedade com pretensão democrática. Tendências aparentemente irreversíveis e intimamente relacionadas – tais como globalização, metamorfoses nos mercados de trabalho, ampliação das desigualdades sociais, da pobreza e da violência urbana – vêm afetando sobretudo jovens pobres, levando-os a experimentar crescentes e diferenciadas formas de exclusão social.

Nessa direção apontam diversas análises feitas no campo das ciências políticas e sociais, identificando certas regularidades que se manifestam entre jovens pobres de diferentes países em relação a sua inscrição no trabalho, comportamentos políticos e atitudes sociais.

Assim, observa-se, em primeiro lugar, que são fundamentalmente jovens pobres as principais vítimas do desemprego e de formas precárias de inserção produtiva. É sobre eles que o divórcio entre as próprias aspirações e o que lhes é oferecido em termos de trabalho e de remuneração se faz sentir mais rápida e dramaticamente. Precocemente apartados da escola e desqualificados para o emprego, são esses jovens que, em proporção maior do que qualquer outro grupo social, sofrem os efeitos da metamorfose que se opera na demanda de trabalho, tornando-a menor e mais seletiva .

E embora seja este um fenômeno praticamente universal, nos países latino-americanos assume um caráter particularmente perverso. Enquanto nas três décadas de crescimento do pós-guerra, os jovens foram rapidamente absorvidos pelos novos postos de trabalho abertos pelo processo de urbanização/industrialização, com a crise e o posterior ajuste dos países da região, passaram eles a ser o grupo etário mais afetado pela exclusão econômica.

Corrida de obstáculos

Às barreiras enfrentadas por jovens pobres no mercado de trabalho associam-se as dificuldades que também experimentam para usufruir da pauta de consumo juvenil. A esse propósito, importa lembrar que uma das conseqüências mais fortes da globalização em curso vem a ser exatamente a de impulsionar a exportação de uma cultura de massa e com ela a criação e a difusão de novas necessidades de consumo. Nesse terreno, o jovem se apresenta como personagem-chave. São imagens de jovens – belos, ricos e saudáveis – que ditam a moda, antecipam a mudança e impõem um estilo de ser e de ter. O filão da juventude, desde há muito instrumentalizado pela propaganda para veicular a imagem do novo, tampouco escapa aos grandes meios de comunicação, com o que se intensificam o significado e o alcance de uma ideologia de consumo voltada principalmente para jovens.

A questão central, contudo, é que para uma parcela grande destes as possibilidades de realização de consumo estão fechadas ou só podem ser alcançadas à custa de enormes sacrifícios. Assim, passam eles a viver uma situação dilemática. Como duas faces de uma mesma moeda, a falta de requisitos que os habilitem aos bons empregos e as dificuldades de acesso aos bens que informam a gramática de gosto da juventude servem para reiterar, na prática quotidiana, sua posição de *outsiders*. Tal situação, quando acompanhada de uma lógica exacerbada de mercado que confere valor às pessoas apenas pelo que compram e vendem, reforça entre eles uma imagem desvalorizada e desqualificada. E é terreno fértil para os sentimentos de impotência e desilusão, quando não de inconformismo e revolta.

O que remete, por sua vez, a um outro plano – o político – no qual também mudanças sensíveis nas práticas e representações juvenis podem ser observadas. Nesse sentido, o confronto entre o momento atual e os anos 1960/70 é inevitável. Se, nestes anos, a contestação e o desejo de transformação social se configuravam como impulsos básicos da juventude, marcando a "emergência de um novo personagem sociológico – o jovem radical, crítico e revolucionário" (Dubet,1987:404) –, nos anos 90 ambos os impulsos teriam cedido lugar à indiferença, à sensação de vazio e de falta de perspectivas. Ceticismo em relação à política e suas instituições, desprezo pelo rito das urnas, baixo nível de associativismo e restrita afiliação político-partidária seriam alguns dos traços da pauta de comportamento político dos jovens (Pélassy,1995:300-375).

Aqui, novamente, e não sem razões, a indiferença política estaria incidindo, sobretudo, entre os jovens pobres. Como assinala Bourdieu, "a propensão a usar um *poder político* (o poder de votar, de falar de política, de fazer política) guarda uma relação direta com a realidade desse poder" (Bourdieu,1977:60). À impotência de grande parte desses jovens em prolongar com êxito seus estudos, em obter uma inscrição valorizada no mercado de trabalho, em se contrapor a uma imagem social estigmatizada, vem se somar, pois, sua impotência como atores políticos, capazes de pressionar por e obter resposta para suas próprias reivindicações.

Resultado esperado

Em face da ineficácia e da retração, quando não da ausência, de políticas públicas para eles voltadas e da falta de um projeto político no qual se integrem e tenham sua participação reconhecida socialmente, tudo se passa como se restasse apenas a estes jovens a afirmação pelo não, pelo absenteísmo, pela descrença nos políticos e pela recusa sistemática em participar de um processo, do qual não lhes redunda qualquer benefício tangível e que serve, muitas vezes, para acentuar seus ressentimentos.

Não é de surpreender, portanto, que sinais de desinteresse ou de impaciência em relação à política venham sendo emitidos por jovens, tanto nas democracias consolidadas quanto nas democracias recentes. No caso específico dos países latino-americanos, caberia retomar um documento elaborado pela Cepal em 1986 – Ano Internacional da Juventude – e refletir sobre algumas das conclusões ali apresentadas.

Em primeiro lugar, externavam os autores sua preocupação pelo fato de a democracia, recém-instalada em muitos de seus países, coincidir com a crise, o ajuste econômico e a interrupção de um ciclo de alta mobilidade vertical, vindo a sofrer, portanto, os ônus de um processo, cujos desdobramentos afetavam sobretudo os jovens.

Em segundo lugar, ressaltavam o elevado grau de abstencionismo, desinteresse e desconhecimento da organização política

1 Sobre este tema ver, entre outras, as análises feitas em Cepal (1986), Katz (1989), Castel (1995), Reich (1994), Souto de Oliveira et al. (1993), Pochman (1999).

nacional, manifestos pela juventude latino-americana, associando-os, entre outras razões, a: (I) cultura do individualismo, da competição e da ascensão individual que, a partir da própria lógica de mercado, propagava-se rapidamente entre os jovens; (II) ausência de metas e projetos nacionais capazes de incorporar política e ideologicamente as classes populares, em geral, e os jovens em particular; e (III) crescente perda de poder socializador e integrador das instituições criadas para esse fim, tais como a família, a escola e os partidos políticos.

Em terceiro lugar, afirmavam eles que, dado o bloqueio ou a inoperância dos canais regulares de integração social e de expressão política, os jovens oriundos dos estratos populares urbanos, mais duramente afetados pela crise, sinalizavam um novo tipo de intervenção social ou protesto urbano que, por não se vincular a instituições ou grupos políticos e assumir formas de expressão altamente agressivas, poderia ser classificado de *rebeldia anômica*.

Por último, convergiam os autores unanimemente para a necessidade e a urgência de políticas públicas voltadas para a juventude e, em especial, de políticas voltadas para combater o desemprego.

Cortes profundos

Decorridos 15 anos, desde a realização dessas análises, forçoso se faz reconhecer que o cenário apenas se agravou. A ampliação dos processos de desregulação de mercados, o aprofundamento da crise financeira dos Estados Nacionais e a crescente subordinação de suas políticas aos objetivos de estabilização econômica acabaram por reduzir o escopo das políticas sociais, aí incluída a de emprego. O que se assistiu, de fato, foi a um cerceamento dessas políticas – seja pela redução das fontes de financiamento, seja pela falta de prioridade política, quando não de ambas.

Nessas condições, é de se perguntar se para os jovens pobres o significado da democracia, como regime político, pode ser dissociado dos efeitos nocivos trazidos pela crise do trabalho. Até que ponto para estes jovens, que não viveram a experiência política do autoritarismo e do arbítrio, mas passam a viver as barreiras econômicas impostas pelo mercado, em um contexto de retração de políticas sociais, a democracia não estaria sendo vista também e talvez sobretudo através desse ângulo? Há cerca de dez anos, as palavras de um jovem latino-americano já expressavam claramente esse dilema: "eu estou com a democracia, mas a democracia está comigo?" (in Cepal, 1986:38). Caberia, portanto, indagar se e para quantos esta dúvida já não se teria transformado em uma certeza negativa.

Se a apatia e a indiferença política surgem nas análises como traços marcantes do comportamento de jovens, outro recorrentemente apontado é o do aumento de sua violência. Autores como Dubet (1987), Mérrien (1994) e Castel (1995), ao enfatizarem o crescimento e a disseminação da violência juvenil – "ela está em toda a parte" –, chamam ainda a atenção para seu caráter fortuito, não instrumental, mais difícil de controlar exatamente porque não há nada para negociar. Privilegiando, em geral, esses aspectos, não se detêm os autores nas formas sistemáticas e intencionais de violência, que se inscrevem na própria lógica de atuação do crime organizado e das quais também participam crescentemente os jovens. O que, de pronto, permite estabelecer um paralelo com os estudos que no Brasil tratam do aumento da violência urbana e o associam inequivocamente ao tráfico de drogas e de armas, perspectiva a qual se filiam, entre outros, os trabalhos de Zaluar (1985, 1994, 1998), Ventura (1994), Soares (1996) e Alvito (1998).

Na verdade, condutas de violência e de protesto juvenil têm significados múltiplos e como tal devem ser apreendidas. Em um mosaico de situações que indicam ora a violência ritualizada que explode entre torcidas de futebol ou entre galeras *funk*, *punk* ou *dark*, ora a violência sistemática e organizada das gangues envolvidas no tráfico de drogas ou de armas, o que está em jogo é a exacerbação da violência como *razão de ser* e das *razões de ser* de uma violência que tende a se projetar como um fenômeno internacional.

Em que pese, porém, a crescente visibilidade de jovens pobres nos índices de desemprego, de abandono escolar, de trabalho precário e mal remunerado, de absenteísmo político, de violência urbana – quando não nas estatísticas dolorosas da morte freqüentemente veiculadas pela mídia – o fato é que esses mesmos jovens têm sido negligenciados seja como objeto de reflexão e pesquisa do campo intelectual, seja de políticas públicas.

Sem referências

No caso brasileiro, o pouco (ou quase nenhum) destaque que lhes é atribuído na agenda pública de debates chega a ser paradoxal. Apesar da relevância social de jovens pobres, no país, em geral, e no Rio, em particular – por sua expressão numérica, pelos múltiplos riscos que os atingem e pela violência que a eles se associa –, escassa é a bibliografia que deles trata[2] e pequeno é o espaço que lhes é dado no quadro das políticas públicas.

Foi exatamente por reconhecer sua importância e, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade social, que elegi a juventude pobre como tema desta tese, dividida em duas partes. Na primeira, reconstituo as linhas gerais do debate intelectual sobre pobreza no Brasil, a partir dos anos 70, e discuto como e por que razões a integração da juventude pobre vem se inscrever no cerne da questão social nos anos 1990. Na segunda parte, valendo-me da bibliografia internacional, remeto ao debate atualmente em curso sobre pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, de modo a evidenciar o caráter estrutural destes processos e a centralidade aí atribuída a jovens pobres. Em seguida, mediante a combinação de dados estatísticos, provenientes de fontes oficiais, e resultados de pesquisa de campo de caráter etnográfico, investigo situações e trajetos de jovens moradores de favelas cariocas.

Tomando por base sua inserção na família, na escola e na vida econômica e confrontando-a com a do conjunto de jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostro como a saída da escola, o ingresso no mercado de trabalho, a responsabilidade com o próprio sustento e com a constituição de uma nova unidade familiar chegam, quase que invariavelmente, mais cedo para jovens pobres, acentuando seus processos de vulnerabilidade social. Apropriando-me do conceito, tal como formulado por Castel, tento entender por que, submetidos a constrangimentos econômicos e estilos de vida semelhantes, jovens moradores de favelas cariocas seguem trajetórias distintas que levam parte deles a inventar e produzir novas e bem sucedidas formas de inserção social, outros tantos a se enredarem nas malhas do *crime-negócio* e a serem precocemente dizimados, enquanto a maioria permanece na zona difusa de vulnerabilidade social. Por último, alerto para a necessidade e urgência de políticas públicas voltadas especificamente para esses segmentos sociais. ■

***Jane Souto de Oliveira**

Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE
janesouto@ibge.gov.br

Sinopse de tese de doutorado em Saúde Coletiva defendida em outubro de 1999 no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. Questions de Politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.16, septembre 1977.

CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CNDP. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNDP, v. 1, 1998.

DUBET, François. *La Galère: Jeunes en Survie*. Paris: Fayard, 1987.

KATZ, Michael. *The Undeserving Poor*. New York: Pantheon Books, 1989.

MERRIEN, François-Xavier. *Face à la Pauvreté*. Paris: Éditions Ouvrières, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NOVAES, Regina et al. Caminhos Cruzados. Juventude, Conflitos e Solidariedade. Rio de Janeiro: Iser, [Textos de pesquisa] 1996.

PELASSY, Dominique. *Sans foi ni Loi*. Paris: Fayard, 1995.

POCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

REICH, Robert. *O Trabalho das Nações*. São Paulo: Educator, 1994.

REVISTA de la CEPAL. Cepal, n. 29, 1986.

SOARES, Luis Eduardo. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Iser, 1996.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane (org.). *O Traço da Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

VENTURA, Zuenir. *A Cidade Partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense,1985.

_____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Revan, 1994.

em Saúde Coletiva

_____. Para não Dizer que Não Falei de Samba: os Enigmas da Violência no Brasil. In: *Historia da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998.

[2] Na contracorrente, ver, além dos trabalhos já mencionados, os de Novaes (1996), CNPD (1998) e Minayo et al.(1999).

Cândido Grzybowski*

Cidadania e representação política

Para o Ibase, em sua missão de defesa de causas públicas e de promoção do bem comum, é essencial construir bons argumentos. Não sendo uma organização com ampla base social e nem tendo um mandato conferido por algum grupo ou setor, o que se coloca para o debate público é a qualidade dos argumentos, das análises, das idéias e valores defendidos, das propostas. Argumentos eticamente justificados e analiticamente fundamentados constituem a força política da intervenção pública do Ibase. Construir e usar indicadores tem se revelado uma fecunda estratégia de ação, causando impacto e pressão política.

Tanto na sociedade brasileira como na internacional há uma crescente demanda por indicadores em vários campos de atuação. Essa é, sem dúvida, uma expressão do impacto atual que a economia exerce nas ciências humanas, fortalecida com o uso crescente da econometria como instrumental metodológico. Tal hegemonia, assim como a forma matemática e quantificada da economia na análise das relações humanas, não é algo incontestável. É impossível submeter essas ciências aos parâmetros das ciências

exatas e ao uso exclusivo de medidas e números. Na análise social e histórica – de relações sociais e processos, de pensamentos, valores e culturas, de forças e lutas sociais, da conquista e exercício da hegemonia e do poder – é central a construção de conceitos e categorias. Mas é forçoso reconhecer a importância e a utilidade da definição de índices e indicadores quantificáveis, sempre que possível e desde que sejam subsidiários.

A democracia, vista como resultado da participação cidadã, ocupa um lugar central no ideário do Ibase. Uma das formas desse exercício é o voto. Acompanhar processos eleitorais, indagar seus resultados e apreender seu significado político constituem campos essenciais de análise e debate sobre a questão democrática. No Brasil, neste momento, emerge o debate sobre a reforma política, particularmente do sistema partidário e eleitoral. É oportuno o esforço de construir indicadores socioeleitorais para subsidiar esse debate. As próximas eleições municipais trarão elementos que necessariamente levarão a novas e importantes perguntas sobre os caminhos da democracia nacional.

Caráter da luta

O que diferencia a luta democrática das outras formas de embate político é que ela não implica simplesmente a destruição ou eliminação dos oponentes derrotados. Exige, necessariamente, o reconhecimento dos adversários e a busca de uma solução de compromisso, mesmo que isso resulte na sua transformação radical ao longo do processo. A luta democrática tenta tirar partido mais da regulação de si mesma do que da virtualidade de uma vitória total e definitiva de um bloco social.

Com o estabelecimento das regras do jogo democrático, institucionaliza-se a luta política. As eleições livres periódicas, em todas as esferas governamentais, e o instituto da representação política eleita constituem instrumentos básicos da democracia. A igualdade do voto é um princípio do ideal democrático. Nela reside a força da cidadania, com seu poder constituinte. Porém, as formas concretas do exercício do voto variam enormemente de um contexto a outro, de uma sociedade a outra. Por si sós, podem qualificar o processo democrático e a democracia realmente existente.

O voto e as eleições são expressões e focos permanentes de luta. O problema se agrava na medida em que a institucionalidade cria um fosso entre o eleitor e o eleito, entre cidadãos e seus representantes. A essência da democracia é a assembléia de cidadãs e cidadãos, decidindo tudo sem intermediários. Nas nossas sociedades complexas isso parece ser impossível. No entanto não o é, desde que o exercício direto da democracia seja uma possibilidade permanentemente ativada.

A democracia direta é a mãe da democracia representativa, e não o inverso. Mas como combiná-las? Independentemente da iniciativa dos atores políticos institucionalizados e com mandatos, como na prática histórica se articulam? Essa é uma questão central na construção de indicadores socioeleitorais. As diferentes formas de mobilização e pressão social – campanhas cívicas, debates e movimentos de opinião – são formas concretas de exercício direto da democracia.

O voto nas democracias

As eleições estão longe de significar por si mesmas a democracia efetiva. É um erro igualar a democracia à realização de eleições periódicas. Mas é um erro também não considerá-las um elemento essencial. O voto é uma condição necessária, mesmo sendo insuficiente na sua determinação histórica. A democracia, como fenômeno político e histórico, comporta no mínimo três dimensões: o ideal democrático, a institucionalidade democrática e o processo de democratização.

Como ideal, é uma síntese de valores e princípios éticos com um projeto de sociedade. Uma institucionalidade política que combina utopia com história, desejo com possibilidade. A cada momento histórico, em cada situação e por diferentes classes sociais, o ideal democrático acaba sendo apropriado e renovado. Por isso, é fonte de disputa e tensão, fundadas nas visões e práticas de liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação cidadã que cada um carrega.

Regras e instituições regulam a disputa democrática. São formadas pela Constituição e por leis que definem a luta política. Exprimem a correlação de forças existente. Contemplam direitos conquistados e responsabilidades na sua implementação, bem como as normas de sua preservação ou mudança, atualizando permanentemente a institucionalidade democrática. Essa institucionalidade é o ponto de partida da luta democrática. Na origem, uma ruptura por via revolucionária ou pacífica. No Brasil, o fim da ordem autoritária e militar, consolidado com a Constituição de 1988, marcou a instauração da institucionalidade democrática.

A disputa por um ideal democrático gera uma estrutura de relações sociais e um processo histórico concreto: a democracia realmente existente. Trata-se de uma síntese complexa – um *bloco histórico*, na expressão de Gramsci – que combina contraditoriamente vontades opostas com condições objetivas de existência. O resultado não é necessariamente do agrado de todos ou de cada um em particular nem significa a plenitude da cidadania possível. O processo de democratização se caracteriza por avanços e recuos, por ganhos e perdas. É instável, de constante mudança. Essa instabilidade é um constitutivo da democracia, dando-lhe flexibilidade e força. A luta de classes, potencialmente destrutiva, transforma-se em força construtiva e renovadora de estruturas e relações, de sujeitos e processos, de sociedades inteiras.

A representação política eleita, sem a possibilidade da permanente pressão das ruas, pode formalizar a democracia, esvaziando-a da sua essência: a força construtiva da luta social.

A luta democrática é uma disputa de hegemonia, no sentido de confronto das forças sociais em torno de valores, visões, ideais, filosofias ativas, propostas e projetos de sociedade e de modelos de desenvolvimento. Trata-se da constituição de poderosos movimentos de opinião que orientam mentes, corações e iniciativas de forças sociais diversas, articuladas em blocos diferenciados e opostos, com seus protagonistas e aliados. Hegemônico será o bloco capaz de fundar, justificar e legitimar o seu modo de ver como dominante e base do exercício do poder no confronto com outros blocos. A arena privilegiada da disputa de hegemonia é a sociedade civil, mas também perpassa o Estado e a própria Economia. Nessa disputa de hegemonia, os membros de uma sociedade transformam-se em cidadãos históricos, em cidadania efetiva, em sujeitos sociais constituídos com identidade, proposta, organização e forma de luta.

Mas a luta democrática também é o exercício direto do poder público estatal, no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Trata-se das lutas e tensões na definição de regulamentos, normas, instituições, políticas e uso dos recursos públicos. Abrange desde a coerção pela força da lei, dos tribunais e das polícias, até a cobrança de impostos e alocação de recursos econômicos da sociedade. O aparato estatal, em seus diversos níveis de organização, do local ao nacional, é a arena privilegiada dessa luta, exprimindo por si mesmo a correlação de forças e das práticas políticas dominantes. A disputa se dá em torno das leis e das normas, da aplicação da justiça, das políticas públicas e do atendimento de demandas da sociedade. A questão central é o modo de regulação de interesses e forças em presença e se exprime nas condições históricas de governabilidade.

Eleitoral, política e social

O ideal de igualdade de condições para todos os seres humanos, sem distinções de qualquer espécie e sem exclusão social, é uma poderosa força histórica que se consubstancia em projetos concretos de democracia social. Mas, se esse é o fim buscado, a história está cheia de tentativas e erros, de fracassos e retrocessos na sua efetivação. Ou seja, ela é fruto de lutas, uma possibilidade apenas inscrita na luta e não um inevitável caminho da humanidade. É neste contexto que a invenção democrática e a sua radicalização devem ser vistas como processos permanentes, tendo como pressupostos a democracia eleitoral e a política.

Em si mesma, nenhuma democracia eleitoral produz necessariamente a democracia política, muito menos a social. Porém, como processo, nenhuma democracia social é sustentável sem a prática eleitoral e sua expressão em institucionalidade política. É exatamente a radicalização da democracia eleitoral e da política que cria as fundações da democracia social – relações, estruturas e processos econômico-sociais. Igualdade sem liberdade e participação não pode existir, ainda que seja possível liberdade e participação sem igualdade. O desafio é fazer com que o exercício da liberdade e da participação cidadã resulte em maior igualdade e respeito à diversidade.

É assim que se deve perceber a intrínseca relação entre eleições, estruturas políticas e democratização da sociedade. As contradições e possibilidades das eleições e da luta política precisam ser vistas a partir de estreita relação com processos históricos que movem a sociedade. Aqui vale colocar questões centrais para a democracia brasileira: a extrema desigualdade social e a exclusão dos direitos de cidadania de grandes contingentes da população.

Para o Ibase, a desigualdade e a exclusão social atuais têm íntima relação com a falta de participação no poder político. É por estarem alijados da luta democrática que pobres e excluídos são o que são. A participação cidadã é a variável estratégica na constituição da cidadania e na alteração da correlação de forças que se exprime no poder político, condição para a alteração da situação social dos marginalizados. Pobres e excluídos, quando reagem, organizam-se, mobilizam-se e lutam por

Cara ou coroa?

Hegemonia e poder político são duas faces de uma mesma moeda. Revelam como se articulam a sociedade e o Estado. Os partidos e os blocos de partidos, não em sua formalidade mas como expressões políticas históricas, condensam e canalizam a luta democrática como disputa de hegemonia e de poder numa sociedade. Os partidos são uma manifestação política da sociedade civil e, ao mesmo tempo, manifestação política do poder. Estão, por isso, em permanente construção e redefinição.

A luta democrática faz e molda os próprios partidos. A legalidade passa a ser um elemento definidor dos partidos, mas que por si só é uma condição insuficiente. Emerge, assim, a questão da relação genética entre democracia direta e democracia representativa: os partidos como representantes de forças sociais têm como pressuposto as próprias forças sociais que os gestam.

seus interesses e demandas. Afirmam identidades e constituem-se como sujeitos em luta, lançando a base da própria cidadania e inserindo-se ativamente no embate que gera a democracia social.

É preciso reconhecer que a *luta eleitoral* concreta tem regras que a condicionam enormemente. Através do voto pode ser limitada, e de fato se limita a cidadania e a participação cidadã, bem como a expressão política de diferentes classes sociais. O sistema partidário e eleitoral, a titulação de eleitores e candidatos, o financiamento das campanhas e a própria propaganda são como fortes amarras. O que a análise de resultados eleitorais deve fazer é explicar como através de tais condicionantes acabam se exprimindo a cidadania e as diferentes classes sociais que a constituem. É uma tarefa complexa, mas não impossível. É isso que se pretende com a construção de indicadores socioeleitorais do Ibase. O que se busca é contribuir para apontar os aperfeiçoamentos possíveis na institucionalidade e, sobretudo, as lições a extrair desses dados, potencializando a luta democrática na perspectiva de uma democracia social.

Construção de indicadores

A análise de resultados eleitorais é simples só na aparência. Sem dúvida, a quantidade de votos obtida é o que importa. Deixando de lado os casos de fraude eleitoral – que cabe à Justiça apurar – os resultados legitimados pelas regras vigentes podem encobrir disparates, com grandes implicações políticas. O exemplo mais notório no caso brasileiro é o da eleição proporcional para a Câmara Federal, em que se pratica uma negação explícita do princípio básico de igualdade dos votos de cidadãos. Na eleição de 1998, um deputado federal foi eleito com um coeficiente de 15.784 votos em Roraima e com 223.011 em São Paulo. Em média, um cidadão votante de Roraima vale 14 vezes mais do que um cidadão em São Paulo. Levando em conta que isso ocorre em bancadas federais, que desigualdade de cidadania se esconde por trás de uma aparente igualdade de disputa eleitoral? O que significa, nesta situação, o total de votos para a Câmara Federal recebido por um determinado partido? Ademais, os resultados encobrem coligações que podem variar de uma Unidade da Federação a outra.

Outra questão, bem mais complexa, é fazer uma leitura dos resultados eleitorais em relação a diferentes variáveis econômicas, políticas e culturais. O voto é secreto e o máximo que se tem são as características do local em que se depositou o voto na urna. Na verdade, a construção de indicadores socioeleitorais acaba sendo um paciente processo de aproximação entre variáveis, tentando encontrar possíveis relações. Muitos podem simplesmente achar nisso um exercício de construção de hipóteses de comprovação quase impossível. Mesmo se limitando a esse terreno, importa reconhecer que o processo é metodologicamente viável e legítimo. Além de permitir a formulação de argumentos para o debate político, visando ao próprio aperfeiçoamento da democracia entre nós. Vejamos a seguir a orientação metodológica que inspira o trabalho iniciado pelo Ibase.

Banco eleitoral

O banco de dados é formado pelas informações da Justiça Eleitoral. Em um louvável esforço do TSE e dos TREs de tornar públicos todos os resultados eleitorais, já é possível encontrá-los na internet. São dados consolidados, mas não divulgados com a mesma rapidez das apurações. Mas isso não é problema para o projeto de construção de indicadores eleitorais. O objetivo é detectar tendências eleitorais mais estruturantes da sociedade e suas implicações para a democracia, tanto eleitoral como política e, sobretudo, social.

Tomando como base o banco de dados assim construído, vários cuidados metodológicos se impõem de imediato. Para a titulação dos eleitos, no critério legal e da Justiça Eleitoral, contam os votos válidos. Para a construção de indicadores e a conseqüente análise política, porém, todos os votos são importantes, sejam válidos, brancos ou nulos. Até os *não-votos* – as abstenções – são relevantes. Os totais válidos se constituem sobre colégios eleitorais distintos em tamanho e na distribuição quanto a votos válidos, brancos, nulos e abstenções. E isso tudo tem que ser levado em conta.

Para entender os dados eleitorais e extrair o máximo deles é indispensável um profundo conhecimento da legislação e do sistema partidário e eleitoral vigente na eleição. Por exemplo, comparar resultados entre diferentes eleições, majoritárias ou proporcionais, pode se revelar uma exaustiva tarefa pelas mudanças na legislação eleitoral e nos próprios partidos. Porém, como detectar tendências sem fazer isso? O jeito é conhecer a legislação e compreender muito bem as mudanças partidárias ocorridas.

Nas eleições majoritárias – as de prefeitos, por exemplo – como contabilizar os resultados dos diferentes partidos? Além das coligações e alianças, que podem variar de um município a outro, nos colégios com menos de 200 mil eleitores basta a maioria simples de votos válidos para a definição do resultado. Naqueles com mais de 200 mil, é necessária a maioria absoluta para definir o vencedor no primeiro turno. Caso contrário, realiza-se nova eleição entre os dois mais votados. São processos eleitorais distintos e definem resultados diferentes. É preciso cuidado para não confundí-los. Não é a legitimidade dos processos e dos mandatos conquistados que está em questão, mas o problema metodológico de somar quantidades que exprimem fenômenos diferentes. A partir daí é que devem ser feitas as análises políticas. Assim, todo o trabalho com o banco de dados eleitorais é de qualificação dos resultados pelas condições legais e políticas em que foram obtidos.

O entrave metodológico mais sério, com evidentes implicações na análise política, diz respeito às eleições proporcionais. Além dos coeficientes eleitorais nos diferentes estados na eleição dos deputados federais, importa ter bem clara a questão das coligações partidárias. Nem sempre os individualmente mais votados são eleitos, dado o critério do coeficiente eleitoral válido para a soma de votos do partido ou da coligação do candidato. Apesar de grande votação, importantes lideranças políticas acabam não eleitas. E inexpressivas figuras, com baixa votação, acabam arrastadas pelo coeficiente eleitoral. A questão não é ver a dimensão individual ou pessoal. Mas, considerando a soma das diferentes situações em que isso ocorre, qual o seu significado. É aí que toma corpo o debate sobre o voto distrital puro ou misto.

Para uma análise mais fecunda é necessário considerar dados complementares, como o do financiamento de campanhas eleitorais. Em um sistema como o brasileiro – sem financiamento público das campanhas – um bom indicador é o *custo* do voto válido, calculado pelos gastos de campanha divididos pelos votos obtidos. Além de mostrar as enormes desigualdades na disputa eleitoral, tal indicador pode ser um importante revelador dos interesses que se condensam em torno das candidaturas, tanto para postos no Executivo como no Parlamento. Complementando os dados do banco eleitoral propriamente dito, para uma análise mais fina é necessário monitorar o troca-troca partidário permitido pela nossa frouxa legislação.

Saiba mais

Dados socioeconômicos

- Densidade demográfica e grau de urbanização
- Índice Municipal de Desenvolvimento Humano
- Composição do PIB
- Estrutura agrária nas áreas rurais e produção dominante
- Emprego e renda
- Arrecadação e Fundo de Participação Municipal
- Saneamento básico
- Escolas e índices de alfabetização
- Aposentadorias
- Infra-estrutura de transportes e polarização regional
- Meios de comunicação disponíveis

Dados sociopolíticos

- Movimentos e organizações populares
- Conflitos e movimentos agrários
- Organizações sindicais e número de participantes
- Igrejas e pastorais
- ONGs
- Organizações profissionais e científicas
- Organizações patronais
- Incidência de programas governamentais
- Experiências participativas locais

Variáveis sociopolíticas

Em termos metodológicos, o projeto do Ibase depende da criação e aperfeiçoamento permanente dos indicadores socioeleitorais. Mas o que são afinal estes indicadores? Decididamente, não se resumem a índices compostos ou séries de variáveis quantificáveis. Não basta que acrescentem ao banco de dados da Justiça Eleitoral outras informações referentes às características econômicas, políticas e culturais dos cidadãos votantes. Trata-se, isto sim, de fazer mapeamentos em que a geografia eleitoral seja pautada pela geografia econômica e humana, buscando-se definir as correlações existentes. Cabe à análise teórica e política posterior construir categorias que possam reconhecer a relevância ou não dos achados. Assim, ousamos denominar de Geografia do Voto a construção de indicadores socioeleitorais.

Foram considerados dois conjuntos básicos de dados – socioeconômicos e sociopolíticos – que permitem construir mapas para confronto dos resultados eleitorais. São contextos diferentes em qualidade. O primeiro procura resgatar as condições objetivas de vida dos cidadãos eleitores. O segundo visa, acima de tudo, trazer para a análise informações que exprimem uma vontade política em ação, através de manifestações de participação cidadã não eleitoral.

Esses conjuntos não são fechados. À medida que o projeto avança e correlações com os resultados eleitorais vão sendo estabelecidas, novos dados podem ser buscados. O problema maior é a consistência das informações. Os dados socioeconômicos podem ser obtidos em órgãos oficiais, particularmente o IBGE e o Ipea. Já os sociopolíticos precisam ser construídos em um grande esforço de coleta em fontes diferenciadas. Diante da relevância para o escopo do projeto, serão usados mesmo que não sejam completos. É fundamental que se tenha em mente que tanto os informes socioeconômicos como os

sociopolíticos têm bases anuais diferenciadas, dificilmente coincidindo com os eleitorais. Novamente, o que se busca é uma aproximação possível para melhor construir hipóteses analíticas.

Ninguém nega a importância das análises de gênero e de raça nos resultados eleitorais. A tarefa é relativamente simples no plano dos eleitos ou até dos que se candidatam, sendo possível construir constrangedores indicadores da desigualdade e discriminação de gênero e raça. O mais difícil, quase impossível, é associar os resultados eleitorais à cidadania que vem marcada com tais categorias. Esse é o maior desafio do projeto, ainda sem resposta metodológica plausível, mesmo reconhecendo o quanto é fundamental politicamente tentar desenvolver tal análise.

Como recurso complementar de informações estão as pesquisas eleitorais. Feitas previamente ao resultado dos pleitos, podem apontar tendências e são uma forma da própria disputa eleitoral, influindo nos resultados. Mas têm o mérito de associar a intenção de voto com algumas características dos eleitores. Serão usadas neste projeto como fontes que podem apontar tendências, ajudando a compreender correlações de dados.

Potencialidades do projeto

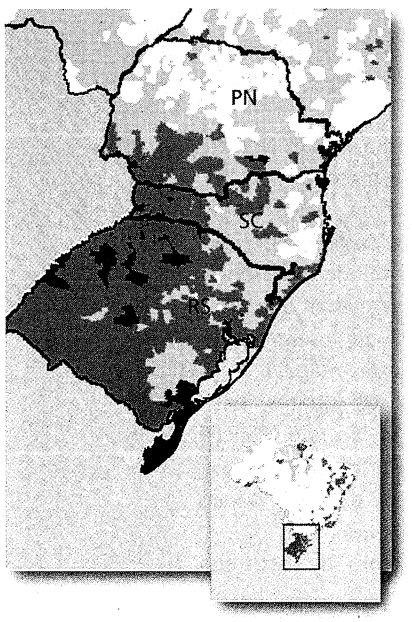
Apresenta-se a seguir um pequeno ensaio exploratório na construção de indicadores socioeleitorais. A base de dados é a última eleição presidencial (1998), vencida em um único turno por Fernando Henrique Cardoso, primeiro presidente reeleito no Brasil. O objetivo é traçar as características do voto oposicionista no candidato Luís Inácio Lula da Silva, derrotado. Para isso, foram tomadas duas situações: uma na Região Sul e outra na Região Nordeste. Nessas áreas, verificou-se em alguns municípios uma tendência de votação maior no candidato da oposição, superando o presidente eleito.

Afirma-se, como verdade absoluta, que as metrópoles e as regiões mais desenvolvidas tendem a votar em candidatos mais à esquerda. E que os grotões mais distantes e pobres, pelo contrário, nos candidatos mais conservadores. A hipótese que norteia o projeto do Ibase é que tal afirmação só é verdadeira desde que os pobres estejam desorganizados. Mesmo os mais desprovidos, quando organizados, fazem uma enorme diferença em termos político-eleitorais. Não é o fato de que nas regiões metropolitanas existam menos pobres que garante um resultado mais à esquerda. Nos grandes centros urbanos – esta é a questão fundamental – existe um clima cultural mais favorável à mobilização e à participação dos pobres. E isso sim se reflete nos resultados eleitorais.

O quadro analítico e metodológico aqui esboçado serve como uma primeira referência para o Ibase analisar a luta democrática através do voto. Já no próximo pleito – quando ocorrerão as eleições municipais – será dada particular atenção ao exame de seus resultados. E também aos que apontam como demandas para a radicalização da democracia no Brasil. Os indicadores socioeleitorais a seguir, por uma questão de facilidade, limitam-se a duas áreas dominantemente rurais. Consideram-se poucos dados, mas suficientes para intrigar. Vejamos primeiro a Região Sul. O que é possível depreender dos mapas?

- Lula ganhou em vários municípios do oeste dos três estados sulistas
- A área tende a se situar acima da média nacional de IDH

A oposição nas eleições de 1998

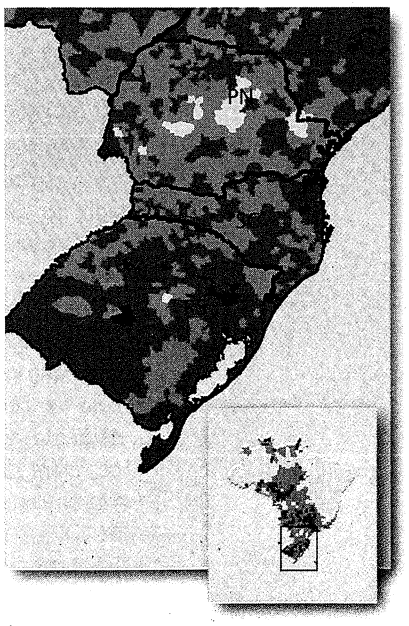


Percentual de Lula em relação aos votos válidos

- menos de 20%
- de 20 à 37%
- de 37 à 55%
- de 55 à 73%

Índice de Desenvolvimento Humano

Média dos indicadores de educação, longevidade e renda



Índice de Desenvolvimento Humano – 1991

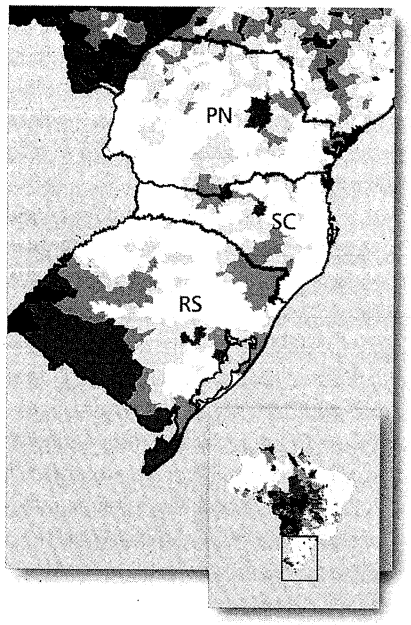
- 0,26 a 0,30
- 0,30 a 0,50
- 0,50 a 0,65
- 0,65 a 0,80
- 0,80 a 0,84

* Cândido Grzybowski
Sociólogo,
diretor do Ibase

Mapas: Julia Ribeiro e Leonardo Mello

Estabelecimentos agropecuários

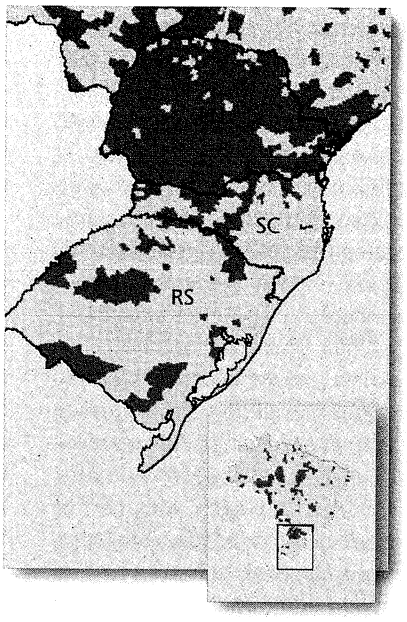
Média de hectares e número de estabelecimentos agropecuários



Estabelecimentos agropecuários (hectares)
- 0 a 50
- 50 a 100
- 100 a 200
- 200 a 500
- 500 a 4777

Movimentos e organizações populares

Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens e Comissão Pastoral da Terra



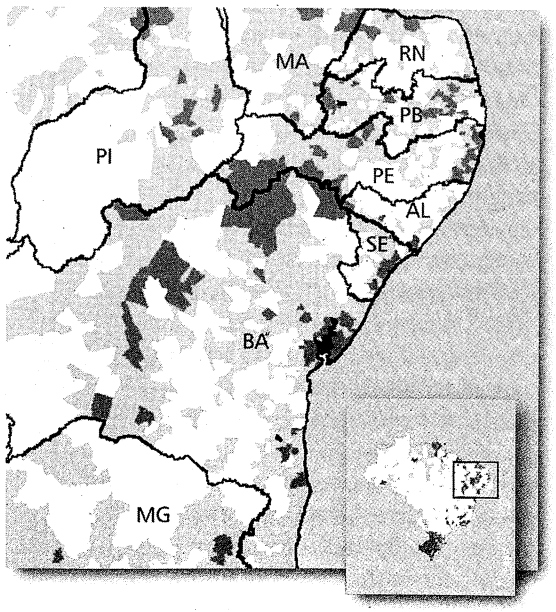
Incidência de movimentos sociais (1986 – 1998)
- Pouca incidência ou nenhum registro
- Organizações, conflitos, assentamentos etc

- Há um domínio absoluto da pequena propriedade
- Registra-se presença significativa de conflitos e movimentos agrários. É a área em que surgiu o MST, fato que parece correlacionado ao desempenho eleitoral de Lula e do PT

Analisemos agora a Região Nordeste. Boa parte da área representa a Bahia, estado do senador Antônio Carlos Magalhães e de seu PFL, força partidária decisiva na vitória de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, notam-se manchas de vitória da coligação Muda Brasil, representada por Lula. O que nos revela estes mapas?

- Lula venceu em poucos lugares, basicamente ao longo do Rio São Francisco, além das áreas metropolitanas
- São áreas que tendem a baixos índices de IDH
- Há também o domínio da pequena propriedade
- Nota-se clara associação entre a vitória do Lula e do PT com a ocorrência de conflitos, tanto por barragens como por disputa de terras. ■

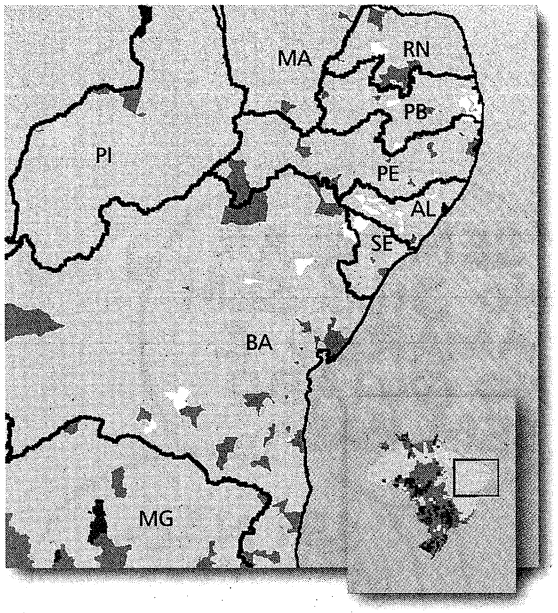
A oposição nas eleições de 1998



Percentual de Lula em relação aos votos válidos
- menos de 20%
- de 20 à 37%
- de 37 à 55%
- de 55 à 73%

Índice de Desenvolvimento Humano

Média dos indicadores de educação, longevidade e renda

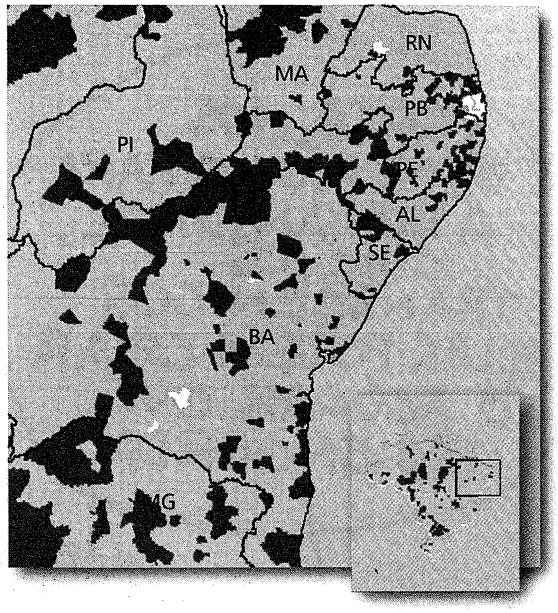


Índice de Desenvolvimento Humano – 1991

- 0,26 a 0,30
- 0,30 a 0,50
- 0,50 a 0,65
- 0,65 a 0,80
- 0,80 a 0,84

Movimentos e organizações populares

Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens e Comissão Pastoral da Terra

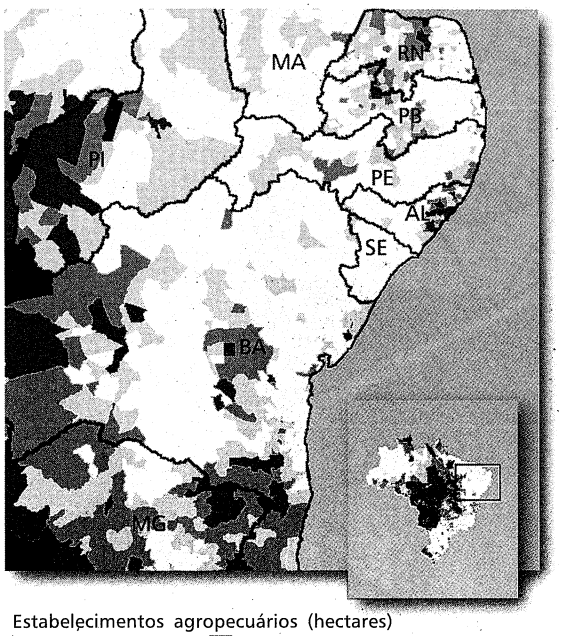


Incidência de movimentos sociais (1986 – 1998)

- Pouca incidência ou nenhum registro
- Organizações, conflitos, assentamentos, etc

Estabelecimentos agropecuários

Média de hectares e número de estabelecimentos agropecuários



Estabelecimentos agropecuários (hectares)

- 0 a 50
- 50 a 100
- 100 a 200
- 200 a 500
- 500 a 4777

NOTAS

Eleições presidenciais

Resultado das eleições majoritárias para presidente da República de 1998 para todos os municípios do Brasil (5.513), com dados de todos os candidatos, os votos brancos, nulos, e válidos. (Supremo Tribunal Federal)

BIM

Base de Informações Municipais – IBGE, Rio de Janeiro, 1998.

IDH–M e ICV

Índice de Desenvolvimento Humano – 1991, com informações sobre a média do IDH, longevidade, educação e renda (1991)

MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra forneceu dados sobre o número de assentamentos e de famílias assentadas por municípios, em períodos datados de 1980 a 1986; 1987 a 1990; 1990 a 1994; e 1994 a 1998.

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Número de conflitos e de famílias envolvidas nos mesmos, em 1997, retirados do livro Conflitos no Campo, Editora Pe. Berthier dos Missionários da Sagrada Família de 1998. Uma lista de agentes por município foi enviada por correio eletrônico em dezembro de 1998.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

A sede nacional não possui banco de dados das ações. A obtenção de dados foi feita junto às regionais, através de contato telefônico, sendo possível identificar somente os municípios atingidos e nos quais houve alguma mobilização, a partir do depoimento dos próprios agentes do MAB. As informações obtidas são relativas a ocorrência de mobilização e número de agentes no município.

As referências para os escritórios regionais do MAB foram conseguidas na publicação Cadernos de Estudos Básicos II, Brasil! Águas para vida, Não para morte, de 1995.

PENSE NOS BENEFÍCIOS PARA A HUMANIDADE, COM OS TRANSGÊNICOS ELES PODEM CRIAR O AÇÚCAR QUE NÃO ENGORDA...
SEM FALAR NO JILÓ SEM AMARGO E NO QUIABO SEM BABA...
SEI NÃO... MAS ISSO NÃO VAI DAR CERTO!...
MARCO

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos, nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação; com toda autonomia e independência, das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participaçãocidadã.

Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas, dos argumentos, enfim...

ISSN 1415-1499
08
9 771415 149004